



2011



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

O Solar dos Távoras:
Intervir na arquitectura,
Potenciar o património

Engenharia

O Solar dos Távoras:
Intervir na arquitectura,
Potenciar o património

Catarina Gama Ferreira

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutora María Candela Suárez

Catarina Gama Ferreira

Covilhã, Outubro de 2011

Dedicatória

Dedico aos meus pais por sempre acompanharem os meus sonhos.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar à Professora Doutora Maria Candela Suarez, pela sua dedicação, entrega e compreensão.

Ao Professor Michael Mathias, por toda a disponibilidade e apoio que sempre demonstrou ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Ao topógrafo Sérgio Ferrão pela ajuda que me deu no levantamento do Solar dos Távoras.

E aos meus amigos, que estando perto ou à distância não me deixaram baixar os braços, e me encorajaram a concluir esta etapa.

Resumo

Com a realização desta dissertação/projecto espera-se sensibilizar para as questões da preservação do património arquitectónico, e que dê um contributo para a divulgação da existência do Solar dos Távoras. Pretende-se também proporcionar uma análise sobre as influências arquitectónicas do edifício que contribuam para um conhecimento mais aprofundado. Tenciona-se fazer uma interpretação organizacional e formal do solar. Através da proposta de intervenção arquitectónica de uma pousada, ambiciona-se evidenciar o potencial inerente ao imóvel. Aspira-se que esta acção desencadeie a vontade e origine futuramente um incentivo para uma intervenção real.

Palavras-chave

Arquitectura, Património, Preservação, Solar dos Távoras, Pousada.

Abstract

With the completion of this thesis / project is expected to raise awareness on the issues of preserving the architectural heritage and to give a contribution to the disclosure of the existence of the Solar Távoras. It is also intended to provide an analysis of the architectural influences that contribute to building a deeper understanding. It is intended to make a formal organization and interpretation of the manor. Through the proposed architectural intervention of a Pousada, aims to highlight the potential inherent to the property. There's also the aspiration that this action will trigger the rise in the future and an incentive for a real intervention.

Keywords

Architecture, Heritage, Preservation, Solar dos Távoras, Pousada.

Índice

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 1 |
| 1.1. Relevancia da tematica | 3 |
| 1.2. Metodologia | 4 |
| 1.3. Estrutura | 6 |
| | |
| 2. O Solar, uma referência histórica | 7 |
| 2.1. O Local | 7 |
| 2.2. A família | 9 |
| 2.3. A construção | 11 |
| 2.4. Influências e evolução da casa nobre | 17 |
| | |
| 3. A importancia do Solar dos Távoras como patrimonio arquitectónico | 22 |
| 3.1. A classificação | 22 |
| 3.2. Zona de Protecção | 24 |
| 3.3. Obras de conservação e restauro | 26 |
| 3.4. Situação actual do Solar | 31 |
| 3.4.1. Levantamento do edifício | 33 |
| 3.4.2. Problemas do edifício | 34 |
| 3.5. Interpretação organizacional e formal | 36 |
| | |
| 4. A intervenção no património | 48 |
| 4.1. A reabilitação de edifícios | 48 |
| 4.2. As Pousadas históricas | 52 |
| 4.2.1. Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães | 54 |
| 4.2.2. Pousada Santa Maria do Bouro, Amares | 55 |
| 4.2.3. Pousada Flor de Rosa, Crato | 56 |
| | |
| 5. Projecto | 58 |
| 5.1. A proposta | 58 |
| 5.2. Enquadramento legal | 60 |
| 5.3. Relatório de procedimentos | 62 |
| 5.4. Memória descritiva | 68 |
| | |
| 6. Conclusão | 71 |
| | |
| <u>Anexos</u> | 76 |
| | |
| Anexo I | 77 |
| Anexo II | 79 |
| Anexo III | 104 |

Lista de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Localização de Souropires | 7 |
| Figura 2 - Envolvente do Solar dos Távoras, Largo do Adro em Souropires..... | 8 |
| Figura 3 - (a) Rei D. José I; (b) Brasão de Armas da Família Távora; (c) Marquês de Pombal ... | 9 |
| Figura 4 - (a) Representação do Cadafalso dos Távoras; (b) Solar dos Távoras, 1950 | 10 |
| Figura 5 - (a) Fachada do Solar dos Távoras, 1998; (b) Janela de canto, 1957 | 11 |
| Figura 6- Implantação do Solar dos Távoras | 12 |
| Figura 7- Fachada Oeste, 1955 | 12 |
| Figura 8 - (a) Fachadas Norte, 1950; (b) Fachada Sul, 1957 | 13 |
| Figura 9 - Fachada Este, 1955 | 13 |
| Figura 10 - Janelas da fachada Este, 1954 | 14 |
| Figura 11 - Lintéis decorados por motivos fitomórficos em médio relevo: Fachada Oeste: (a) Janela central, (b) Janela do 1º piso; Fachada Norte: (c) Janela do 1º piso, (d) Janela do 2º piso | 14 |
| Figura 12- (a) Planta do piso térreo, (b) Planta do 1º piso, (c) Planta do 2º piso, Solar dos Távoras | 15 |
| Figura 13 - (a) Planta do piso térreo; (b) Capela; (c) Imagem de N. Sr.ª da Esperança..... | 16 |
| Figura 14 - Anexo e forno | 16 |
| Figura 15 - Janela renascentista e a fresta horizontal, Solar dos Távoras..... | 17 |
| Figura 16 - Representação de três formas de casa nobre: | 18 |
| Figura 17 - Zona de protecção do Solar dos Távoras, Souropires | 25 |
| Figura 18 - O Solar dos Távoras antes das obras de conservação, 1949 | 26 |
| Figura 19 - Desenho das fachadas:..... | 27 |
| Figura 20 - Desenho da porta principal e realização das obras, 1955 | 28 |
| Figura 21 - Desenho da porta da entrada principal | 29 |
| Figura 22 - Alçado Posterior: (a) Levantamento dos anos 50; (b) levantamento de 2011 | 31 |
| Figura 23 - Sobreposição de plantas; (a) Piso Térreo; (b) 1º Piso; (c) 2º Piso; (d) Cobertura .. | 32 |
| Figura 24 - (a) Degradação interior da fachada Nascente; (b) Deformação da parede | 33 |
| Figura 25 - Portas exteriores do Solar:..... | 34 |
| Figura 26 - Interiores do Solar dos Távoras; | 34 |
| Figura 27 - Capela N. Sr.ª da Esperança; (a) Interior; (b) Parede com travamento metálico .. | 35 |
| Figura 28 - Localização dos ecopontos da freguesia de Souropires | 35 |
| Figura 29 - Esquema da organização do Paço Medieval | 36 |
| Figura 30 - Localização das alterações, 2011 | 36 |
| Figura 31 - (a) Marcas da antiga cobertura e Janela oculta; (b,c) Espaço interior da janela oculta | 37 |
| Figura 32 - (a) Fachada Este, 2011; (b) Abertura no piso térreo; (c) Sobreposição de aberturas | 38 |

| | |
|---|----|
| Figura 33 - Comparação das janelas: (a) Imagem dos anos 50; (b) Imagem de 2011 | 38 |
| Figura 34 - (a) Corpo saliente da fachada Este; (b) Escada exterior; (c) Vestígios da cobertura | 39 |
| Figura 35 - Paredes do corpo mais saliente: | 40 |
| Figura 36 - Aberturas da fachada Sul: (a) Entrada; (b) Abertura,2011; (c) Janela, 1949 | 41 |
| Figura 37 - (a) Ruína da parede interior; (b) Pavimento de entrada de pedra; (c) Interior com vegetação | 42 |
| Figura 38 - (a) Vestígios de reboco pintado de branco no primeiro piso;..... | 43 |
| Figura 39 - Vestígios da abertura no soalho, 2011 | 44 |
| Figura 40 - Portas e janelas do Solar dos Távoras, 2011 | 45 |
| Figura 41 - Interpretação da organização interior: (a) Piso térreo; (b) 1º piso; (c) 2º piso | 46 |
| Figura 42 - Arquivo Municipal de Valladolid:..... | 48 |
| Figura 43 - Hotel Fouquet Barrière, Paris: | 49 |
| Figura 44 - Caixa Forum, Madrid: | 50 |
| Figura 45 - Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães: (a) Vista aérea sobre a pousada;54 | |
| Figura 46 - Pousada Santa Maria do Bouro, Amares: | 55 |
| Figura 47- Pousada Flor de Rosa, Crato:..... | 56 |
| Figura 48 - Esquema representativo da relação do “habitar” o passado e o presente | 58 |
| Figura 49 - Importância do Solar dos Távoras para a população de Souopires (resultado do inquérito)..... | 59 |
| Figura 50 - Opinião da população de Souopires em relação à função mais favorável | 59 |
| Figura 51 - Actividades mais favoráveis para potenciar a proposta de reabilitação (dados do inquérito)..... | 62 |
| Figura 52 - Primeiros esquiços da ideia: | 63 |
| Figura 53 - Distribuição de zonas | 64 |
| Figura 54 - Estratégia de ampliação: (a) Desenho representativo; (b) Localização | 64 |
| Figura 55 - Influências locais: (a) Ideia opara o novo bloco; (b) Casas da aldeia de Souopires | 65 |
| Figura 56 - Estudo dos quartos | 65 |
| Figura 57- Representação rigorosa da primeira ideia: a) Piso térreo; b) 1º piso | 66 |
| Figura 58 - Primeiras alterações: (a) Piso térreo; (b) 1º piso | 66 |
| Figura 59 - Últimas alterações..... | 67 |
| Figura 60 - Localização do Solar dos Távoras, Souopires | 68 |
| Figura 61 - Esquema de pisos da pousada | 68 |
| Figura 62 - Planta do piso térreo, Pousada..... | 69 |
| Figura 63 - Planta do 1º piso, Pousada | 70 |
| Figura 64 - (a) Planta do 2º piso, (b) Planta da cobertura, Pousada..... | 70 |

Lista de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - A casa nobre em Portugal, exemplares e características gerais | 19 |
| Tabela 2 - Pousadas Históricas em Portugal | 53 |
| Tabela 3 - Requisitos obrigatórios e propostos | 62 |

Lista de Acrónimos

| | |
|-------|---|
| DGEMN | Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais |
| RCCTE | Regulamento das Características de Comportamento Térmico em Edifícios |
| CMP | Câmara Municipal de Pinhel |
| DRCC | Direcção Regional da Cultura do Centro |
| PDM | Plano Director Municipal |
| RGEU | Regulamento Geral das Edificações Urbanas |

1. Introdução

1.1. Relevância da temática

O património arquitectónico é uma jóia gratuitamente adquirida de gerações passadas, que deveria ser valorizada e salvaguardada para que o seu conteúdo fosse devidamente transmitido, não o deixando desmoronar com o passar dos tempos. Cada pedra que cai é como um desmembramento com a nossa história, que a pouco e pouco nos vai empobrecendo culturalmente, dilacerando a identidade de um povo. É um bem enriquecedor de uma sociedade, de uma cultura e de uma história, que caracteriza um tempo, um estilo e uma memória. É lamentável depararmo-nos com a decorrente degradação de edifícios, sem que haja uma atempada intervenção. Nestas condições encontra-se uma grande diversidade patrimonial, como é o caso do Solar dos Távoras.

O Solar dos Távoras situa-se no concelho de Pinhel, na aldeia de Souropires. A sua edificação data dos finais do século XV, até princípios do século XVI. O edifício pertenceu a Pedro Lourenço de Távora, reposteiro-mor de D. Afonso V e membro do Concelho do Reino. Considerada uma das famílias nobres mais importantes a nível nacional, os rumores do envolvimento no atentado ao rei D. José I, não os livraram do trágico destino da família Távora.

Este edifício está classificado como imóvel de interesse público, o que contribui para a sua valorização e reconhecimento nacional. Para além disso tem uma grande relevância não só a nível arquitectónico e histórico, mas também regional, uma vez que é considerado um exemplar único em toda a região. O solar evidencia influências da arquitectura popular tradicional portuguesa, da arquitectura militar medieval e da arquitectura renascentista. A propriedade é composta por uma casa nobre que tinha como destino a habitação, um pequeno anexo, um quintal, e ainda lhe está agregada uma capela independente.

A casa nobre diferenciava-se através da existência da torre, como símbolo de poder. No caso do Solar dos Távoras, o edifício é formado por duas torres laterais e um corpo central mais baixo. A nível da organização interna, não se conhecem as antigas funções do edifício. Mas século XV, a descrição feita por D. Duarte dá um contributo à interpretação da organização interior do solar.

Actualmente o edifício apresenta um avançado estado de degradação estando mesmo em risco de ruir. Algumas paredes exteriores demonstram alguma fragilidade estrutural. Os edifícios principais apresentam-se bastante degradados, desmoronando parte do telhado e algumas paredes interiores. Os anexos encontram-se em ruína e principalmente a capela contem uma parede exterior em risco de ruir.

É urgente agir perante esta realidade inquietante. É essencial que o edifício seja sujeito a uma intervenção. Não chega apreciar só o seu exterior, se o seu interior clama para ser descoberto. Que adianta tantas histórias e vidas, se depois se deixam diluir com o tempo? As suas aberturas vêm o passar do tempo e deixam uma fresta aberta para a imaginação. Como seria olhar através delas?

A realização desta dissertação/projecto pretende-se que seja um grito de alerta, para que a riqueza patrimonial deste edifício classificado como tantos outros, não caia no esquecimento. Para esse propósito realiza-se uma proposta para uma intervenção arquitectónica, que se destina a uma Pousada, de maneira a lhe restituir uma função dinamizadora e valorização patrimonial local. São tidas em conta todas as características, e daí originar uma ligação equilibrada e harmoniosa do património existente com a nova edificação.

A proposta está sujeita à legislação em vigor, devendo responder a todas as necessidades impostas e que se considerem relevantes para o bom funcionamento do edifício. Pretende-se dotá-lo de capacidades que propiciem o desenvolvimento de diferentes actividades, possibilitando uma diversidade de ofertas, tornando-se assim mais atractivo. A finalidade da intervenção arquitectónica é demonstrar o potencial do edifício, garantindo a sua continuidade enquanto património.

1.2. Objectivos

As expectativas traçadas para esta dissertação/projecto de mestrado, passam por desenvolver um trabalho que dignifique o Solar dos Távoras. Nesse sentido, é fundamental a consciencialização sobre o facto da preservação do património ser essencial para o enriquecimento arquitectónico e cultural, e que toda a herança arquitectónica deve ser mantida e transmitida às gerações futuras. Tendo em conta o carácter do edifício, a harmonização do passado com o presente, permite que todo o propósito projectual absorva de forma equilibrada a dialéctica com o lugar. A ideia para a adaptação do Solar dos Távoras a pousada, tem como objectivo a preservação e salvaguarda do monumento, aliada às exigências actuais.

No seguimento da ideia, delineiam-se objectivos específicos para o desenvolvimento da temática, tais como:

- Conhecer as influências arquitectónicas tomadas pelo Solar dos Távoras, de maneira a aprofundar os conhecimentos e a forma de actuação para enriquecimento do projecto.
- Entrevistar o proprietário do Solar, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pinhel e a Directora da delegação Regional da Cultura do Centro, de maneira a perceber que perspectivas existem em relação ao monumento.
- Realizar um inquérito à população de Souropires com o objectivo de compreender a relevância do edifício na comunidade, e saber a opinião sobre o impacto da proposta de intervenção.
- Efectuar uma escolha de exemplos que possam servir à proposta a desenvolver, assimilando diferentes ideias e perspectivas para adequar o projecto às necessidades actuais, e extrair as estratégias gerais de intervenção.
- Realizar o levantamento do edifício, para que a nova proposta se ajuste o mais possível ao existente, tendo em conta todos os aspectos actuais.
- Elaborar um projecto de arquitectura destinado a uma Pousada, baseado num programa que preserve a herança arquitectónica na nova intervenção.

1.3. Metodologia

A metodologia a empregar desenvolveu-se em sete fases distintas: 1) a pesquisa, 2) as entrevistas, 3) o inquérito, 4) análise de exemplos, 5) o levantamento do edifício, 6) a interpretação organizacional e formal do Solar dos Távoras, e 7) o projecto de arquitectura de uma pousada.

Na primeira fase realizou-se uma pesquisa de toda a documentação que se considerada fundamental para o desenvolvimento da temática, tais como: 1) recolha de documentação e informação inerente ao Solar, 2) pesquisa de livros, de teses/dissertações no que respeita a casos de estudo similares, 3) recolha de regulamentos vigentes para garantir a aplicabilidade dos mesmos na futura proposta. Para esta pesquisa foi necessário recorrer: ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ao Arquivo Distrital da Guarda, e ao arquivo que integra o Sistema de Informação para o Património Arquitectónico; em bibliotecas e informação existente na internet.

Na segunda fase estava planeado a realização de entrevistas ao proprietário do Solar, ao Sr. Presidente da Câmara de Pinhel (CMP) e à Delegação Direcção Regional da Cultura do Centro (DRCC), de forma a recolher opiniões a respeito do Solar dos Távoras. Tentou-se contactar o proprietário ao longo de desenvolvimento do trabalho, mas não se mostrou disponível para tal. Para contactar o Sr. Presidente António Ruas (CMP), fez-se o pedido através do endereço electrónico oficial do próprio. Em relação à Delegação da DRCC, tentou agendar-se a entrevista, mas a pedido da entidade, foi-lhes enviada uma lista de questões. Aguardou-se uma resposta da CMP e da Delegação da DRCC, mas até ao fim do desenvolvimento do trabalho não foi possível obter uma resposta.

Na terceira fase, realizou-se a 5 de Junho de 2011 um inquérito à população de Souropires a fim de saber que impacto teria uma intervenção no Solar dos Távoras. O inquérito foi feito na proximidade da Junta de Freguesia, local favorável para a sua realização, uma vez que decorriam eleições.

Na quarta fase, efectuou-se um estudo a diferentes edifícios que pela sua função ou características, sejam apropriadas para desenvolvimento da futura intervenção. Para tal, efectuou-se uma escolha de exemplos em bibliografia existente, e recorreu-se a informação presente na internet, de maneira a extrair os aspectos mais relevantes para o desenvolvimento do programa da pousada. A escolha de exemplos estruturou-se de duas formas: a primeira contribui para a visualização de estratégias gerais no panorama internacional, e a segunda diz respeito a exemplos de pousadas existentes a nível nacional. As intervenções escolhidas foram o Arquivo Municipal de Valladolid, o Hotel Fouquet Barrière em Paris, e a Caixa Fórum em Madrid. Para o exemplo das pousadas escolheu-se: a Pousada de Santa Marinha da Costa, do arquitecto Fernando Távora; a Pousada Santa Maria do Bouro, do arquitecto Souto Moura; e a Pousada Flor de Rosa, do arquitecto Carrilho da Graça.

Na quinta fase realizou-se o levantamento do edifício, uma vez que os desenhos existentes não correspondem às proporções reais do edifício. Para a realização do levantamento foram utilizados vários recursos de forma a garantir a maior veracidade possível.

O levantamento teve várias etapas: 1) o levantamento topográfico da implantação e volumetria do edifício, 2) a medição com fita métrica e com um medidor de distâncias a laser; 3) o levantamento fotográfico, 4) a sobreposição do levantamento das volumetrias com as fotografias, para efectuar o preenchimento do conteúdo nos desenhos.

Na sexta fase, com base nos conhecimentos expostos ao longo do trabalho, do estudo em relação às influências arquitectónicas do edifício, procedeu-se a uma interpretação organizacional e formal do Solar dos Távoras. Todo o conhecimento adquirido no progresso do trabalho até este ponto, pretende servir de fio condutor para o desenvolvimento do projecto de arquitectura.

Na última fase efectuou-se uma proposta de intervenção arquitectónica para a realização de uma pousada. A base para o desenvolvimento teórico é sustentada pelo Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro, que considera classificá-lo como pousada uma vez que se integra num imóvel classificado de interesse público. Tornou-se necessário elaborar um programa adequado às circunstâncias actuais do edifício, que permitiu corresponder o rés-do-chão à área pública e os pisos seguintes à área privada. O programa elaborou-se com base nos requisitos mínimos exigidos pela Portaria n.º 327/2008 (II série) de 28 de Abril.

O desenvolvimento do projecto teve em consideração todas as imposições legais vigentes à sua realização, tais como: o Plano Director Municipal de Pinhel (Resolução do Concelho de ministros n.º 83/95, ratificado a 11 de Maio); o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (Decreto-lei n.º 50/2008 de 19 de Maio); os requisitos necessários à instalação de empreendimentos hoteleiros (Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro e Portaria n.º 327/2008, de 28 de Abril); os requisitos dos equipamentos comuns dos empreendimentos turísticos (Portaria n.º 358/2009 de 6 de Abril); os requisitos de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas (Portaria 215/2011 de 31 de Maio); o regime jurídico para a realização de projectos ou intervenções sobre bens culturais (Decreto-Lei n.º 140/2009, de 14/02/2009, de 15 de Junho); a lei das acessibilidades (Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto); Segurança Contra Incêndios em Edifícios (Decreto-Lei n.º 200/2008, de 12 de Novembro, e Portaria n.º 1532/2008 de 29 de Dezembro); e o (RCCTE) Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (Decreto Lei n.º 80/2006, de 9 de Abril).

A escolha da proposta para uma pousada no Solar dos Távoras, é fundamentada no potencial inerente ao próprio edifício, e dá uma resposta a uma necessidade regional de um estabelecimento hoteleiro com características diferenciadoras.

1.4. Estrutura

O conteúdo do trabalho foi dividido em quatro partes distintas, capítulos 2, 3, 4 e 5.

O capítulo 2, começa por fazer uma contextualização do Solar nos Távoras em relação à sua relevância histórica. Inicialmente faz-se uma abordagem ao local onde está inserido, de maneira a perceber-se o contexto regional. Neste sentido faz-se referência à família dos Távoras, a quem pertenceu o edifício, e demonstra-se a importância e envolvimento desta família nobre no panorama nacional do século XVIII. Tendo em conta a relevância histórica do solar, efectua-se uma descrição do existente, de forma a identificar todas as características arquitectónicas do edifício. E por fim apresentam-se as influências e evolução da casa nobre.

O capítulo 3, demonstra a importância do Solar dos Távoras como património, após o reconhecimento atribuído com a sua classificação como imóvel de interesse público. Expõe-se a importância da sua classificação, da zona de protecção, e faz-se uma retrospectiva das obras de conservação e restauro a que o edifício foi sujeito durante os anos seguintes. Com a contínua degradação do edifício, torna-se fundamental registar o estado actual em que se encontra. Por isso fala-se sobre a realização do levantamento em 2011, e identificam-se os problemas mais visíveis do edifício. Na finalização deste capítulo, realiza-se uma interpretação organizacional e formal do edifício.

No capítulo 4, mostra-se um panorama geral de intervenções no património arquitectónico, e observam-se três exemplos de pousadas históricas em Portugal, de maneira a extrair as estratégias gerais de intervenção.

No capítulo 5, apresenta-se o projecto final, para uma intervenção no Solar dos Távoras. Expõe-se a importância da proposta, verifica-se o enquadramento legal necessário à concretização do projecto, elabora-se um relatório de procedimentos realizados ao longo do trabalho, e termina-se com uma memória descritiva.

Os anexos existentes são compostos com: a documentação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN); o relatório do inquérito realizado à população de Souropires, bem como os seus resultados; e o levantamento fotográfico. Este trabalho é complementado com os desenhos técnicos referentes ao projecto de arquitectura, existentes na pasta.

2. O Solar, uma referência histórica

2.1. O Local

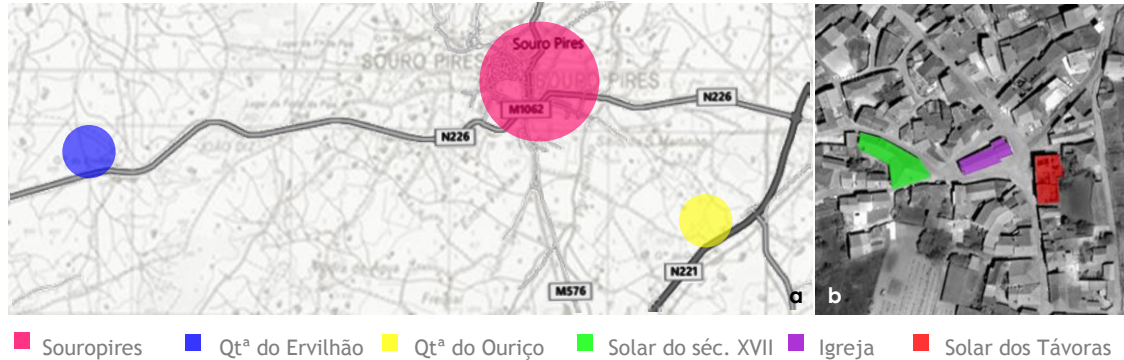


Figura 1 - Localização de Souropires

No século XV, a aldeia de Souropires encontrava-se integrada na Comarca da Beira¹. Tanto a sua origem como a data de fundação é incerta². Segundo Americo Costa³, fazia parte da povoação a Quinta do Ervilhão pertencente à família Távora, e a Quinta do Ouriço, (fig.1a). Contudo, é na Quinta do Ervilhão que em 1320 o rei D. Dinis manda construir uma capela, dedicada a S. Pedro⁴. Sendo esta a construção mais antiga, presume-se que a origem da aldeia terá surgido no Ervilhão.

O Solar dos Távoras situa-se no Largo do Adro em Souropires, a 7km da cidade de Pinhel. A sua proximidade com Pinhel permite englobá-lo nos roteiros turísticos, potenciando assim o seu património concelhio. Essa diversidade patrimonial amplia o conteúdo histórico, valoriza e torna mais atractiva a região tanto para turistas e visitantes, como vangloria os próprios residentes. Ao se encontrar no interior da localidade, o Largo do Adro⁵ (fig.1b), tem como referências principais: no centro, a igreja matriz de S. Lourenço; a poente, o Solar do século XVIII, mandado construir pelo tenente-coronel Manuel da Fonseca⁶; a nascente, o Solar dos Távoras.

¹ João Silva de Sousa, *Senhorias Laicas Beirãs no Século XV*, Livros Horizonte, Lisboa 2005, p. 21, 105.

A comarca constituía uma divisão administrativa e civil.

² Augusto Soares d´Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno: Dicionario geographico, estatístico, chorographico, heráldico, archeologico, histórico, biographico e etynologico, de todas as cidades, villas e freguezias de portugal e de grande numero de aldeias*. Vol. IX, Livraria Editora Tavares Cardoso & irmão, Lisboa 1880, p. 437.

³ Americo Costa, *Diccionario Chorografico de Portugal Continental e Insular*. Vol. XI, Porto1948.

⁴ Ilídio Marta, *Pinhel Falcão: notas e factos*. Editora Tipografia Mondego, Celorico da Beira 1943, p.197.

⁵ AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*. Vol. I, 4ª edição, Ordem dos Arquitectos, Lisboa 2004, p. 237. Referem que os largos da beira são alargamentos de ruas, para dar um adro à igreja.

⁶ Ilídio Marta, op. cit.,p.198.



Figura 2 - Envolvente do Solar dos Távoras, Largo do Adro em Souropires

A implantação do solar determinou o crescimento da aldeia (fig.2), desencadeando o desenvolvimento de um povoamento tendencialmente aglomerado.⁷ Em 1768, a aldeia tinha aproximadamente 110 fogos⁸, e era considerada um importante centro.

Na época da terceira invasão francesa⁹ era atravessada pela estrada militar que ligava Pinhel a Celorico da Beira, outrora palco de grandes conflitos¹⁰. Essa antiga estrada é agora considerada um caminho rural, de acesso a terrenos agrícolas e pinhais.

A aldeia beneficia actualmente de bons acessos viários. Os principais são efectuados através da antiga estrada construída nos finais do século XIX¹¹, conhecida posteriormente por Estrada Nacional 226 que liga Pinhel a Trancoso, e pela Estrada Nacional 221 que liga a Guarda a Pinhel. A envolvente do edifício encontra-se actualmente bastante descaracterizada, apesar de nas proximidades ser possível observar uma forte presença de casas antigas em pedra, com características da arquitectura popular.

⁷ AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*, op.cit., p. 198.

⁸ Augusto Soares d' Azevedo Barbosa de Pinho Leal, op. cit., p. 436.

⁹ Ocorreu em 1810, comandada pelo Marechal Masséna.

¹⁰ Ilídio Marta, op. cit., p.197.

¹¹ Idem.

2.2. A Família

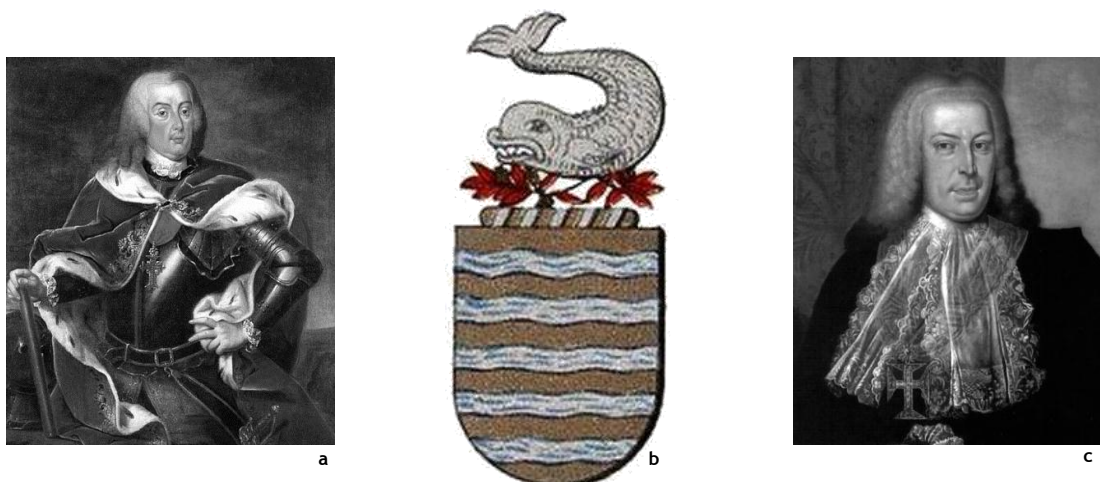


Figura 3 - (a) Rei D. José I; (b) Brasão de Armas da Família Távora; (c) Marquês de Pombal

Os Távoras foram uma das famílias nobres portuguesas mais ricas e atípicas (fig.3b). A sua origem advém da descendência de Ramiro II, filho do rei de Leão¹². Ao longo do tempo foram fazendo boas alianças e todos os casamentos realizados foram entre varões dos Távoras e descendentes de D. Afonso Henriques, o que os afirmava com poder, riqueza e privilégios. Levanta alguma curiosidade o porquê da construção de uma casa senhorial fora da vila de Pinhel, hoje cidade. Deve-se ao facto de serem concedidos pelo rei D. Afonso V privilégios ou imunidades fiscais à nobreza, que optou por construir em coutos, aplicando-se ao solar a “imunidade territorial”¹³.

O Solar dos Távoras terá pertencido no século XV a Pedro Lourenço de Távora, reposteiro-mor de D. Afonso V e membro do Concelho do Rei¹⁴, tendo-o doado nos finais do século XV à sua filha mais nova D^a Isabel de Távora, como dote de casamento com o fidalgo espanhol Domingos Annes do Campo¹⁵. Durante varias gerações o solar tornou-se residência permanente da sua família.

Na segunda metade do século XVIII começou o declínio da família Távora. Tudo começou quando se descobriu que a esposa de Luís Bernardo Távora, nora dos marqueses de Távora, era amante do rei D. José I (fig.3a). Desencadeou-se a discórdia, aumentando a repugnância do Marques de Pombal (fig.3c) em relação aos Távoras.

¹² Disponível em: <http://oslorenas.blogspot.com/2008/08/braso-da-familia-tvora.html>. Consultado em: 10/04/2011.

¹³ Renata Cristina de Sousa Nascimento, *Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)*. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2005, p. 74. Disponível em: <http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2005/RenataCristinadesousanascimento.pdf>. Consultado em: 13/04/2011.

¹⁴ Segundo João Silva de Sousa, Pedro ou Pêro Lourenço de Távora era Beirão natural da Comarca da Beira, desempenhando cargos em outras regiões e no país.

¹⁵ João Carlos Metello de Nápoles e Jorge Metello de Nápoles, *Solares e Casas Nobres do concelho de Pinhel*. Edição: Autores - MP / 2006, p. 446.

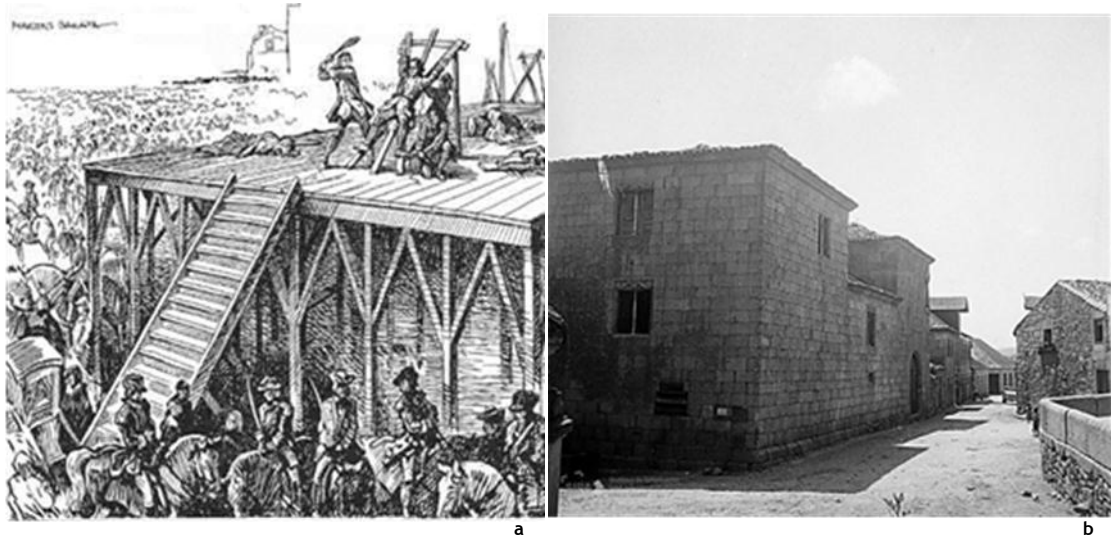


Figura 4 - (a) Representação do Cadafalso dos Távoras; (b) Solar dos Távoras, 1950

Após Setembro de 1758, em consequência do atentado ao rei D. José I, a família dos Távoras sofreu uma perseguição, por serem considerados envolvidos no atentado. Assim, o Rei D. José I e o Marquês de Pombal determinaram a execução de toda a família dos Távoras, (fig. 4a). A partir desse momento o Solar deixa de ser a residência permanente dos seus donos.

Devido aos acontecimentos anteriores, começou a ser cada vez mais inserta a estadia dos donos nesta residência. Mesmo assim, em meados do século XX ainda lá pernoitaram alguns familiares. A partir da metade do século XX, a ausência prolongada de residentes provocou o aceleramento da degradação do edifício, (fig.4b). Esta casa senhorial passou de geração em geração, sendo o proprietário actual o Tenente-Coronel José Paulo Montenegro de Mendonça Falcão¹⁶.

¹⁶ João Carlos Metello de Nápoles e Jorge Metello de Nápoles, op. cit., p. 465.

2.3. A construção



Figura 5 - (a) Fachada do Solar dos Távoras, 1998; (b) Janela de canto, 1957

O Solar dos Távoras, (fig.5a), foi edificado na aldeia de Souropires entre finais do século XV e princípios do século XVI¹⁷. Presume-se, que no século XV existisse neste local uma coutada pertencente aos Coutinhos de Marialva.¹⁸ A coutada era um terreno apenas de domínio do nobre, para praticar actividades como a caça, a pesca ou criar gado.¹⁹ A implantação do edifício foi efectuada num “lugar chão”²⁰, o que debilita as suas características defensivas e anuncia o fim dos seus objectivos militares.

A autoria da obra é completamente desconhecida, não se reconhecendo o construtor ou arquitecto. Considera-se que esta casa nobre tinha uma função residencial²¹, e era constituída por uma capela independente, um anexo, um pátio exterior e um quintal com um poço. O solar evidencia influências da arquitectura militar medieval, da arquitectura popular tradicional portuguesa e da arquitectura renascentista, (fig.5b). A arquitectura militar medieval influenciou a casa nobre na estrutura do edifício, e na introdução da torre.

¹⁷Ilídio Marta, João Carlos Metello de Nápoles e Jorge Metello de Nápoles, e informação disponível: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73389/>; http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=2932, referem que edifício pertence aos finais do séc. XV e princípios do séc. XVI. Consultado em: 9/05/2011.

¹⁸ Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico, *Plano da área territorial da Guarda, Património Artístico- Cultural, situação actual, concelho de Pinhel*, p. 43.

¹⁹ Adriano Vasco Rodrigues, *Terras da Meda: Natureza, cultura e património (monografia) 2ª edição*. CM Meda, Meda 2002.

²⁰ Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses: Introdução ao estudo da Casa Nobre*, Livros Horizonte, Lisboa 1988, p. 22.

²¹Disponível em:http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=2932. Consultado em: 12/05/2011.



Figura 6- Implantação do Solar dos Távoras

A Norte, a casa confronta com a Praça General Farinha Beirão. A Este e a Sul, com espaço do próprio quintal. A Oeste, com o Largo do Adro. Tem uma planta irregular, com uma área de implantação de 350.83 m². O edifício é construído em pedra de granito, e a cobertura existente é em telha de canudo. Na perspectiva da fachada Oeste (fig.6), o edifício é formado por duas torres laterais mais elevadas, praticamente simétricas, sendo o corpo central mais baixo em relação às torres.

A torre Norte tem três pisos. A torre Sul, tem dois pisos, sendo o piso térreo um pé-direito duplo. O restante corpo é composto por dois pisos. O remate da fachada Norte, da fachada Oeste, e em redor das duas torres tem a empena recta com cornija, e no resto do edifício por meia empena. As torres têm ambas uma cobertura de quatro águas, e o corpo mais baixo é de duas águas. A fachada Oeste (fig.7) tem o embasamento biselado. Na torre Sul encontra-se a porta de entrada principal com arco de volta perfeita, e no último piso tem uma janela de canto com uma coluna de fuste canelado e um lintel recto.



Figura 7- Fachada Oeste, 1955

A nível do piso térreo do corpo central existe uma fresta rectangular na horizontal. O primeiro piso do corpo central e o segundo piso da torre Norte, têm uma janela com moldura biselada, com um mainel e capitel em mármore decorado por motivos vegetalistas, e um lintel decorado por motivos fitomórficos em médio relevo no terceiro piso da torre Norte e no segundo piso do corpo central.



Figura 8 - (a) Fachadas Norte, 1950; (b) Fachada Sul, 1957

A fachada Norte (fig.8a) tem um embasamento biselado, e é composta a nível do piso térreo por uma fresta rectangular na horizontal, por uma porta com moldura recta, e outra porta de lintel recto de acesso ao pátio exterior. O primeiro e segundo piso têm uma janela de moldura biselada com um mainel e capitel em mármore decorado por motivos vegetalistas e um lintel decorado por motivos fitomórficos em médio relevo. No corpo mais recuado do lado posterior, correspondente à varanda, existe uma porta com uma moldura biselada.

A fachada Sul da torre (fig.8b), partilha com a fachada principal a janela de canto, e a nível do piso térreo tem uma porta de lintel recto e uma fresta rectangular na horizontal. O corpo adossado à torre tem, no segundo piso, uma janela de moldura biselada. No corpo mais saliente da fachada posterior, existe uma porta a nível do primeiro piso.



Figura 9 - Fachada Este, 1955

A fachada Este tem um corpo em toda a sua extensão, mais baixo em relação às torres (fig.9). O corpo mais avançado é composto por uma escadaria e uma varanda exterior em pedra de acesso ao primeiro piso, com uma porta de lintel recto. O corpo mais recuado, na parte adossada à torre Norte, tem uma janela no piso térreo, e uma janela de moldura biselada no primeiro piso. No último piso da torre Sul contém uma pequena janela com lintel recto. O piso térreo contém duas frestas rectangulares na vertical e uma porta de lintel recto.



Figura 10 - Janelas da fachada Este, 1954

O primeiro piso é composto por três janelas: a primeira tem um lintel recto com moldura biselada, decorada com meias esferas e ladeado por mísulas; a segunda com moldura biselada; a terceira contém um lintel recto com moldura recta. Entre a primeira e segunda janela existe uma pedra com um bico que supostamente corresponde a um lavatório (fig.10).



Figura 11 - Lintéis decorados por motivos fitomórficos em médio relevo: Fachada Oeste: (a) Janela central, (b) Janela do 1º piso; Fachada Norte: (c) Janela do 1º piso, (d) Janela do 2º piso

Os seus elementos mais decorativos (fig.10), as aberturas, bem como a janela de canto, apresentam influências do Renascimento. Existem fortes indícios no estado actual do edifício de que a casa não tem as características originais da época da sua construção²². Essa situação é bastante plausível pelo facto de estarem claras diversas influências, que podem resultar de diferentes fases de construção e da progressiva adaptação a novas necessidades das variadas gerações da família Távora.

²² Descrição baseada no levantamento local, e na informação disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2932, SIPA TXT. 01595604; <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73389/>. Consultado em:15/05/2011.

O interior do solar encontra-se, em geral, muito degradado. As paredes interiores têm pedra à vista, encontrando-se em algumas partes vestígios de reboco pintado com cor branca. O piso térreo é composto por sete espaços (fig. 12a).

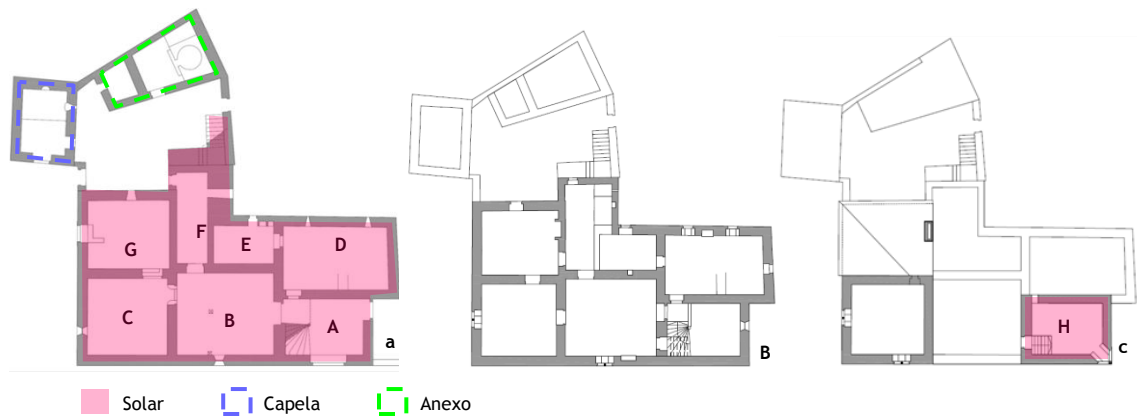


Figura 12- (a) Planta do piso térreo, (b) Planta do 1º piso, (c) Planta do 2º piso, Solar dos Távoras

A torre Sul, correspondente à entrada principal, formada por um átrio A de pé-direito duplo, com um pavimento lajeado, e por uma escadaria interior em pedra de acesso ao primeiro piso. No primeiro piso existe apenas uma escadaria de madeira que liga o segundo piso do corpo central ao último piso da torre. O pavimento do espaço H (fig.12c) é em madeira, danificado pela existência da cobertura muito degradada.

Através do átrio de entrada é possível aceder ao corpo central B e ao espaço D. O interior do espaço B tem dois pilares em pedra, e no primeiro piso tem um nicho do lado esquerdo da janela com conversadeira. Esta área permite o acesso ao espaço C e F.

O espaço C correspondente à torre Norte, tem no primeiro piso uma janela conversadeira, e no segundo piso tem duas. O espaço D tem a ruína de uma parede divisória. No último piso, o espaço D tem um nicho que se supõe corresponder a um lavatório entre as duas janelas com conversadeira. A partir desta área acede-se ao espaço E que tem dois nichos no piso térreo, e outro a nível do último piso. O espaço F corresponde ao corpo mais saliente da fachada Este. O espaço G tem acesso pelo exterior da fachada Norte, e um acesso interior através do espaço C. O espaço G contém no primeiro piso uma lareira em pedra.

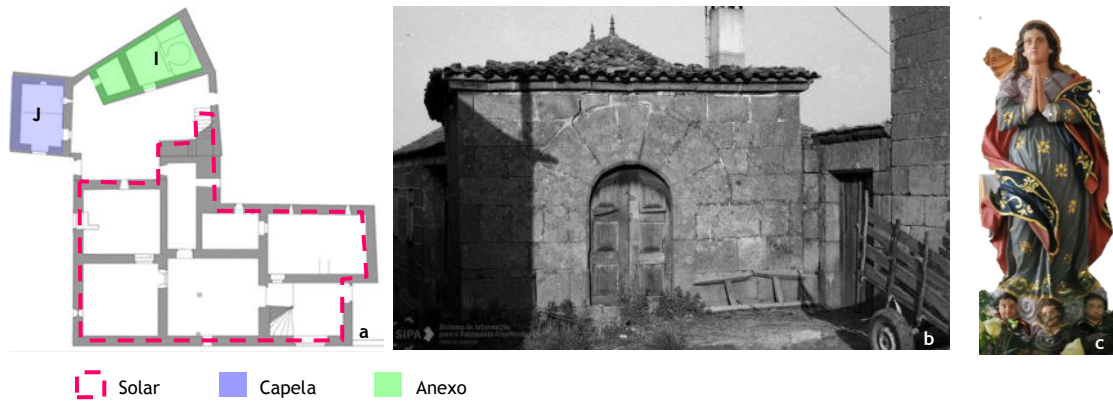


Figura 13 - (a) Planta do piso térreo; (b) Capela; (c) Imagem de N. Sr.ª da Esperança

O espaço J corresponde à capela (fig.13a,b), e localiza-se a Nordeste do solar. A Norte confronta com um caminho público. A Este, confina com uma construção vizinha; a Sul, com o interior da propriedade do solar; a Oeste, com a Praça General Farinha Beirão. A construção é mais recuada, não interferindo directamente com a volumetria do solar. A anexação de capela própria, foi uma novidade que surgiu ainda no Renascimento.²³

Tem uma planta rectangular, com uma área de implantação de 35,34 m². As paredes exteriores são em granito, de embasamento biselado e com cornija na fachada norte e oeste, e uma cobertura a quatro águas. A fachada principal da capela tem uma porta central de moldura biselada, com arco de volta perfeita. A fachada Sul, correspondente ao interior da propriedade, e tem uma porta de lintel recto e uma fresta vertical. O interior tem vestígios de reboco, pintado com cor branca, e contem um nicho na parede Este destinado à valiosa imagem de Nossa Senhora da Esperança, (fig.13c).



Figura 14 - Anexo e forno

O espaço I corresponde ao anexo (fig.13a), e está localizado a Este do solar, dentro da propriedade. A fachada Este confina com uma construção vizinha. Tem uma planta rectangular, com uma área de implantação de 46,47 m², e está dividido em dois espaços. As paredes exteriores são em granito. Tanto a fachada Norte como a fachada Oeste possuem uma porta com moldura recta. Mas apenas a entrada oeste dá acesso ao interior do espaço com a existência de um forno todo construído em pedra (fig.14).

²³ Carlos de Azevedo, op. cit., p.43.

2.4. Influências e evolução da casa nobre



Figura 15 - Janela renascentista e a fresta horizontal, Solar dos Távoras

A casa revela um estilo de vida que, ao longo do tempo, com a evolução natural da sociedade, manifesta um progressivo apuramento do gosto e de alterações de hábitos de vida. Daí que seja natural que a casa receba diversas influências, dificultando o enquadramento de um edifício numa época ou num estilo, pois é frequente a existência de sobreposição de estilos.²⁴ Essa herança adquire uma complexa contextualização de épocas permitindo, por sua vez, modificações e um conseqüente enriquecimento cultural. "Os elementos de diferentes épocas são mais fáceis de distinguir porque conservam o carácter de estilo próprios da sua época."²⁵

As características inerentes à casa nobre surgem por influências da arquitectura militar, começando a sua evolução segundo Carlos Azevedo, com a torre de menagem.²⁶ Esta apareceu no século XI, por tratar-se de um local fortificado, crucial para a protecção das vilas e cidades. Era habitação do nobre, onde o rei e os senhores se poderiam reunir e proteger, podendo mesmo servir de refúgio às populações. As necessidades defensivas determinaram as suas características arquitectónicas. Daí advém a influência medieval da arquitectura militar, surgindo uma adaptabilidade da casa à torre.²⁷

²⁴ Carlos de Azevedo, op. cit., p.14, 15.

²⁵ *Ibidem*, p.17.

²⁶ *Ibidem*, p.19.

²⁷ *Ibidem*, p. 20, 21.

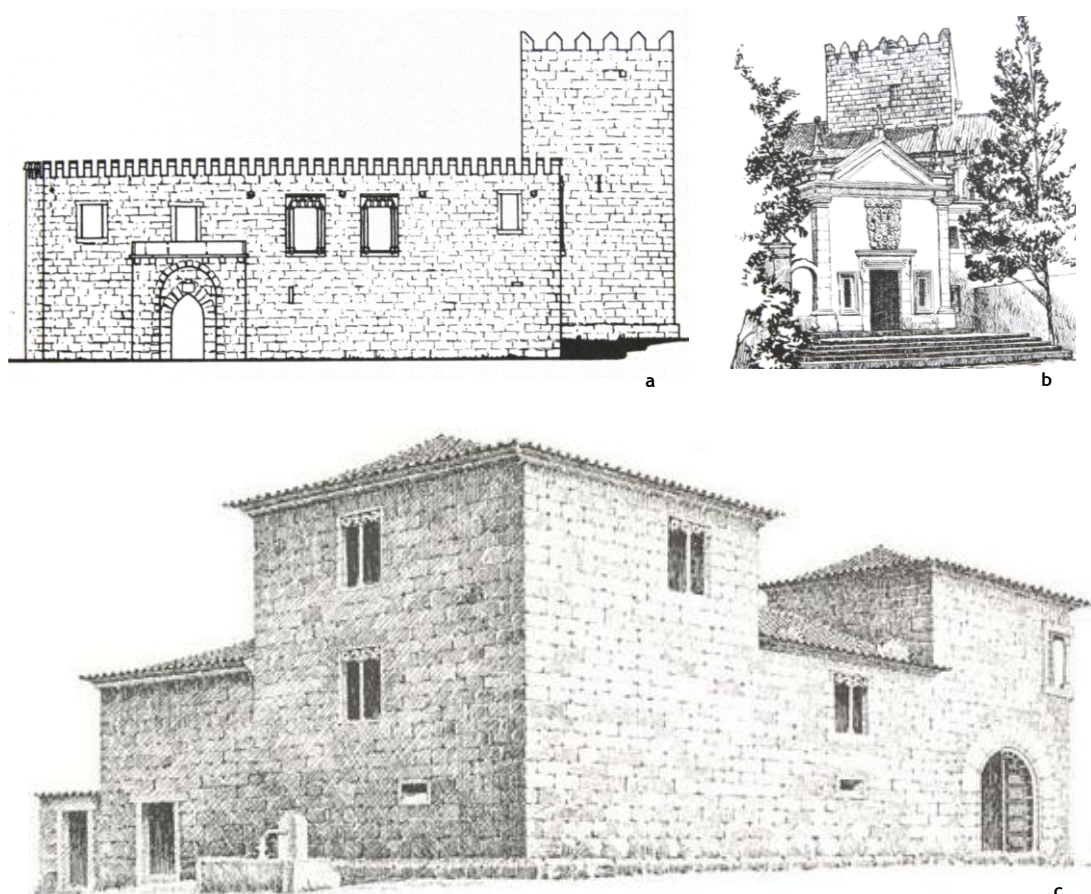


Figura 16 - Representação de três formas de casa nobre:

(a) Paço de Giela Giela; (b) Solar da Torre de Aguiã; (c) Solar dos Távoras

A construção da casa passa a ser em “lugares chãos”²⁸, o que debilita as suas características defensivas e anuncia o fim dos seus objectivos militares. Mesmo após a reconquista, as torres continuam a ser construídas, como símbolo senhorial.²⁹ Com a evolução da sociedade, já no fim da idade média, as novas exigências residenciais obrigaram a uma ampliação junto das torres, o que transformou a casa senhorial num programa mais complexo.³⁰



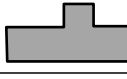
Surgiram diversos tipos de casas, tendo sempre como elemento principal a torre, mas com diversas utilizações. De acordo com Carlos Azevedo, as casas agrupam-se de três formas (fig.16): a) um corpo adossado à torre; b) um corpo ligado a duas torres; c) a torre no centro da casa. A primeira foi a forma mais usual. Uma vez que a torre tem um espaço condicionado, o corpo adossado permitiu o desenvolvimento de novas dependências. O segundo tipo de casa tem duas torres laterais ligadas a um corpo central, normalmente mais baixo. É dentro desta categoria que se situa o Solar dos Távoras. O terceiro, com a torre ao centro da casa, é a forma mais invulgar de encontrar.

²⁸ Carlos de Azevedo, op. cit., p. 22.

²⁹ José Custódio Vieira da Silva, op. cit., p. 64. Segundo o autor Carlos Azevedo, a torre tinha o significado de poder.

³⁰ *Ibidem*, p. 26.

Tabela 1 - A casa nobre em Portugal, exemplares e características gerais

| Nome | Local | Século | Enquadramento | Material | | | |
|---|-------------------|-------------|---------------|-----------------------------------|-------------------|---------------------|-----------------|
| | | | | Paredes | Escadas | Pavimento | Cobertura |
|  O corpo ligado a duas torres | | | | | | | |
| Solar dos Pinheiros | Barcelos | 15/16/17 | Rural | Granito | Pedra/ Madeira | | Telha |
| Solar dos Távoras | Souropires | 15/16 | Urbano | Granito | Pedra/ Madeira | Madeira | Telha |
| Paço das Belas | Sintra | 16/18 | Rural | Alvenaria mista | | | |
| Paço Régio de Leiria | Leiria | 12/16 | Urbano | Alvenaria mista | | | |
|  O corpo adossado à torre | | | | | | | |
| Paço da Giela | Arcos de Valdevez | 14/15/16 | Rural | Granito | | | |
| Casa de Gomariz | Vila verde | 16 | Rural | Granito/reboco | | | |
| Torre de Aborim | Barcelos | Medieval/17 | Rural | Granito | | | Telha |
| Torre de Refoios | Ponte de Lima | 12/16/19 | Rural | Granito | Madeira | Madeira | Telha/ Betão |
| Torre de Silva | Valença | 14/16/17 | Rural | Granito | Madeira | Madeira | Telha |
| Torre de Castro | Amares | 14/16/17 | Rural | Granito | | Madeira/ granito | Telha |
| Paço de Vasconcelos | Ansião | 15/16 | Rural | Granito/reboco | | | |
| Solar e Torre de Barbosa | Penafiel | Idade Media | Rural | Torre: granito, corpo: caiadas | | Madeira | Telha |
| Paço dos Duques de Bragança | Barcelos | 15 | Urbano | Granito | | | |
| Paço de Ribafrias | Sintra | 16/18 | Urbano | Alvenaria mista | | | Telha |
|  A torre no centro da casa | | | | | | | |
| Paço do Curutelo | Ponte de Lima | 16 | Rural | Granito | | | |

Apesar dos diferentes tipos, têm características muito comuns. Pode-se concluir com base na tabela 1³¹, que a generalidade das casas nobres com estas características, encontram-se a Norte do país e em espaço rural. Em relação aos materiais, observa-se uma grande relação na escolha e aplicabilidade dos mesmos. A maioria das construções é em pedra de granito, e têm coberturas em telha. As escadas interiores e pavimentos de um modo geral são em madeira.

³¹ O conteúdo da tabela 1, resulta da recolha de informação disponível em: http://www.Monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-930011ff2619a4d2; <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/>. Consultado em: 10/06/2011.

Entre o século X e XV surgiram um grande número de Paços Medievais, conferindo à habitação dimensões superiores às comuns. O Paço era constituído por dois pisos: o piso térreo, o segundo piso, e o sobrado³². O acesso à habitação era feito por uma única entrada principal. Através de uma escadaria interior, acedia-se ao primeiro piso. No início do século XV, D. Duarte faz uma descrição precisa sobre a organização interna de um paço:

“Primeira, sala, em que entram todollos do seu senhorio que omyzados nom som, e assy os estrangeiros que a ella querem v̄r. Segunda, câmara de paramento, ou ente-camara, em que costumam, estar seus moradores e alguũs outros notavees do reyno. Terceira, camera de dormyr, que os mayores e mais chagados de casa devem aver entrada. Quarta, trescamara, onde sse costumam vestir, que p̄ra mais especiaaes pessoas p̄ra ello perteeentes se devem apropriar. Quinta, oratório, em que os senhores soos algũas vezes cadadia he bem de sse apartarem p̄ra rezar, leer per boos livros, e pensar em virtuosos cuidados.”³³

Por necessidades de defesa, o Paço Medieval, estruturava-se essencialmente para dentro. Pode-se entender que a organização interior situava nas extremidades as divisões de maiores dimensões e relevância - a sala. As divisões situadas no interior correspondem aos espaços mais reservados e íntimos. A sala era a primeira divisão a ser estruturada e localizava-se junto à parte mais externa do edifício, e geralmente tinha contacto para o exterior. Permitia uma multiplicidade de usos, como banquetes, recepções ou reuniões³⁴.

As câmaras tinham ligação directa entre elas e eram compostas por: a câmara de dormir; a câmara do paramento (antecâmara); o guarda-roupa (trascâmara), situado num espaço mais pequeno e recolhido. A câmara de dormir, situada a meio, era a mais importante. A este espaço subordinavam-se a antecâmara e a trascâmara. O acesso ao piso superior era efectuado através de uma escada interior em madeira, raramente em pedra³⁵. Durante a Idade Media, as hortas pertencentes ao Paço, têm tendência a modificar-se. Passam a ser locais com predominância de árvores de fruto, produtos alimentares, plantas aromáticas e locais de recreio, “a horta transforma-se em horto”.³⁶ O horto assume-se assim, de forma mais intensa no século XV. Numa fase mais avançada da época medieval, a torre associada à quinta, passa a ser um Solar³⁷.

³² José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*. 2ª edição, Edição do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), Lisboa, 2002. O paço era a habitação do rei e da nobreza, p. 20, 23.

³³ *Ibidem*, p. 19, p. 26 a 27. Os vestígios materiais dos Paços Medievais desapareceram, uma vez que entre o século X e XIV, eram construídos com materiais menos resistentes.

³⁴ *Ibidem*, p. 27, 28, 33

³⁵ *Ibidem*, p. 28, 29, 33.

³⁶ *Ibidem*, p. 34.

³⁷ *Ibidem*, p. 64. De acordo com o autor, o Solar tem a ver com o “chão ou assento”, significa terra, amplamente lugar ou edifício.

Por exemplo, o Paço da Giela (Arcos de Valdevez, fig.16a) é formado pelo piso térreo e pelo piso nobre. A porta principal dá acesso ao espaço que faz a ligação interior entre o piso térreo e o primeiro andar, através de uma escada³⁸. No caso do Paço Régio de Leiria, a comunicação interior realizava-se através de uma escada de madeira. A cozinha localizava-se no piso inferior ao andar nobre. O piso nobre, dispunha na zona central de três grandes divisões: a varanda, a sala, e o vestíbulo. Esta disposição central era composta de cada lado, por mais três câmaras³⁹.

Em relação ao Paço dos Duques de Bragança (Barcelos), o acesso principal é feito pela porta maior. No piso térreo situa-se espaços para o armazenamento de géneros, a adega e a salgadeira. Em seguida, a sala de armas com saída para o exterior, e com ligação à zona de serviço. A zona de serviço era formada por três câmaras: a cozinha, mais perto da lareira; ao lado e com ligação ao exterior, um espaço para guardar lenha; entre os dois anteriores, encontrava-se a dependência dos criados, com comunicação para o exterior. A zona de serviço permitia a ligação ao primeiro piso, através de uma escada de acesso a uma antecâmara, comunicante com o salão nobre. O salão nobre era o espaço maior, seguindo-se a antecâmara que servia de quarto de vestir do conde e de quarto de dormir dos filhos. Essa divisão continha uma janela comunicante com a câmara da dama, que também entrava pela mesma antecâmara. A câmara do conde era mais pequena em comparação com a da dama⁴⁰.

De um modo geral o Paço é mais protegido na parte frontal do edifício, e é constituído por um horto nas traseiras. Normalmente é composto por dois pisos, o piso térreo destinado a serviços, e o piso nobre à habitação. Os acessos entre pisos são efectuados pelo interior. A dependência maior e mais importante é a sala. As outras dependências dispõem-se em redor. Junto à câmara de dormir encontra-se a antecâmara e a trascâmara⁴¹.

³⁸ José Custódio Vieira da Silva, op. cit., p. 168,169,170.

³⁹ *Ibidem*, p. 120, 121.

⁴⁰ Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1925. Consultado em: 20/05/2011. Reconstituição efectuada por Dr.^a Clara Pimentel do Vale.

⁴¹ José Custódio Vieira da Silva, op. cit., p. 286, 287.

3. A importância do Solar dos Távoras como património arquitectónico

3.1. A Classificação

O valor histórico de uma obra não advém da sua própria relevância histórica, mas do carácter artístico. Uma obra de arte é uma parte integrante de um sistema cultural, que relaciona as dificuldades da época com as questões artísticas.⁴² A qualidade artística, para ser especial, deve ser distinguida com autenticidade⁴³, conservando um carácter⁴⁴ próprio. A individualidade do património arquitectónico, expressa uma panóplia de referências e valores.⁴⁵ A riqueza patrimonial contribui para o enraizamento da identidade de um país.

Só assim se compreende quem fomos e o que somos. Essa é uma responsabilidade da sociedade, garantir a sucessão de conhecimentos. A melhor maneira de os difundir é através da preservação material que atesta a sua existência. É determinante a consciencialização de que para projectarmos o futuro temos a incumbência de proteger e prolongar o que detemos. A classificação dos imóveis é vantajosa para a visibilidade e notoriedade do nosso património. Este processo de distinção e diferenciação permite integrar na sociedade uma sensibilização do valor comum de que também é de responsabilidade geral fruir atenções sobre a herança cultural.

Muitas premissas relacionadas com o restauro e com a conservação de edifícios têm sido discutidas em cartas, convenções e recomendações. Uma das mais importantes é a Carta de Atenas de 1931, que considera relevante a preservação da obra histórica e artística, de todos os seus estilos inerentes.⁴⁶ A Carta de Atenas impulsionou e desencadeou as legislações consequentes. A inventariação de imóveis com relevância histórica e artística, de acordo com o Decreto nº 20:985⁴⁷, era da responsabilidade da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes em colaboração com o Concelho Superior de Belas Artes, a Academia Nacional de Belas Artes, da Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos, ou de outras entidades competentes e até mesmo particulares.

⁴² Giulio Carlo Argan, Maurizio Fagiolo, *Guia de história da arte*. 2ª edição, Editorial Estampa, Lisboa 1994, p. 17.

⁴³ *Ibidem*, p. 19.

⁴⁴ Rui Barreiros Duarte, “Património: cultura, valor e memória colectiva”, *Artitextos 06: urbanismo, arquitectura, design, moda*. Centro editorial da F. de Arq- Universidade técnica de Lisboa, Lisboa 2008, p. 107. Segundo o autor, o carácter equivale a rara qualidade e personalidade.

⁴⁵ Rui Barreiros Duarte, “Património: cultura, valor e memória colectiva”, *cit.* p. 41.

⁴⁶ Alberto Flávio Monteiro Lopes, *Património Arquitectónico e Arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*. Livros Horizonte, Lisboa 2004, p. 43.

⁴⁷ Decreto nº 20:985, de 7 de Março de 1932, Cap. I, art. 2º.

Um imóvel que não merecesse a classificação de monumento nacional, tinha a possibilidade de ser considerado um imóvel de interesse público⁴⁸.

No caso do Solar dos Távoras, este foi classificado como imóvel de interesse público através do decreto nº 32:973, de 18 de Agosto de 1943. Esta distinção é uma mais-valia para o reconhecimento e valorização do património nacional que nos é transmitido. Para além da relevância a nível arquitectónico e histórico, o solar é considerado um exemplar único em toda a região.

Segundo o Decreto nº 20:985, a responsabilidade do proprietário é acrescida. Tem o dever legal de assegurar a sua conservação necessárias à preservação do edifício, e tornar ocorrente naquela época à Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes, de tudo o que se passasse com o edifício⁴⁹. Uma vez que os imóveis classificados tanto podem pertencer à esfera pública ou privada, é prevista a eventualidade do Estado realizar obras em imóveis, cujos proprietários apresentem incapacidade financeira⁵⁰ comprovada.

⁴⁸ *Ibidem*, Cap. IV, art. 30º.

⁴⁹ *Ibidem*, Cap. IV, art. 32º, 44º.

⁵⁰ *Ibidem*, Cap. IV, art. 44º, nº 2, refere: "se porventura se provar, que o proprietário ou usufrutuário não possui meios para pagamento de tais obras, poderá o estado excepcionalmente isentá-lo desse pagamento. Nesta hipótese ficará onerada a propriedade em favor do estado na proporção da despesa feita."

3.2. Zona de Protecção

Salvaguardar a envolvente dos monumentos tem um objectivo mais abrangente do que a prevenção individual de um imóvel. É a intenção de preservar a integração do edifício, e envolver o carácter substancial identificativo do local. “...a apreciação que fazemos duma cidade não depende tanto da beleza dos seus edifícios, como obras isoladas, mas sim da qualidade de relações que se estabelecem entre as construções e os espaços que as envolvem.”⁵¹

Tanto a Carta de Atenas⁵² como a Carta de Veneza⁵³ têm preocupação com a envolvente dos monumentos. A Carta de Veneza refere que se deve conservar a envolvente no caso de manter as características tradicionais, não permitindo demolições, construções novas, ou quaisquer alterações que comprometam a cor e a volumetria.⁵⁴ Na sequência da prudência estabelecida pelo Governo, fica deliberado no Decreto nº 20:985, de 7 de Março de 1932, que nos terrenos ou edifícios que se encontrem dentro de um perímetro de 50 metros de imóveis classificados como monumento nacional, deixa de ser permitido fazer novas construções, ou alterações a qualquer nível, apenas sob domínio e autorização do Concelho Superior de Belas Artes.⁵⁵

Posteriormente, com o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, essa responsabilidade passa a ser, no caso dos monumentos nacionais e imóveis de interesse público, do Ministro da Educação Nacional. As zonas de protecção de edifícios públicos tornam-se da responsabilidade do Ministro das Obras Públicas.⁵⁶ No caso dos edifícios públicos de distinto valor arquitectónico, o decreto nº 21:875, de 18 de Novembro de 1932, possibilita ao Governo autorizar e estabelecer zonas de protecção que considere relevantes para a valorização do património nacional.⁵⁷ Já na Lei nº 13/85, de 6 de Junho de 1985 determina que a todos os imóveis classificados pelo Ministério da Cultura é aplicada uma zona de protecção de 50 metros, medidos a partir dos limites exteriores dos imóveis. Nas situações em que não se observe a existência de uma zona especial de protecção é favorecida com uma zona de protecção com as mesmas dimensões.

⁵¹ Vasco Croft, *Arquitectura e humanismo: o papel do arquitecto, hoje, em Portugal*. Terramar, Lisboa 2001, p. 101.

⁵² A Carta de Atenas de 1931 é o documento resultante das conclusões da Conferência Internacional sobre o Restauro de Monumentos, tendo lugar em Atenas entre 21 a 30 de Outubro de 1931.

⁵³ Carta de Veneza de 1964, foi o documento aprovado no II Congresso Internacional de Arquitectos e de Técnicos de Monumentos Históricos, sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, tendo lugar em Veneza entre 25 a 31 de Maio de 1964.

⁵⁴ Alberto Flávio Monteiro Lopes, *op.cit.*, p. 26, 104.

⁵⁵ Decreto nº 20:985, Cap IV, art. 26 nº1.

⁵⁶ Decreto nº38:888, artigo único.

⁵⁷ Decreto nº 21:875, art. 1.

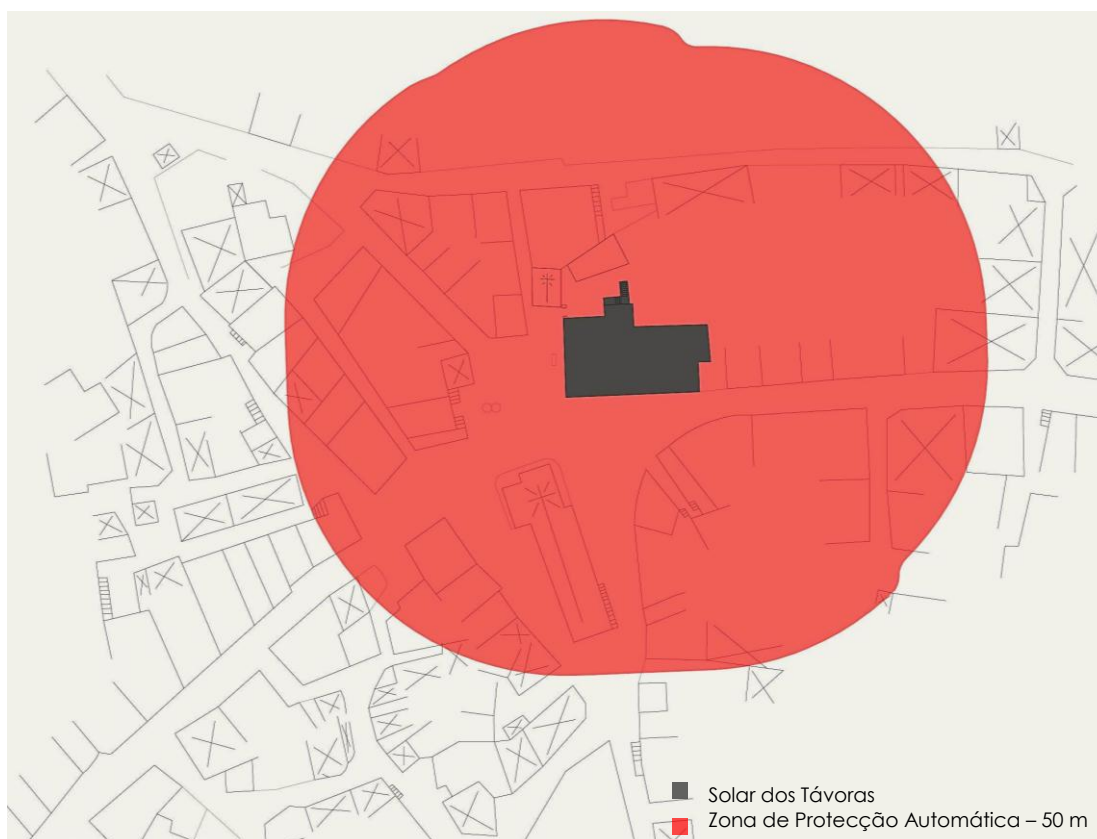


Figura 17 - Zona de protecção do Solar dos Távoras, Souropires

Todas as intervenções efectuadas dentro da zona de protecção, são da competência do Ministério da Cultura.⁵⁸ A lei tem sido aprimorada ao longo dos anos, ajustando as circunstâncias actuais da sociedade à constante necessidade de beneficiar e proteger os imóveis. Em relação ao Solar dos Távoras, faz-se reger apenas pela zona de protecção, designação que se demonstra frágil, à aplicação da lei⁵⁹.

⁵⁸ Lei nº 13/85 de 16 de Julho de 1985, I Série - número 153, art. 22º, nº1, 2, 3 art. 23º, nº1.

⁵⁹ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004; SIPA TXT: 01595844, SIPA TXT. 00311978; SIPA TXT. 00311988; SIPA TXT. 00311989; SIPA TXT. 00311983. Consultado a 12/05/2011. O caso mais flagrante foi uma construção levada a cabo pelo Sr. Joaquim Freire, na altura Presidente da Junta de Freguesia de Souropires. O processo de averiguação terá iniciado por intermédio do ilustre Sr. Doutor António Ascensão Carvalho, residente na aldeia de Souropires. Terá alertado a DGEMN, a 16 de agosto de 1954, de que estaria um edifício praticamente construído, distando apenas 3 metros da capela nossa senhora da esperança, que faz parte do solar. A obra entende-se como ilegal, uma vez que a DGEMN não tinha conhecimento dessa construção na zona de protecção. Esse organismo sugere, mediante as informações prestadas, que a obra deveria ser embargada, uma vez que não existe nenhum projecto de construção. Posteriormente com a existência de um projecto, a Câmara Municipal de Pinhel a 11 de Julho de 1956, vem afirmar que não existe nenhum inconveniente na aprovação do projecto. A possibilidade de aprovação acaba por ser determinada a 12 de Abril de 1956 pela DGEMN, segundo condições relacionadas com a telha da cobertura, com as características dos materiais e cores.

3.3. Obras de conservação e restauro



Figura 18 - O Solar dos Távoras antes das obras de conservação, 1949

Desde a classificação do Solar dos Távoras em 1943 como imóvel de interesse público, até à actualidade, é essencial garantir a protecção e preservação do edifício. Para isso, o Estado é dotado de leis que regem e salvaguardam os interesses comuns. Ao longo do tempo, deparamo-nos o quão difícil é redireccionar interesses e condições, para se aplicar eficazmente a lei.

Em 1944, o Solar dos Távoras já carecia de obras avultadas (fig.18), com aproveitamento das paredes e de algumas madeiras do pavimento e da cobertura. Antes de se notificar o proprietário da altura, o Dr. Paulo de Mendonça Falcão, das obras a executar, era fundamental esclarecer detalhadamente o que fazer. Nesse sentido, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a 9 de Janeiro de 1945, esclarece quais as obras a realizar.⁶⁰ Notificado o proprietário das obras necessárias, não foram realizadas até à data do ofício, de 20 de Fevereiro de 1948.⁶¹

⁶⁰ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004; SIPA TXT. 00312104, SIPA TXT. 01595596. Consultado em: 12/05/2011.

⁶¹ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004; SIPA TXT. 01595602; SIPA TXT. 0159604; SIPA TXT. 01595612. Consultado em: 12/05/2011.

Mesmo assim, comunicou que iria proceder à realização do projecto das obras para submeter a apreciação da DGEMN.⁶² No caso de o dono não realizar o projecto⁶³ e as obras⁶⁴, os trabalhos deveriam ser efectuadas sob alçada do Estado, advertência defendida também na Carta de Atenas⁶⁵. Em 1950 foi elaborado, na 4ª secção de Coimbra da DGEMN, um estudo⁶⁶ (fig.19) das obras mais relevantes e uma memória descritiva⁶⁷ referente aos trabalhos de vedação e conservação do solar.

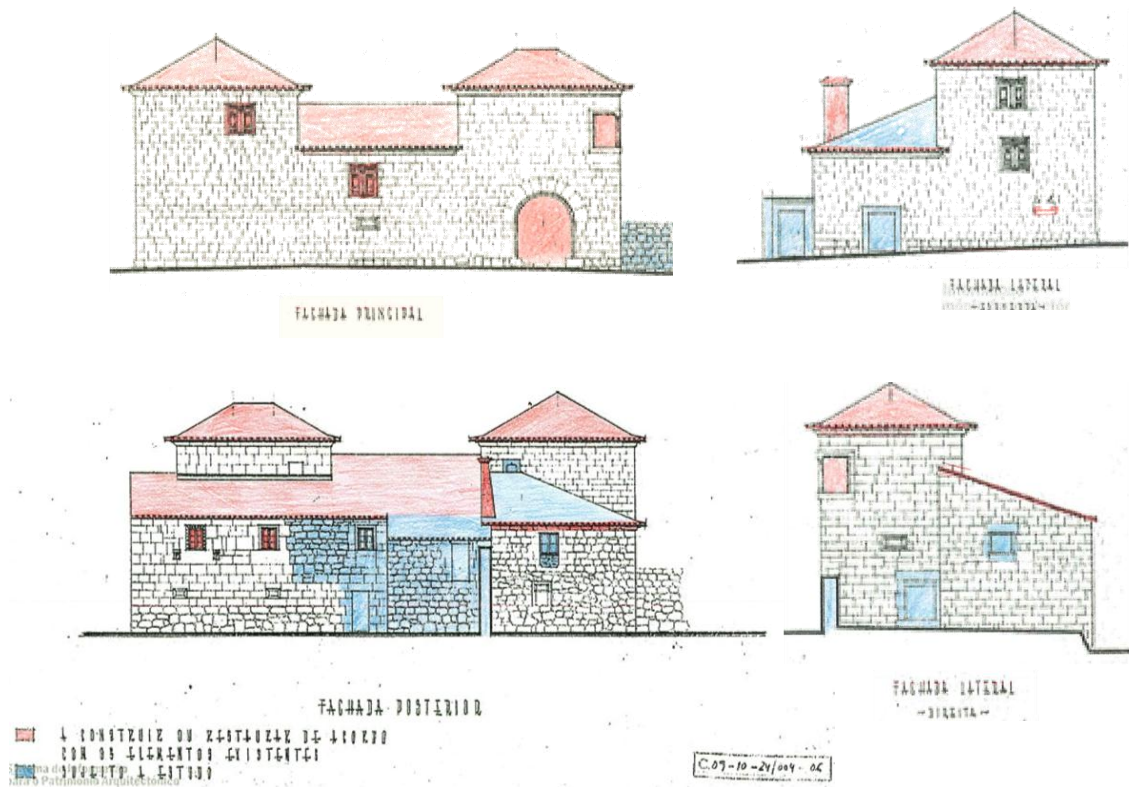


Figura 19 - Desenho das fachadas:

Pintado a vermelho o que é a construir, a azul o que é sujeito a estudo, 1950

⁶² Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004, SIPA TXT. 01595619. Consultado em: 12/05/2011. DGEMN: Direcção Geral dos Monumentos Nacionais.

⁶³ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004, SIPA TXT. 00312133. Consultado em: 12/05/2011.

⁶⁴ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004: Sipa txt. 01595616; Sipa txt. 00312121. Consultado em: 12/05/2011. Caso o proprietário não realize obras, a lei prevê a possibilidade do Estado realizá-las pelo proprietário.

⁶⁵ Alberto Flávio Monteiro Lopes, op. cit., p. 43.

⁶⁶ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004: SIPA txt. 00312147. Consultado em: 12/05/2011.

⁶⁷ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004: SIPA txt. 01595785; 01595710; 01595709. Consultado em: 12/05/2011. Estes documentos dizem respeito à memória descritiva das obras de vedação e conservação do Solar dos Távoras, e refere que os desenhos com a cor azul demonstram configurações características.



Figura 20 - Desenho da porta principal e realização das obras, 1955

Produzida a parte anterior, a 5 de Janeiro de 1951 procedeu-se à realização das medições⁶⁸ e do orçamento⁶⁹, que resultou no valor no valor de 61.150 escudos. Uma vez que não havia capacidade financeira da parte da DGEMN para a realização das respectivas obras, só em 1954, através da disponibilidade da Direcção Geral da Fazenda Pública, é que isso se tornou possível.⁷⁰ Para além de estar contemplado na lei, a doutrina da Carta de Antenas estimula o Estado a munir-se de capacidades para intervir no caso de ser essencial a conservação de monumentos, mesmo imóveis privados.⁷¹

Finalmente, abriu-se a possibilidade para se realizarem as obras tanto aguardadas (fig.20). A partir de Setembro de 1954 estabeleceram-se logo as condições de adjudicação, as condições especiais, e elaborou-se um concurso limitado para as obras de reparação e conservação com base de licitação de 61.150 escudos.⁷²

⁶⁸ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004: SIPA TXT. 01595657; SIPA TXT. 01595705; SIPA TXT. 01595704; SIPA TXT. 01595703. Consultado em: 12/05/2011.

⁶⁹ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004; SIPA TXT. 01595653; SIPA TXT. 01595702; SIPA TXT. 01595701. Consultado em: 12/05/2011.

⁷⁰ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004: SIPA TXT. 01595679; SIPA TXT. 01595675. Consultado em: 12/05/2011.

⁷¹ Alberto Flávio Monteiro Lopes, op. cit., p. 44. Consultado em: 12/05/2011.

⁷² Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004: SIPA TXT. 01595706; SIPA TXT. 01595708; SIPA TXT. 01595707; SIPA TXT. 00312026; SIPA TXT. 00312027; SIPA TXT. 00312028. Consultado em: 12/05/2011.

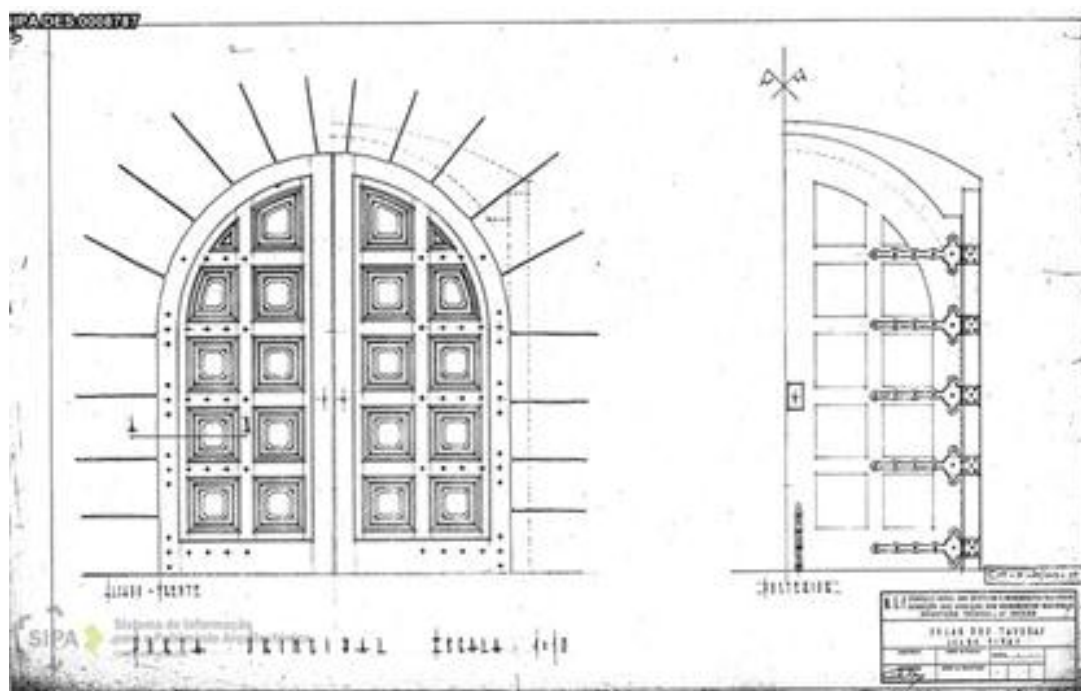


Figura 21 - Desenho da porta da entrada principal

Em Outubro de 1954 foi autorizada a adjudicação a Anselmo Costa, no valor de 58.600 escudos, e celebrado no mês seguinte o contrato, para prosseguir com as obras o mais rapidamente possível.⁷³ No verão de 1955, as obras já estavam praticamente concluídas, com excepção da porta principal que ainda se encontrava em estudo⁷⁴ (fig.21).

Só foi em Julho de 1956 que a porta começou a executar-se, e apenas no fim do ano é que se deram por concluídas todas as obras de que tinham incumbência de realizar.⁷⁵

Entretanto nada foi feito em anos seguintes, o que desafia agressivamente as condições gerais de preservação do edifício. Mesmo assim, em Maio de 1977, a Câmara Municipal de Pinhel tem a atitude de alertar o Estado de que o edifício se defrontava novamente num avançado risco de ruína.⁷⁶ Mas como o solar é uma propriedade privada, o proprietário é o responsável sobre o imóvel. Infelizmente com a impossibilidade de suportar as obras, o processo arrastou-se e nada se fez oficialmente até Julho de 1986.⁷⁷

⁷³ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa4aa296d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004: SIPA TXT. 00312030; SIPA TXT. 01595693; SIPA TXT. 00312053; SIPA TXT. 01595738; SIPA TXT. 01595739; SIPA TXT. 01595736; SIPA TXT. 01595737; SIPA TXT. 01595734; SIPA TXT. 01595735. Consultado em: 12/05/2011.

⁷⁴ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa4aa296d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004: SIPA TXT. 01595751. Consultado em: 12/05/2011.

⁷⁵ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004: SIPA TXT. 00312067; SIPA TXT. 00312072. Consultado em: 12/05/2011.

⁷⁶ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa4aa296d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004: SIPA TXT. 00312189. Consultado em: 12/05/2011.

⁷⁷ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipaarchives.aspx?id=092910cf-8eaa4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=pt020910240004: SIPA TXT.01595817. Consultado em: 12/05/2011.

Consultada a Delegação da Direcção Regional da Cultura do Centro como organismo coordenador e representante da cultura, pôde-se deduzir que o caso ficou perdido no tempo. Foi possível certificarmo-nos de que não houve, nem há qualquer projecto de arquitectura para a reabilitação do Solar dos Távoras⁷⁸. O esclarecimento anterior contraria a informação disponibilizada no *site* do SIPA⁷⁹ - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, de que o arquitecto Joaquim Brízida e Alice Faria teriam realizado em 2005 um projecto de arquitectura para o solar. Contactado o arquitecto Joaquim Brízida, o próprio atestou que a informação era equivocada.

Uma vez que o Estado já realizou obras no Solar dos Távoras, não poderá na actual conjuntura económica nacional voltar a realizá-las. Na primeira intervenção, foi investido dinheiro num imóvel que nem sequer beneficiou de uma função. Presumindo uma remota possibilidade de o estado voltar a intervir, a mesma situação não seria coerente. Intervir sim e com propósito.

⁷⁸ Numa visita à Delegação Regional da Cultura do Centro, onde se consultou o processo referente ao Solar dos Távoras, pode-se esclarecer que não houve nenhum projecto de arquitectura para o solar. A conversa realizou-se com o Sr. Joaquim Fernandes, a 31 de Maio de 2011.

⁷⁹ Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=2932. Consultado em: 6/05/2011.

3.4. Situação actual do Solar

3.4.1. Levantamento do edifício

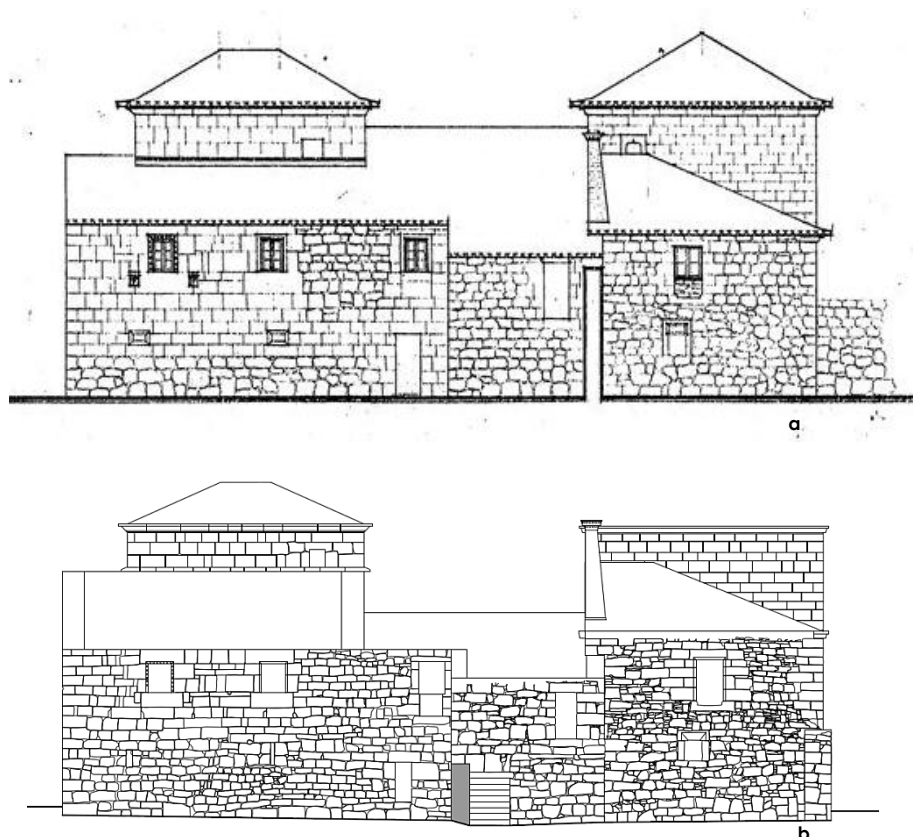


Figura 22 - Alçado Posterior: (a) Levantamento dos anos 50; (b) levantamento de 2011

A documentação existente sobre o Solar dos Távoras⁸⁰ contém um levantamento do edifício realizado nos anos 50. Essa informação tinha inicialmente o objectivo de fornecer uma base de trabalho, para a realização de uma proposta de intervenção arquitectónica. Confrontando os desenhos do levantamento com a realidade, desperta a atenção para incongruência da fachada Este. A fachada Este dos anos 50 (fig.27a), não representa a escadaria e a varanda exterior, conforme se apresenta actualmente (fig.27b).

Uma vez que os desenhos apresentam algumas carências, Nestas circunstâncias, procedeu-se a um levantamento actual. Para esse fim, o levantamento foi realizado em várias fases: o levantamento do exterior do edifício, da volumetria e das aberturas foi efectuado com um aparelho "Estação Total"⁸¹; os interiores foram executados com um medidor de distâncias a laser, e com auxílio de uma fita métrica; o conteúdo das fachadas exteriores foi desenhado com base em fotografias.

⁸⁰ Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=PT020910240004: SIPA DES. 0008784; SIPA DES. 0008785; SIPA DES. 0008786. Consultado em: 12/05/2011. Consulta presencial em 12/05/2011: SIPA DES. 0008781; SIPA DES. 0008782; SIPA DES. 0008783.

⁸¹ O levantamento foi efectuado pelo topógrafo Sérgio Ferrão, com um aparelho "estação total", a 12/06/2011.

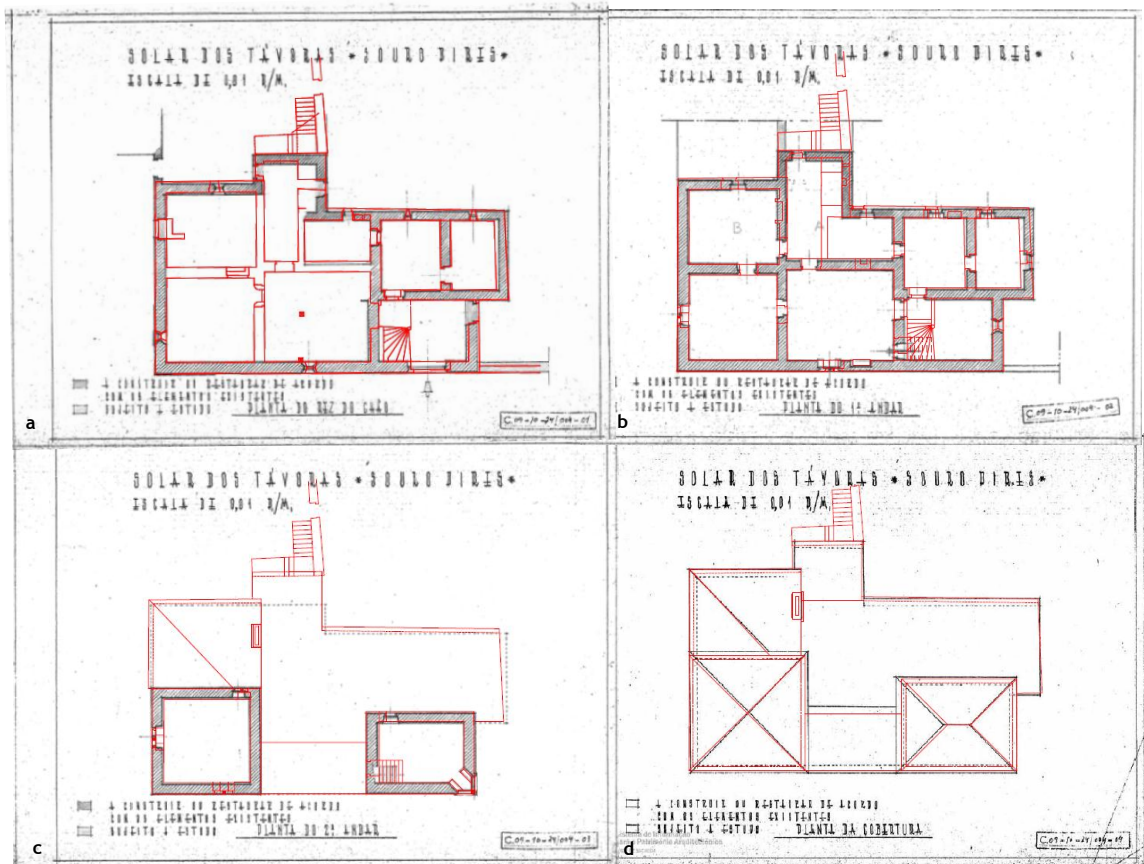


Figura 23 - Sobreposição de plantas; (a) Piso Térreo; (b) 1º Piso; (c) 2º Piso; (d) Cobertura

Com a sobreposição do levantamento actual nas plantas mais antigas do solar, pode-se verificar (fig.28), diferenças concretas. O piso térreo (fig.28a) não tem a representação dos espaços interiores na zona do corpo central, nem da escadaria interior. Em relação à escadaria exterior não é representada no piso térreo, nem no primeiro piso (fig.28a,b). No que diz respeito ao segundo piso e à cobertura, é omissa a existência de uma chaminé (fig.28c). A sobreposição da cobertura demonstra que o desenho corresponde à situação correcta (fig.28d).

No que diz respeito às cotas interiores do edifício, não foi possível encontrar os níveis originais do pavimento. Os espaços interiores encontram-se em terra, sem vestígios de pavimento e, no geral, com vegetação abundante, com excepção da zona da entrada principal. Dentro das possibilidades, foi feita a medição dos degraus exteriores, no sentido de relacioná-los com os níveis interiores. Através dessas referências, mediram-se todas as diferenças de nível existentes nas soleiras de pedra das aberturas e portas existentes.

3.4.2. Problemas do edifício



Figura 24 - (a) Degradação interior da fachada Nascente; (b) Deformação da parede

Mais de 55 anos sem obras e sem residentes, tornam-se fatais, para a “sanidade” do próprio edifício. A essência do edifício ainda está presente, mas apresenta um avançado estado de degradação estando mesmo em risco de ruir. Neste momento ainda é possível o aproveitamento de todas as paredes exteriores do edifício, da capela e do anexo. Actuar-se tardiamente na recuperação do património implica um acréscimo negativo de dificuldades, a nível das intervenções e a nível económico.

O solar tem as paredes exteriores aparentemente intactas, mas no seu interior demonstra uma fragilidade maior (fig.22a). A parede da fachada Este apresenta uma pequena deformação no seu extremo esquerdo, parecendo mesmo que essa zona vai ruir a qualquer momento (fig.22b). Esta situação ocorre devido às pedras que se vão soltando no interior, constituírem um risco à estabilidade das paredes. Este é um aspecto silencioso, que sem a devida atenção pode comprometer a estrutura do edifício.

A cobertura é um elemento fundamental para a preservação interior do edifício. A sua inexistência torna-o ainda mais desprotegido contra as agressões externas, principalmente atmosféricas. O telhado já ruiu por completo na maior parte do edifício, mantendo-se apenas a cobertura da torre sul, já bastante debilitada. No geral as aberturas não têm portas nem janelas, apenas apresentam vestígios.



Figura 25 - Portas exteriores do Solar:

(a) Portas da fachada Norte; (b) Porta da capela; (c) Porta da entrada principal



Figura 26 - Interiores do Solar dos Távoras;

(d) Ruína do corpo central do solar; (e) Atrio da torre Sul

Para salvaguardar o interior do edifício, o proprietário colocou duas portas de ferro nas entradas da fachada Norte (fig.23a). Na entrada da capela e na entrada principal do solar (fig.23b,c), aplicou umas placas de madeira. O interior do solar está bastante degradado (fig.24d), ruindo algumas paredes e pavimentos, devido à falta da cobertura. Só a torre Sul (fig.24e) tem pavimento em madeira. O átrio tem uma escada em pedra e outra em madeira.



Figura 27 - Capela N. Sr.ª da Esperança; (a) Interior; (b) Parede com travamento metálico

A capela apresenta-se com um avançado estado de degradação, estando mesmo em risco de ruína (fig.25). A parede virada a Norte (fig.25b), que confronta com um pequeno caminho público, é a que necessita de uma intervenção urgente. Essa fachada tem uma grande deformação, e como medida de prevenção, o proprietário aplicou um travamento puxado por um cabo de aço preso ao anexo.

O anexo tem as paredes exteriores a ruir, e num dos espaços contem um forno de pedra em bom estado. O telhado da capela e do anexo ruiu completamente. Para evitar o acesso ao interior, colocou umas tábuas de madeira. O estado actual impossibilita a existência da imagem de Nossa Senhora da Esperança, no lugar que lhe compete. A imagem encontra-se em casa da D.ª Matilde Bispo, onde irá permanecer até que a capela seja arranjada.



Figura 28 - Localização dos ecopontos da freguesia de Souropires

Para além do mau estado de conservação do solar, ainda é “ornamentado” com a colocação de ecopontos e caixotes do lixo encostados ao edifício. Esta situação permanece assim há anos e continuará até que haja boa vontade de se encontrar uma alternativa. Estas atitudes em nada contribuem para dignificar ou enobrecer o solar. A exposição destes factos reflecte a necessidade de uma intervenção urgente. O passar do tempo só vai acrescentar fragilidades e aumentar o risco de se perder.

3.5. Interpretação organizacional e formal

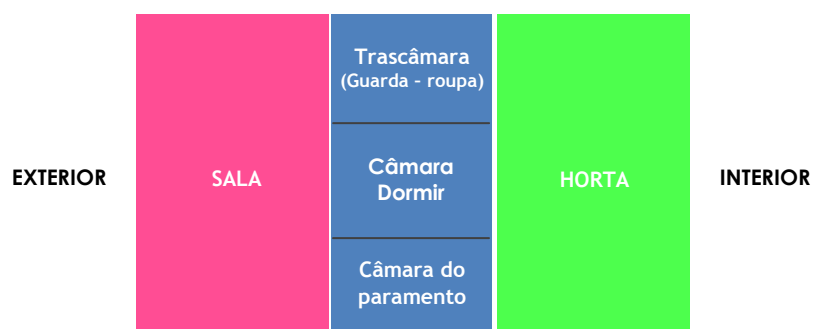


Figura 29 - Esquema da organização do Paço Medieval

O Solar dos Távoras é uma casa nobre com mais de cinco séculos. Saber verdadeiramente como terá sido a sua construção e organização inicial é uma tarefa delicada pela inexistência de documentação reveladora da sua configuração original. Nesse sentido, a descrição exacta do Paço Medieval feita por D. Duarte, incluída no subcapítulo 2.4., dá um contributo fundamental para a compreensão da sua organização interior (fig.29).O trabalho desenvolvido por José Custódio da Silva⁸² de análise a exemplares do século XV, possibilita relacionar essa informação com as características gerais da casa nobre (tabela 1) para perceber a relação que existe entre eles. Para além disso, realizaram-se algumas conversas com residentes da aldeia de Souropires, com conhecimento e memórias sobre o interior do edifício⁸³. Esta informação permite uma aproximação mais concreta à interpretação que se pretende fazer em relação ao Solar dos Távoras.



Figura 30 - Localização das alterações, 2011

O estado actual do Solar é favorável à observação de alguns pormenores que ficam ao descoberto. Em relação ao exterior do solar, uma das alterações evidentes é a alteração da cobertura situada a Este da torre Norte. Com a degradação da cobertura, fica visível a janela situada na torre Norte.

⁸² José Custódio Vieira da Silva, op. cit.

⁸³ O Solar dos Távoras foi arrendado ao Sr. José Martins durante aproximadamente 50 anos. Em Agosto de 2011, em conversa com os filhos, o Sr. António Martins e Armando Martins, recordam que os pavimentos e os tectos do 1º andar eram em madeira. Referem que o pai se preocupava com a manutenção e limpeza do edifício.



Figura 31 - (a) Marcas da antiga cobertura e Janela oculta; (b,c) Espaço interior da janela oculta

Pela observação dessa cobertura pelo interior do edifício, percebe-se a marca na parede da torre Norte da anterior cobertura. Das actuais duas águas, teria anteriormente três.

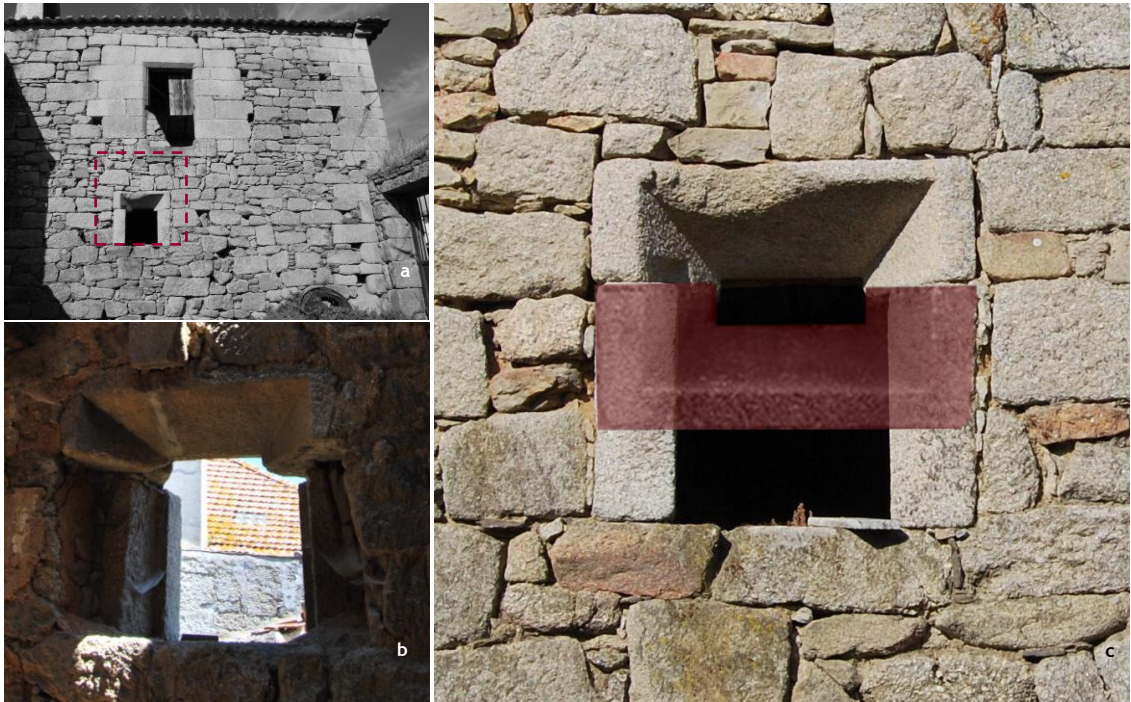


Figura 32 - (a) Fachada Este, 2011; (b) Abertura no piso térreo; (c) Sobreposição de aberturas

A fachada Este (fig.32a) desse mesmo corpo, tem no piso térreo uma abertura que revela uma alteração, uma vez que a moldura da abertura não faz ligação das pedras na vertical com o lintel da janela (fig.32b). O lintel corresponde exactamente à metade da forma das frestas horizontais existentes nas fachadas do edifício confinantes com o espaço público (fig. 32c).



Figura 33 - Comparação das janelas: (a) Imagem dos anos 50; (b) Imagem de 2011

A porta do primeiro piso da fachada Este, está representada nos desenhos e registo fotográfico dos anos 50 como sendo uma janela (fig. 33a). Provavelmente foi uma alteração posterior, uma vez que as pedras utilizadas demonstram ter sido colocadas depois da construção feita. Para além disso, a abertura já tinha uma moldura biselada de cima a baixo (fig.33b), que interrompe completamente com o fechamento da parede.



Figura 34 - (a) Corpo saliente da fachada Este; (b) Escada exterior; (c) Vestígios da cobertura

No que diz respeito à cobertura pertencente ao corpo central (fig.34a), manifesta também alterações em relação à água da cobertura Este. As marcas anteriores demonstram a existência de uma cobertura anterior com uma inclinação mais recuada (fig.34c). Um pormenor visível, é a interrupção existente na pedra junto à chaminé. Foi partida para a alteração da última cobertura. Uma outra observação é em relação à escadaria exterior, que de acordo com a estrutura do Paço, não existiam escadas exteriores (fig.34b).⁸⁴

⁸⁴ José Custódio Vieira da Silva, op. cit., p. 287. De acordo com o autor as escadas exteriores surgem a partir da segunda década do século XVI.



Figura 35 - Paredes do corpo mais saliente:
(a) Imagem da parede exterior encostada; (b) Imagem da parede interior encostada

O corpo mais saliente resulta de uma ampliação posterior à construção do Solar, pelo facto das paredes exteriores que ligam ao edifício, apenas estarem encostadas (fig.35). Na sequência desta ampliação, terá sido necessário o prolongamento da cobertura, na qual surgiu a alteração da água.

Apesar destas evidências, não é possível fazer uma reconstituição da construção nesta zona. Há uma grande lacuna em relação às paredes exteriores antecedentes à ampliação. Dentro das possibilidades, não é possível aprofundar o estudo neste ponto, visto não ser visível a existência de vestígios, nem indícios de paredes anteriores. Seria aconselhável realizar-se um trabalho arqueológico, de modo a perceber se existem vestígios de paredes mais antigas ou de outras ligações⁸⁵.

⁸⁵ A necessidade de uma investigação arqueológica, foi uma recomendação do arqueólogo o prof. Doutor Michael Mathias.



Figura 36 - Aberturas da fachada Sul: (a) Entrada; (b) Abertura,2011; (c) Janela, 1949

A fachada Sul tem actualmente no piso térreo, uma entrada fechada com pedras (fig.36a), mas é uma medida para evitar a invasão da propriedade. A janela do primeiro piso, desde os anos 50 perdeu uma fiada de pedra (fig.36b,c).



Figura 37 - (a) Ruína da parede interior; (b) Pavimento de entrada de pedra; (c) Interior com vegetação

Em relação ao interior do solar, uma das alterações evidentes foi a ruína da parede interior, junto à torre Sul (fig.37a). Neste caso, reconstitui-se o espaço tendo em conta a planta dos anos 50, que regista a parede completa. No que diz respeito aos pavimentos do piso térreo, o átrio da entrada principal mantem o pavimento antigo em pedra (fig.37b). Os restantes espaços têm o pavimento em terra e vegetação (fig37c), o que impossibilita a visualização de qualquer vestígio que possa existir. Os pisos superiores, que correspondiam à habitação dos nobres, tinham os pavimentos em madeira.



Figura 38 - (a) Vestígios de reboco pintado de branco no primeiro piso;
(b) Marcas no reboco da existência de uma escada

As paredes interiores são todas em pedra, mas o primeiro piso tem vestígios de reboco pintado de branco. Em consequência, é possível observar na torre Norte, a existência de marcas evidentes no reboco, da presença de uma escada de madeira⁸⁶.

⁸⁶ A maioria dos exemplos de casas nobres que se observaram, eram constituídas por escadas interiores em madeira.



Figura 39 - Vestígios da abertura no soalho, 2011

O espaço localizado a Este da torre Norte, com acesso ao exterior do edifício, tem vestígios do pavimento do primeiro piso. O antigo soalho tem um recorte de uma abertura no pavimento, que indicia a existência de um acesso vertical à divisão do piso superior. Em conversa com a Sr.^a Dulce Ferreira, recordou a existência de uma escada em madeira no espaço referido.⁸⁷

⁸⁷ A Sr.^a Dulce Ferreira é residente da freguesia de Souropires, e visitou o Solar acompanhada de sua amiga, a Sr.^a Maria Pia Martins, que tinha facilidade em entrar no edifício por ser filha do Sr. José Martins, arrendatário do Solar dos Távoras por mais de 50 anos. Menciona que há 50 anos, ao entrarem directamente no edifício pela fachada Norte, subiam ao piso superior através desse mesmo espaço. Garante que não era necessário recorrer às escadarias existentes para aceder ao primeiro piso. Em Agosto de 2011, numa visita ao interior do edifício, recorda a existência de uma escada em madeira junta à actual porta de ferro, e que por baixo da escada estaria um armário de madeira.



Figura 40 - Portas e janelas do Solar dos Távoras, 2011

As portas e janelas do edifício de acordo com o existente, eram feitas em madeira (fig.40). Em relação às janelas, eram constituídas por portadas interiores em madeira.

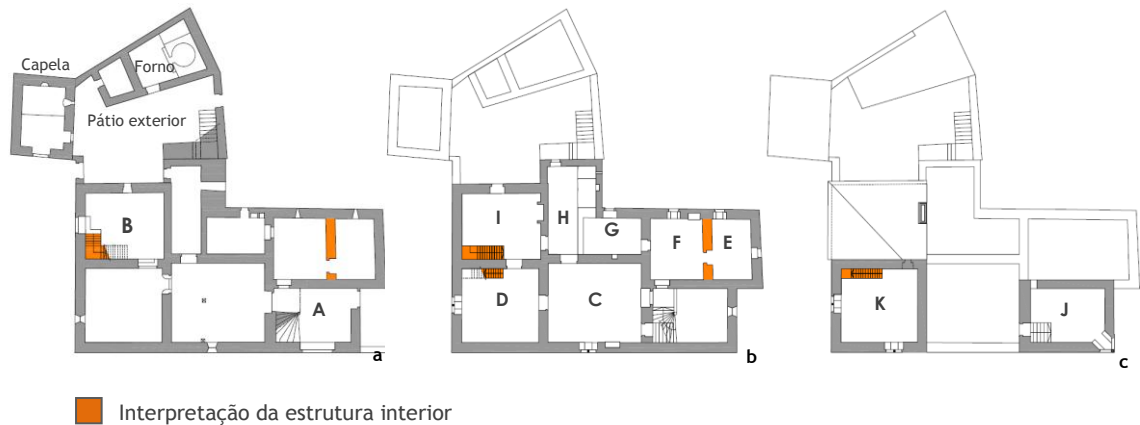


Figura 41 - Interpretação da organização interior: (a) Piso térreo; (b) 1º piso; (c) 2º piso

Tendo em consideração todos os aspectos anteriores, entende-se que o piso térreo (fig.41a) destinava-se às zonas de serviço, e de armazenamento. O espaço A corresponde ao átrio de entrada. Tendo em conta a sua dimensão e características considera-se a entrada mais importante do Solar dos Távoras. O átrio tem um pé-direito duplo, é pavimentado em pedra e permite o acesso à distribuição do piso térreo, e ao primeiro piso através de uma escada em pedra. A existência no pátio exterior de um anexo com um forno, sugere que a zona da cozinha situava-se no piso térreo, que por sua vez possibilitava a ascensão ao piso superior através do espaço B.

O primeiro e segundo piso (fig.41b,c) destinava-se à habitação dos nobres. O acesso ao primeiro piso, tem ao cimo da escada duas portas. A primeira porta dá acesso ao espaço C, que corresponde ao salão nobre no corpo central. Esta sala permite o contacto com o exterior, e tem um acesso à torre Sul J através da escadaria de madeira existente. Em sequência, o salão dá acesso a uma segunda sala D, que tal como a primeira, continha uma escadaria em madeira que ligava este espaço ao terceiro piso da torre Norte K. A segunda sala liga-se ao espaço I, mais reservada e confortável, pela existência de uma grande lareira em pedra. Esta divisão tinha uma escada de madeira com acesso ao piso térreo. O espaço H que acede ao salão nobre e ao espaço I, é o único acesso que permite a ligação do piso nobre ao pátio exterior e ao quintal.

A segunda porta de acesso ao primeiro piso dá acesso a três espaços localizados na parte posterior do edifício, por sua vez mais reservados. De acordo com as características do espaço encontra-se uma relação entre o existente e as descrições de José Custódio Vieira da Silva. O acesso dá ligação directa para a câmara de dormir F. A importância do espaço é acentuada pela existência de um lavatório de pedra, embutido no nicho existente. No lado direito da câmara de dormir, localiza-se a antecâmara E, ou câmara do paramento, e no seu lado esquerdo a trancâmara G ou guarda-roupa, pois corresponde à divisão mais pequena e situa-se num espaço mais reservado. O último andar das torres tem acesso pelas salas, o que sugere destinarem-se a espaços mais reservados.

4. Intervenções no património arquitectónico

4.1. A reabilitação de edifícios

A intervenção em ambiente construído é uma acção que carece de um envolvimento integrado no lugar. O edifício não “sobrevive” por si próprio. São as relações e a comunicação com a envolvente que estabelecem uma humanização com o lugar. A diversidade de ambientes, têm origem a partir das relações de um conjunto substancial de referências geradoras de uma atmosfera com carácter próprio.⁸⁸ É fundamental ter em consideração a “necessidade de integrar a construção contemporânea de carácter humano e com qualidade no conjunto arquitectónico existente de modo a assegurar uma certa continuidade da tradição arquitectónica⁸⁹”.

Essa continuidade obtém-se de forma harmoniosa no respeito pelo conjunto, tendo em conta a aplicabilidade de materiais modernos, sugerida já na Carta de Atenas e na Carta de Veneza⁹⁰. Para além disso, é fundamental que a intervenção demonstre a sua contemporaneidade⁹¹. O edifício é um “corpo vivo”, que subsiste com alma, pela forma e pela matéria⁹². O edifício como organismo, incide em conexão com objectivos de necessidade, de comodidade, e de prazer estético. A atmosfera resulta da relação que surge entre as diferentes conexões, e da ambiência em conformidade com a sociedade⁹³.

O acervo de acontecimentos e memórias numa sociedade, representa um estímulo cultural e um enraizamento com a história, determinantes para o engrandecimento e desenvolvimento local. A arquitectura integrada no lugar, ao que chama Francisco de Gracia de arquitectura contextual⁹⁴, tem uma carga histórica atraente, para celebrar uma linguagem equilibrada entre o actual em sobreposição com o existente.

A intervenção como acção transformadora do lugar constitui um fio condutor da herança patrimonial com o futuro. Uma das pretensões aplicáveis à salvaguarda do património edificado é essencialmente através da sua reabilitação, e de acordo com a Carta de Cracóvia de 2000, deve preservar a sua integridade e autenticidade⁹⁵. Os edifícios são susceptíveis de acarretar diversas intervenções, transferindo e potenciando consequentemente as características das preexistências.⁹⁶

⁸⁸ Alberto Flávio Monteiro Lopes, op. cit., p. 41.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 36. Baseado na Resolução 813 sobre Arquitectura Contemporânea de 1983 - documento produzido pelo Concelho da Europa para a salvaguarda do património arquitectónico e arqueológico.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 27, 28.

⁹¹ *Ibidem*, p. 105, Carta de Veneza de 1964, art.9.

⁹² Françoise Choay, *A regra e o modelo, sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*. 2ª edição, Caleidoscópio, Casal de Cambra 2007, p. 81.

⁹³ *Ibidem*, p. 79, 80.

⁹⁴ Francisco de Gracia, *Construir en lo Construido, la aquitectutra como modificacion*. 3ª Edição, Editorial Nerea, Hondarribia 2001, p. 310.

⁹⁵ Alberto Flávio Monteiro Lopes, op. cit., p. 30.

⁹⁶ Rui Barreiros Duarte, “Património: cultura, valor e memória colectiva”, cit. 27.



Figura 42 - Arquivo Municipal de Valladolid:
(a) Ruína da igreja de Santo Agostinho; (b) Fachada principal; (c) Ligação do novo corpo ao existente

Para ilustrar algumas abordagens à reabilitação de edifícios, foram escolhidos três exemplos de intervenções contemporâneas: o Arquivo Municipal de Valladolid; o Hotel Fouquet Barrière em Paris; e a Caixa fórum em Madrid. O objectivo é observar diferentes abordagens à reabilitação de edifícios existentes, e extrair em cada um deles as estratégias gerais de intervenção.

No caso do Arquivo Municipal de Valladolid, a intervenção resulta da reabilitação da Igreja de Santo Agostinho em Valladolid, realizada pelo arquitecto Gabriel Galegos e Primitivo González. O interesse nesta intervenção recai pela forma como se relaciona o edifício existente (a Igreja) e a ampliação do novo corpo. O edifício existente (fig.42a) preserva ao máximo a estrutura da ruína⁹⁷, e mantém uma posição de realce em relação ao novo corpo. O novo corpo mantém uma separação física transmitindo o respeito pelo edifício existente.

O equilíbrio é alcançado através da fronteira de ligação do novo com o velho, na harmonia de volumetrias e materiais (fig.42b). São as formas do edifício existente que vão determinar a vinculação ao novo corpo. O novo corpo estabelece a sua cêrcea através da altura mais baixa da fachada principal existente (fig. 42c). A escolha dos materiais demonstra um cuidado na sua ligação através da aproximação da forma e da cor.

⁹⁷ AAVV, *Doce Edifícios de Arquitectura Moderna en Valladolid*. Valladolid : Asociación Cultural "Surco"2006, p. 177.



Figura 43 - Hotel Fouquet Barrière, Paris:
(a) Imagem anterior à intervenção; (b) Visualização com maior pormenor; (c) Nova intervenção

Em relação ao Hotel Fouquet Barrière em Paris, a escolha baseou-se no impacto que a intervenção provoca, pelo contraste da fachada histórico com as novas aberturas. A obra do arquitecto Edouard François, realiza uma sobreposição de duas épocas distintas, assumindo assim cada um o seu papel.⁹⁸ A fachada funciona como a sedimentação de uma época passada em justaposição com as novas aberturas, reflectindo um contraste contemporâneo com os rectângulos de vidro. A fachada reflecte a alteração do interior do edifício, através das novas janelas que se desconcertam no desenho existente. A relevância deste projecto baseia-se na originalidade da intervenção reflectindo para diversas interpretações da conexão possível entre o património existente e a arquitectura contemporânea⁹⁹.

⁹⁸ Disponível em: <http://www.archdaily.com/24801/hotel-fouquet-barrier-eduard-fanchanc/>. Consultado em:02/08/2011.

⁹⁹ Disponível em: <http://www.archdaily.com/24801/hotel-fouquet-barrier-eduard-fanchanc/>. Consultado em:02/08/2011.



Figura 44 - Caixa Forum, Madrid:

(a) Fabrica desactivada; (b) Interior da Caixa Forum; (c) Exterior do edifício

No que diz respeito à Caixa Forum em Madrid, dos arquitectos Herzog & de Meuron, a escolha pretende observar a forma como fazem a ampliação na vertical, e ao mesmo tempo quebram a rigidez do edifício, com a separação física do chão. A intervenção pretendeu preservar a memória da antiga fábrica em justaposição com uma ampliação em altura de um novo volume¹⁰⁰. Nesta circunstância é acentuada a diferença de materiais em deferimento das épocas. A separação da estrutura do solo cria uma abertura ao exterior¹⁰¹ como continuidade do espaço público, permitido atrair as pessoas ao seu interior de uma forma natural. A preservação da casca exterior existente separa dois mundos diferentes, gerando uma tensão entre o interior e o exterior¹⁰². A fronteira entre a intimidade e o que é perceptível detém uma transição reveladora, criada pela linguagem utilizada no seu interior em relação ao seu exterior, de uma nova realidade.

¹⁰⁰ Disponível em: http://en.wikiarquitectura.com/index.php/Caixa_Forum_Madrid. Consultado em: 03/08/2011.

¹⁰¹ Disponível em: http://www.arcspace.com/architects/herzog_meuron/caixa/caixa.html. Consultado em: 02/08/2011.

¹⁰² Peter Zumthor, *Atmosferas: entornos arquitectónicos, as coisas que me rodeiam*. Gustavo Gili SA, Barcelona 2006, p. 49.

As considerações relevantes que se fazem tendo em conta os exemplos do Arquivo Municipal de Valladolid, do Hotel Fouquet Barrière em Paris, e da Caixa Forum em Madrid, expressam diversas formas de agir sobre o património arquitectónico. Cada intervenção parte de um contexto concreto, e cada caso tem características particulares e distintas limitações, que necessitam de uma captação e envolvimento individual¹⁰³. De um modo geral a intervenção num edifício existente pode, segundo os exemplos anteriores, articular diferentes formas de relacionar o antigo com o novo, pode ser pelas formas, pelo contraste de materiais, ou pela relação de volumetrias.

(...) as pré-existências com o decorrer dos anos são alvo de algumas transformações, por parte do tempo ou pelo homem, alguns edifícios tiveram inclusive outros usos para além do original e, importa antes de intervir fazer uma 'limpeza', analisar aquilo que realmente importa manter no edifício, tendo como base dados ou elementos relativos à sua história.¹⁰⁴ È necessária uma ponderação de todas as condicionantes na articulação de cada proposta, tendo em conta o edifício, os materiais a utilização e as imposições regulamentares. Todas as intervenções arquitectónicas se devem articular moderadamente com sensatez e ponderação, respeitando os valores adquiridos, com consciência da inevitável integração na contemporaneidade. A consonância entre os dois permite nesta ordem de ideias potenciar a transmissão da nossa herança arquitectónica, de maneira a garantir o testemunho da passagem do nosso património por diversas gerações.

¹⁰³ Disponível em: <http://www.pdecarvalho.com/pages/>. Consultado em: 10/08/2011.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.pdecarvalho.com/pages/>. Consultado em: 10/08/2011.

4.2. As Pousadas Históricas

As pousadas foram criadas de forma a garantir uma oferta baseada num ambiente acolhedor e valorizado pela tradição regional¹⁰⁵. A Carta Internacional sobre o Turismo Cultural de 1999, refere o turismo nacional como sendo um dos fundamentais intercâmbios culturais, de testemunho histórico e cultural¹⁰⁶. Uma das formas que o Estado encontrou para dar resposta a esta evolução de preferências, foi integrar o turismo em monumentos e edifícios de valor histórico, cultural e arquitectónico.

A classificação de “Pousadas”, surgiu de um programa de investimento através da rede Empresa Nacional de Turismo, S.A¹⁰⁷, e a sua aprovação é da responsabilidade do instituto do Turismo de Portugal, I.P.¹⁰⁸. No caso de estabelecimentos hoteleiros instalados por iniciativa pública, podem ser classificados no grupo das Pousadas¹⁰⁹, sob proposta de proprietários interessados em edifícios com uma pequena capacidade de alojamento, se localizem fora de zonas turísticas, e que respeitem as características arquitectónicas locais¹¹⁰. O respeito pelas características dos edifícios de valor arquitectónico, recomendado na Carta de Veneza, expõe a necessária preservação das partes de maior relevância dos edifícios, de forma a contribuir para a contextualização com o lugar, a cultura e a região¹¹¹.

O Turismo de Portugal, I.P., mediante solicitação de interessados, pode declarar de interesse para o turismo, iniciativas ou projectos de interesse¹¹². Para esse fim são tidos em consideração: os estabelecimentos de restauração e bebidas; os equipamentos e meios de animação turística, nomeadamente de índole cultural, desportiva e temática; as iniciativas, projectos ou actividades em instalações fixas, nomeadamente inventos de natureza económica, promocional, gastronómica, cultural, etimológica, científica, ambiental ou desportiva, que se realizem com carácter periódico ou isolado¹¹³. Estes devem contribuir para a atracção turística, e a sua utilização destinar-se principalmente a visitantes, e ser complementadas por outras actividades¹¹⁴.

¹⁰⁵ Patrícia Beirão da Veiga Bento d' Almeida, *Vittor Palla e Bento d' Almeida: Obras e projectos de 1 atelier de arquitectura, 1946-1973*. Dissertação de mestrado em história da arte contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, Lisboa 2006, p. 566 e 594. Esta ideia tem referência na tese: Margarida Acciniuli, *Os anos 40 em Portugal. O país, o regime e as artes*. Dissertação de doutoramento em história da arte contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 1991.

¹⁰⁶ Pedra & Cal, “*Património e economia*”, n. 3, Julho, Agosto, Setembro 1999, p. 279.

¹⁰⁷ Alexandre Relvas, mensagem do antigo secretário de estado do turismo, Pousada *D. Maria I*. Pousadas de Portugal Enatur, Empresa Nacional de Turismo S.A., Maio de 1995, p.9.

¹⁰⁸ No Decreto Regulamentar n.º 36/97 de 25 de Setembro, art. 44, refere que as pousadas classificam-se tendo em conta a sua localização, o tipo de edifício em que estão instaladas, a qualidade das instalações, dos equipamentos, e os serviços que oferece.

¹⁰⁹ Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro, Secção III, art. 11º, nº2, alínea c).

¹¹⁰ Susana Lobo, *Pousadas de Portugal, Reflexos da Arquitectura Portuguesa do século xx*, p.125. Decreto-lei n.º 207/84 de 25 de Junho.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 106. Jornal Arquitectos J-A, “*As praias de Portugal 2*”, Publicação bimestral da Ordem dos Arquitectos, n. 197, Setembro, Outubro de 2000, p. 50.

¹¹² Decreto-lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro, cap. IX, art.65º, nº1.

¹¹³ Decreto Regulamentar n.º1/2002, de 3 de Janeiro, art. 1º, h), t), u).

¹¹⁴ *Ibidem*, art. 2, a)b).

A implementação de pousadas em monumentos surgiu a partir dos anos 50¹¹⁵, e constitui até à actualidade, um total de vinte e duas pousadas de carácter histórico¹¹⁶. As pousadas foram integradas em variados monumentos, tais como, conventos, mosteiros, solares, em centros históricos, palácios ou castelos¹¹⁷. As capacidades hoteleiras mostram-se ser muito variadas, e são adaptadas às diferentes circunstâncias. Os dormitórios são compostos essencialmente por quartos duplos, suites e quartos de luxo (tabela 2). As pousadas na sua grande maioria são complementadas por uma piscina.

Tabela 2 - Pousadas Históricas em Portugal

| | Nome | Localidade | Quartos standart | Quarto de luxo | Suite | Actividades |
|----------------------------|--------------------------------|-------------------|------------------|----------------|-------|-------------------------------------|
| Pousadas Históricas | | | | | | |
| 1 | Castelo de Alvito | Alvito | 19 | | 1 | Piscina |
| 2 | São Francisco | Beja | 34 | | 1 | Piscina |
| 3 | Convento de Belmonte | Belmonte | 22 | 1 | 1 | Piscina |
| 4 | Rainha St. ^a Isabel | Estremoz | 31 | 1 | 1 | Piscina, c/ apoio de bar |
| 5 | Lóios | Évora | 31 | | 2 | Piscina |
| 6 | St ^a Marinha | Guimarães | 49 | | 2 | Piscina |
| 7 | Solar da rede | Mesão Frio | 19 | 2 | 8 | Piscina |
| 8 | Castelo de Óbidos | Óbidos | 9 | | | |
| 9 | Conde de ourem | Fátima | | 12 | | Piscina |
| 10 | Castelo Palmela | Palmela | 21 | | 7 | |
| 11 | Palácio do Freixo | Porto | 77 | | 10 | Piscina exterior/int.; Ginásio; Spa |
| 12 | D. Maria I | Lisboa | 24 | | 2 | Mini -Fintess Center |
| 13 | S. Filipe | Setúbal | 16 | | | |
| 14 | Convento da Graça | Tavira | 30 | | 6 | Piscina |
| 15 | Convento Desagravo | V P da beira | 21 | | 8 | Piscina |
| 16 | D João IV | Vila Viçosa | 34 | | 5 | Piscina |
| Pousadas Histórico | | | | | | |
| 17 | D. Afonso II | Alcácer do Sal | 33 | | 2 | Piscina |
| 18 | St ^a M. do Bouro | Amares | 32 | 2 | | Piscina |
| 19 | S. Sebastião | Angra do Heroísmo | 19 | 9 | 1 | Piscina |
| 20 | N. Sr ^a Assunção | Arraiolos | 30 | 2 | | Piscina |
| 21 | Flor de Rosa | Crato | 21 | 3 | | Piscina |
| 22 | Palácio de Estoi | Faro | 60 | | 3 | Piscina exterior/int. |

Através de uma observação generalizada, pode entender-se que no panorama nacional não existem estratégias ou regras definidas. Para um melhor envolvimento sobre o assunto, vão-se analisar três exemplos: a Pousada de Santa Marinha da Costa em Guimarães (1972), do arquitecto Fernando Távora; a Pousada Santa Maria do Bouro em Amares (1989), do arquitecto Souto Moura; e a Pousada Flor de Rosa no Crato (1990), do arquitecto Carrilho da Graça. A escolha pretende ter como exemplos, intervenções de diferentes décadas, em edifícios existentes ou com necessidades de ampliação, cuja finalidade é extrair as estratégias gerais das intervenções arquitectónicas.

¹¹⁵ Susana Lobo, op. cit., p.115.

¹¹⁶ Disponível em: <http://www.pousadas.pt/historic-hotels-portugal/pt/pousadas/pages/directory.aspx>. Consultado em: 12/08/2011.

¹¹⁷ Susana Lobo, op. cit.

4.2.1. Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães

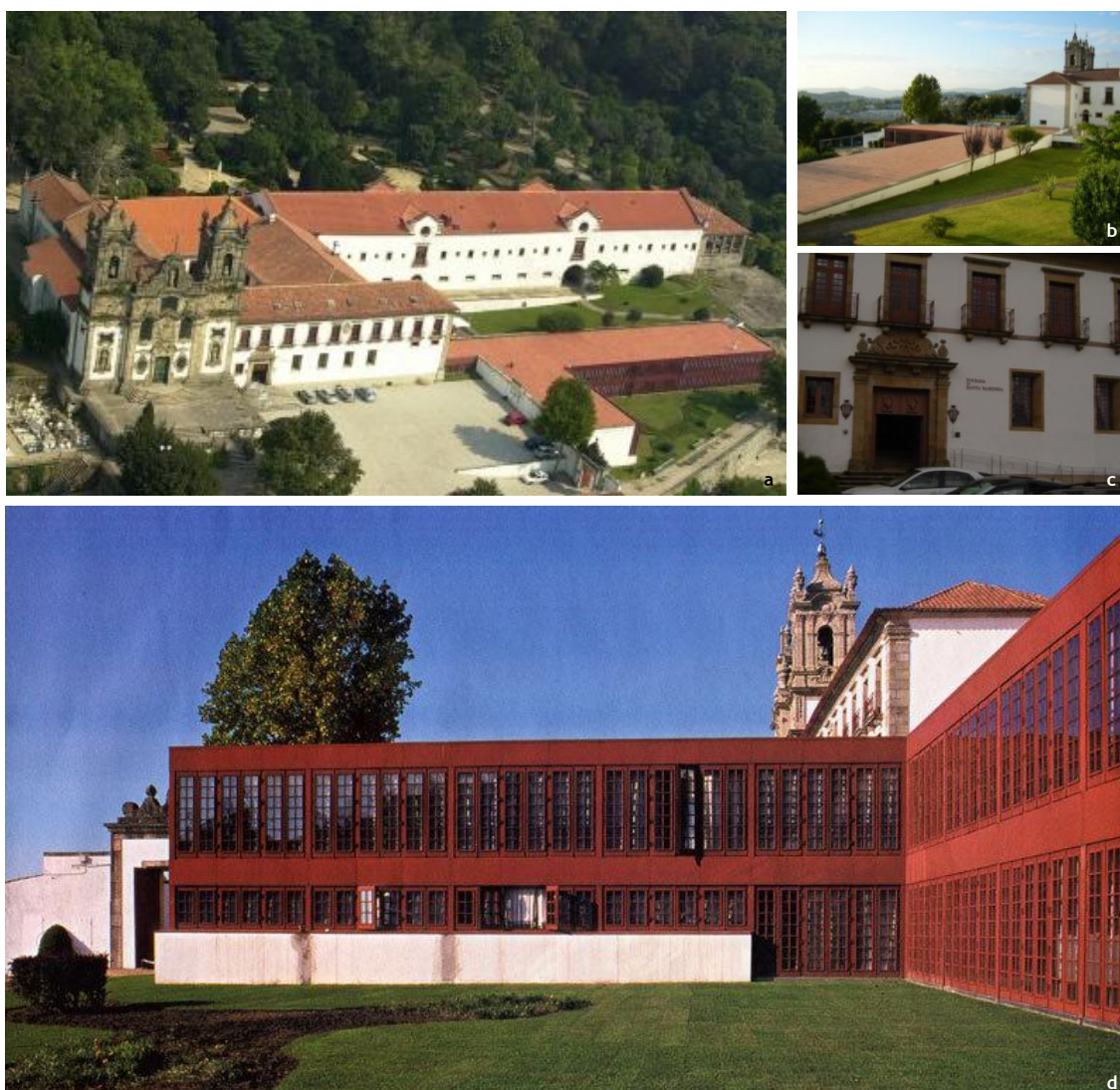


Figura 45 - Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães: (a) Vista aérea sobre a pousada; (b) Espaço exterior mais elevado; (c) Janelas do edifício existente; (d) Novo corpo resultante da

A intervenção resulta de uma recuperação dos edifícios conventuais, e de uma ampliação¹¹⁸. O edifício existente prevalece na posição de destaque em relação ao novo corpo (fig.45a), que apesar de estar fisicamente ligado, apresenta-se de forma discreta e harmoniosa. A disposição do novo corpo ao se encontrar a um nível mais baixo (fig.45b), garante uma total visibilidade ao edifício recuperado, conservando a sua notoriedade. A criação das fachadas do novo volume (fig.45c) surge de referências regionais, de uma reinterpretação contemporânea das varandas minhotas¹¹⁹. Nesta caso a sobreposição de linguagem, são clarificadas de forma a harmonizar-se como um todo¹²⁰. A uniformização do edifício é alcançada através do desenho das janelas (fig.45c;d), e da aplicação da cor branca. A pousada é complementada com a existência de uma piscina.

¹¹⁸ AAVV, *Caminhos do património: 1929-1999*. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Livros Horizonte, Lisboa 1999, p. 184.

¹¹⁹ Susana Lobo, op. cit., p. 146.

¹²⁰ Arquitectura portuguesa 1920 -1970, p. 99.

4.2.2. Pousada Santa Maria do Bouro, Amares



Figura 46 - Pousada Santa Maria do Bouro, Amares:
(a) Perspectiva aérea do edifício; (b) Espaço central da Pousada

Em relação à Pousada do Bouro, a intervenção realizou-se a partir da ruína do antigo mosteiro. O arquitecto Souto Moura pretendeu tirar partido da ruína, para construir um novo edifício, com novas formas, funções e materiais¹²¹. A nova cobertura ajardinada acaba por se esbater na paisagem verde, de uma forma, que a volumetria é definida como se o edifício fosse mantido em ruína (fig.46a), e as janelas do edifício mantêm o aspecto de buracos na parede¹²², (fig.45b). O programa desenvolveu-se sem necessidades de interferir na configuração existente, contribuindo para uma continuidade natural do próprio edifício. As actividades existentes no exterior do edifício são a piscina e o campo de ténis¹²³.

¹²¹ Jornal dos arquitectos J-A, "As praias de Portugal 2", p. 53.

¹²² *Ibidem*, p. 52, 53, 54.

¹²³ *Idem*.

4.2.3. Pousada Flor de Rosa, Crato



Figura 47- Pousada Flor de Rosa, Crato:
(a) Edifício existente; (b) Ampliação do novo corpo; (c) Ligação do novo edifício ao existente

A Pousada Flor de Rosa no Crato foi integrada num mosteiro (fig.47a) que se encontrava num avançado estado de degradação. A implementação do novo programa desencadeou o surgimento de uma ampliação (fig.47b), integrada com um novo corpo, criando uma articulação coerente no conjunto. O recorte criado pelo novo corpo (fig.47c), contorna o edifício existente sem lhe tocar, dialogando com a escala existente, como preparação da extensão do novo volume¹²⁴. A relação estabelecida entre eles é marcada pela verticalidade do mosteiro e pela horizontalidade do novo volume. Essa conexão determina a imposição do existente em relação ao novo, celebrando essa dicotomia um respeito mútuo. A Pousada tem como oferta de actividade, uma piscina exterior¹²⁵.

¹²⁴ Susana lobo, op. cit., p. 145, 146.

¹²⁵ Cátia Filipa Fidalgo de Sousa Verde, op. cit., p. 55, 56, 57.

Os exemplos anteriores expressam três intervenções, mas que em sua essência, é possível estabelecer relações e extrair algumas considerações. As três intervenções de uma maneira geral, apresentam uma atitude muito metódica no tratamento da ruína. As características arquitectónicas são bastante preservadas, de forma a estabelecerem um diálogo moderado entre o novo e o velho, encontrando assim um ponto de equilíbrio.

No caso da Pousada Flor de Rosa localizada no Alentejo, e da Pousada de Santa Marinha da Costa a Norte do país, ambas comportam uma ampliação, e têm referências locais. Enquanto a fachada da ampliação da Pousada de Guimarães, faz uma reinterpretação das varandas minhotas, a Pousada do Crato, aplica a cor branca tão utilizada no Alentejo. A forma como as ampliações são trabalhadas, remete para a preocupação de quem está em primeiro lugar, ou seja, do edifício existente, acabando esse respeito por valorizar os dois. A sobreposição que resulta no caso da Pousada Flor de Rosa, a sua contemporaneidade inerente ao volume, é estabelecida através da concordância de cérceas, efectuando uma leve fusão entre o novo corpo e o existente.

O edifício existente em todas as situações, é associado ao principal, e a partir dele desenrola-se todo o programa. O monumento é visto como o espaço nobre de toda a pousada, e local privilegiado e próprio para os espaços sociais, o que permite ao visitante o contacto directo com o edifício. A organização interna estrutura-se das áreas mais sociais para as mais reservadas. E, quando necessita de recorrer a uma ampliação, é para concentrar uma ala de quartos. À excepção da Pousada de Santa Maria do Bouro em que o programa se ajusta aos limites da preexistência, os quartos mais importantes como as suítes, situam-se em pisos superiores do edifício nobre.

As estratégias adoptadas nos exemplos anteriores reflectem que cada caso carece de uma intervenção à medida, não havendo regras precisas sobre a forma de actuação. Cada lugar tem as suas necessidades, exigências e especificidades. Torna-se necessário o arquitecto ser um moderador dos valores arquitectónicos que chegam até ele, e ter uma capacidade sensitiva de os ponderar. Os exemplos anteriores são uma mais-valia para o desenvolvimento de projectos com as mesmas características, pelo facto de serem perceptíveis as estratégias gerais. Para concluir, os exemplos permitem encontrar novos caminhos, com base nos conhecimentos que podemos absorver. Daí seja indispensável através das considerações anteriores, cada um fazer a sua própria reflexão.

5. O projecto

5.1. A proposta

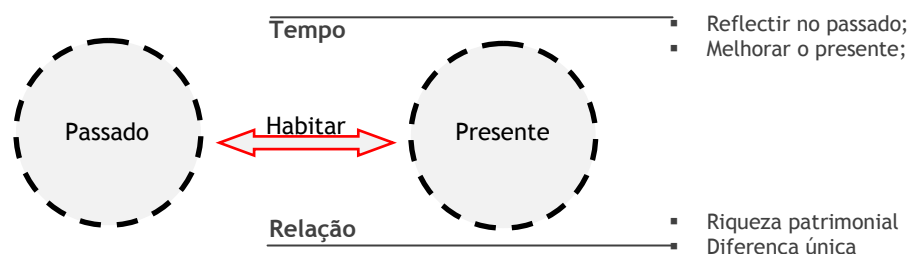


Figura 48 - Esquema representativo da relação do “habitar” o passado e o presente

A ideia de realizar uma proposta de intervenção arquitectónica, surge da consciencialização de uma situação dramática em que se encontra o Solar dos Távoras. Pretende-se demonstrar o potencial inerente ao edifício, pela sua ruína e história. A proposta de adaptação do Solar a Pousada, tem como objectivo regenerar o espaço de forma a criar uma relação entre o passado e o presente (fig.48). Ambos são possíveis de se relacionarem, através da sua fusão. A adequação das antigas funções às actuais, gera um ponto de equilíbrio para a preservação da “alma” da casa.

A possibilidade de uma Pousada pode ser um motor de desenvolvimento para a comunidade, avivado pelo potencial histórico, cultural e de recursos, passíveis a serem explorados¹²⁶. As especificidades de cada região desencadeiam uma diversidade cultural que, no panorama nacional, proporciona uma identidade multifacetada. A existência de um turismo de motivação cultural é uma preferência, à reabilitação do património arquitectónico¹²⁷. Essa opção acarreta várias vantagens uma vez que no Concelho de Pinhel tem uma fraca competitividade neste sector¹²⁸. Nestas circunstâncias pode funcionar como um incentivo ao melhoramento da oferta, em sequência, motivar a implementação de novos usos.

¹²⁶ Pedra & Cal, “Património e economia”, cit. p. 20.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 38.

¹²⁸ Uma vez que não foi possível ter uma conversa com o Presidente da Câmara Municipal de Pinhel, falou-se com o arqueólogo Laurindo Saraiva da CMP, que manifestou uma opinião de que o futuro do Solar dos Távoras deveria passar pela adaptação a uma hospedaria, com destino a uma oferta diferenciada, personalizada e de qualidade. Comentou que neste momento não há uma oferta competitiva no concelho, e considera que o Solar dos Távoras tem um grande potencial para dar resposta às necessidades do concelho.

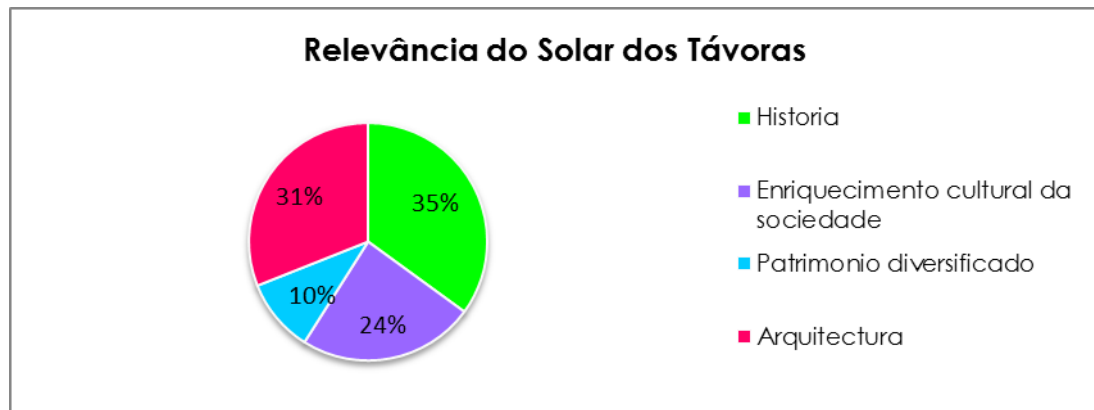


Figura 49 - Importância do Solar dos Távoras para a população de Souropires (resultado do inquérito)

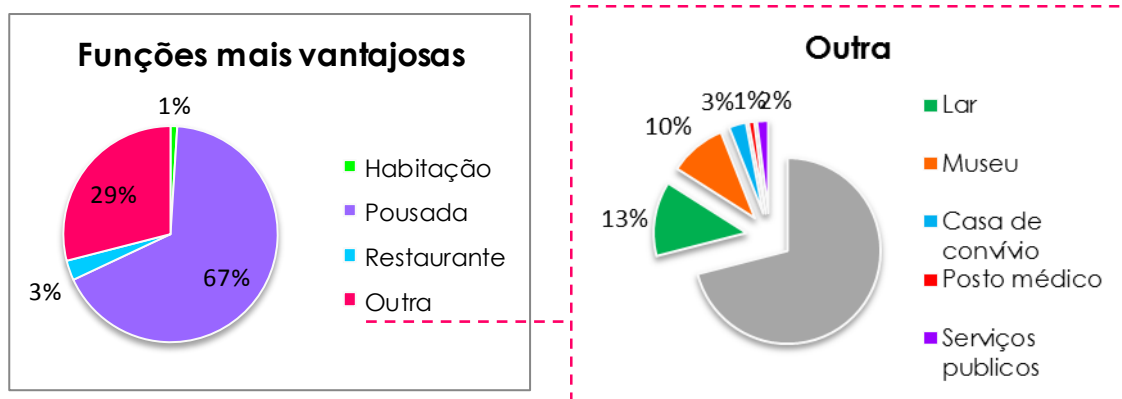


Figura 50 - Opinião da população de Souropires em relação à função mais favorável à reabilitação do Solar dos Távoras (resultado do inquérito)

A continuada degradação e risco de ruína é um assunto sensível à população de Souropires (fig.49), e como tal, estão envolvidos emocionalmente com o Solar dos Távoras. Neste sentido realizou-se um inquérito, de forma a integrar a comunidade na resposta à necessidade de uma intervenção. Mais de 60 % da população considera que uma Pousada seria a função mais vantajosa (fig.50), em primeiro lugar para a comunidade e em segunda da região.

Segundo a Carta de Veneza de 1964, a nova função deve adoptar a afectação mais favorável e vantajosa à sociedade¹²⁹. O arquitecto José Aguiar, considera a reabilitação do património baseada no turismo, um forte contributo ao desenvolvimento da economia¹³⁰. Este tipo de oferta permite ao visitante o encontro com novas culturas e regiões, proporcionando a valorização económica local, desencadeada pelo desenvolvimento do comércio e dos serviços, e com a criação de emprego¹³¹. Esta proposta tem como objectivo demonstrar que apesar do estado de degradação do edifício e todos os condicionalismos regulamentares, é viável a elaboração de um projecto de arquitectura atractivo e arrojado para o local.

¹²⁹ Alberto Flávio Monteiro Lopes, *op. cit.*, p. 104. Carta de Veneza de 1964, art.5.

¹³⁰ Pedra & Cal, "Erros e Defeitos na Reabilitação dos Edifícios e na Conservação e Restauro do Património Edificado", n.º 20, Outubro, Novembro, Dezembro 2003, p. 6.

¹³¹ Pedra & Cal, "Património e economia", cit. p. 38. Decreto-lei n.º 191/2009, de 17 de Agosto.

5.2. Enquadramento legal

Tendo em conta a legislação vigente, fundamental à realização da proposta no Solar dos Távoras, considera-se necessário cumprir: o Plano Director Municipal de Pinhel (Resolução do Concelho de ministros n.º 83/95, ratificado a 11 de Maio); o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (Decreto-lei n.º 50/2008 de 19 de Maio); os requisitos necessários à instalação de empreendimentos hoteleiros (Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro e Portaria n.º 327/2008, de 28 de Abril); os requisitos dos equipamentos comuns dos empreendimentos turísticos (Portaria n.º 358/2009 de 6 de Abril); os requisitos de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas (Portaria 215/2011 de 31 de Maio); o regime jurídico para a realização de projectos ou intervenções sobre bens culturais (Decreto-Lei n.º 140/2009, de 14/06/2009, de 15 de Junho); a lei das acessibilidades (Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto); Segurança Contra Incêndios em Edifícios (Decreto-Lei n.º 200/2008, de 12 de Novembro, e Portaria n.º 1532/2008 de 29 de Dezembro); e o (RCCTE) Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (Decreto Lei n.º 80/2006, de 9 de Abril).

Actualmente o PDM de Pinhel encontra-se em alteração. Portanto continua em vigor o PDM de Pinhel, ratificado a 11 de Maio de 1995, na Resolução do Concelho de Ministros n.º83/95. De acordo com as cartas do presente regulamento, o Solar dos Távoras está inserido na área urbana e urbanizável¹³², logo não existe nenhum impedimento à actividade que se propõe. Os afastamentos impostos pelo PDM¹³³ devem reger-se pelas regras estabelecidas pelo RGEU¹³⁴, ou seja, 10 m de distância entre fachadas, devendo o limite lateral do lote e a fachada da construção, corresponder a metade do valor estabelecido no RGEU, logo são 5 m de afastamento mínimo.

O Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro, estabelece os requisitos gerais de instalação dos empreendimentos turísticos, onde estão integrados os estabelecimentos hoteleiros. O art. 12º do presente decreto-lei, refere que é necessário o mínimo de 10 unidades de alojamento, com possibilidade de ocupar uma parte independente de um edifício¹³⁵. Recorrendo ao Decreto Regulamentar nº 36/97 de 25 de Setembro, esclarece no art. 5º, que as unidades de alojamento, só podem ser constituídas por quartos e suites¹³⁶.

A Portaria nº 327/2008 de 28 de Abril, estabelece os requisitos mínimos obrigatórios e opcionais¹³⁷ para todos os empreendimentos hoteleiros. Em relação às pousadas instaladas em imóveis classificados de interesse público, as mesmas devem reger-se pelos requisitos exigidos aos hotéis de quatro estrelas¹³⁸.

¹³² Resolução do Concelho de Ministros n.º83/95, Cap. I, art.2º.

¹³³ *Ibidem*, Cap. II, art. 9º, nº1.

¹³⁴ Decreto-Lei n.º 50/2008, de 19 de Março, Cap.II, art. 60º.

¹³⁵ Decreto Regulamentar nº 36/97 de 25 de Setembro.

¹³⁶ *Ibidem*, no art. 6º, 7º refere que o quarto é constituído como uma divisão, e a suite é formada por um conjunto formado no mínimo por um quarto, sala, casa de banho, comunicantes entre si através da existência de uma antecâmara na zona de entrada.

¹³⁷ Portaria nº 327/2008, de 28 de Abril, do Anexo I.

¹³⁸ *Ibidem*, art. 6º, nº 1.

A Portaria n.º 215/2011 de 31 de Maio, especifica os requisitos essenciais ao funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas, incluindo os de empreendimentos turísticos.

A Portaria n.º 358/2009, de 6 de Abril, estabelece os requisitos dos equipamentos de uso comum¹³⁹ dos empreendimentos turísticos. Nas circunstâncias em que a instalação de equipamento de uso comum nos empreendimentos turísticos, demonstrem ser inadequados ou difíceis de concretizar, é possível serem dispensados desse requisito, mediante parecer do Turismo de Portugal¹⁴⁰.

O Decreto-lei n.º 140/2009 de 15 de Junho, estabelece o regime jurídico para os estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais. Para a realização de um projecto de um bem cultural imóvel, deve obedecer aos princípios gerais¹⁴¹: prevenção, planeamento, graduabilidade, fiscalização, e informação. Os processos relativos a bens culturais imóveis, devem incluir obrigatoriamente um relatório prévio. Os aspectos a ter em conta no relatório prévio da intervenção, devem incidir¹⁴²: nos critérios que a fundamentam, a adequação às características do imóvel, a compatibilidade dos materiais existentes com os propostos, avaliação dos riscos e benefícios da intervenção, as consequências, a utilização, as fontes documentais e bibliografia importantes, e levantamento fotográfico do interior e exterior.

O Decreto-lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto, define as condições de acessibilidade relativas, às normas técnicas, aos equipamentos e às infra-estruturas dos edifícios. As situações que verifiquem o incumprimento, devem ser bem fundamentadas¹⁴³. Em relação à segurança contra incêndios em edifícios, o Decreto-lei 220/2008 de 12 de Novembro, refere-se ao regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios (SCIE). A Portaria n.º 1532/2088 de 29 de Dezembro, diz respeito ao regulamento, em que são especificadas todas as disposições técnicas necessárias a assegurar a segurança contra incêndios em edifícios. De acordo com o RCCTE, passa a ser obrigatória a colocação de colectores solares (1m² de colector por habitante), em edifícios sujeitos a intervenções de reabilitação. A aplicabilidade é exigida quando mais de 50% da área da cobertura apresente uma boa exposição solar. Nas situações em que o edifício não satisfaça os requisitos, fica dispensado da obrigatoriedade.¹⁴⁴

Em diversos diplomas anteriores, é recorrente a preocupação acrescida e sensível quando se refere à aplicabilidade dos requisitos impostos a imóveis classificados. Nas situações em que o cumprimento dos requisitos ou normas comprometa as características arquitectónicas, históricas, ou estruturais dos edifícios, prevê-se a dispensa dos mesmos¹⁴⁵.

¹³⁹ Portaria n.º 358/2009, de 6 de Abril, Secção I, art. 1, n.º2, define equipamentos de uso comum, os espaços destinados a lazer, à prática de actividade física.

¹⁴⁰ *Ibidem*, Secção I, art. 2, n.º2.

¹⁴¹ Decreto-lei n.º 140/2009 de 15 de Junho, Cap. I, art. 2.º.

¹⁴² *Ibidem*, cap. III, art. 15.º.

¹⁴³ *Ibidem*, art. 10.º.

¹⁴⁴ Decreto-lei n.º 80/2006, de 9 de Abril, art. 7, n.º2.

¹⁴⁵ Decreto-Lei n.º 39/2008, Cap. V, art. 39, n.º 1; Portaria n.º 465/2008, art. 6.º, n.º 3. Decreto-lei n.º163/2006, no art. 10.º; Decreto-lei 220/2008, art. 3, n.º 6.

5.3. Relatório de procedimentos

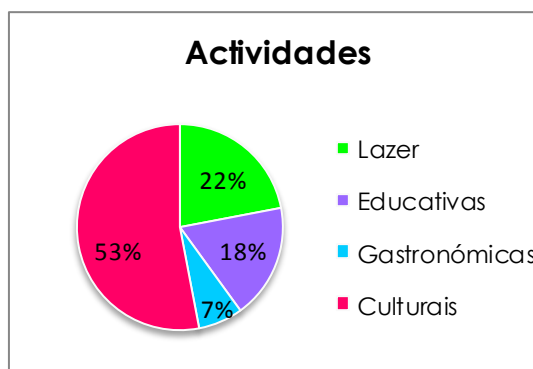


Figura 51 - Actividades mais favoráveis para potenciar a proposta de reabilitação (dados do inquérito)

No seguimento da análise de todos os requisitos necessários à realização da proposta, procedeu-se à elaboração de um programa para uma pousada como proposta de reabilitação do Solar dos Távoras. O programa tem a finalidade de cumprir as funções obrigatórias regulamentadas no Decreto-Lei n.º 327/2008, de 28 de Abril. Para além das funções obrigatórias é uma ambição ultrapassar as expectativas básicas do programa (tabela 3). Nesse sentido, com a realização do inquérito realizado à população de Souropires, pôde-se extrair uma opinião geral acerca das actividades mais relevantes a integrar na futura proposta (fig.51). A finalidade é demonstrar através do projecto de arquitectura, o potencial que o edifício tem.

Tabela 3 - Requisitos obrigatórios e propostos

| FUNÇÕES | OBRIGATÓRIO | PROPOSTO |
|---|-------------|-------------|
| Zonas Comuns: | | |
| Recepção | | |
| Instalações sanitárias | | |
| Sala de estar | | |
| Sala de refeições | | |
| Espaço internet | | |
| Centro interpretativo | | |
| Zonas de Serviço: | | |
| Cozinha | | |
| Zona de armazenagem | | |
| Vestiário | | |
| Arrumos | | |
| Instalações sanitárias | | |
| Lavandaria | | |
| Administração | | |
| Alojamento: 10 quartos no mínimo | | |
| Quartos standart | | |
| Quartos de luxo | | |
| Suite | | |
| Lazer: | | |
| Piscina interior | | |
| Estacionamento | | Proximidade |

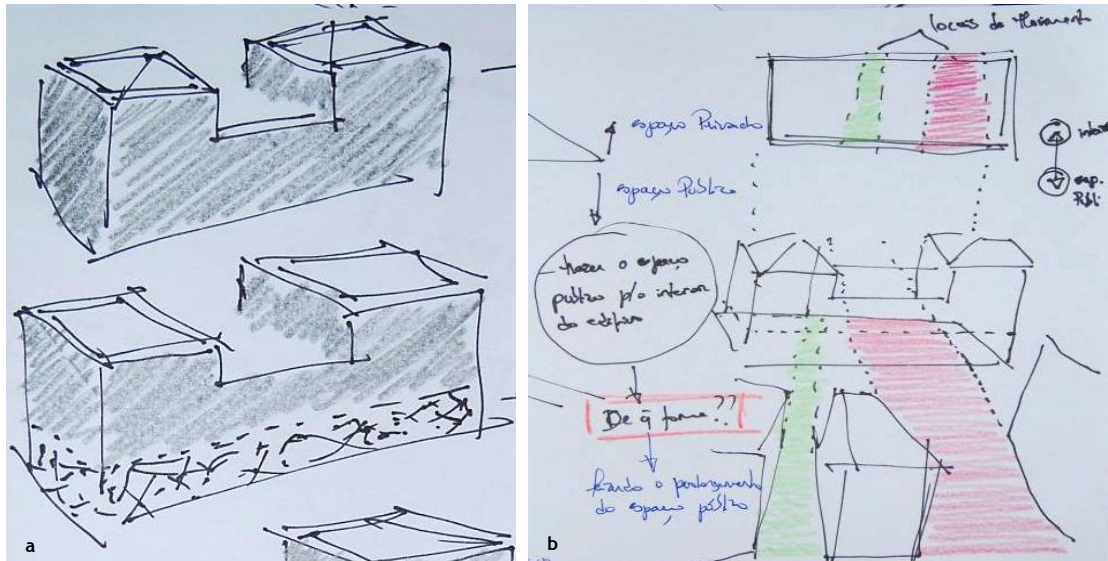


Figura 52 - Primeiros esboços da ideia:

(a) Ideia Quebrar barreiras; (b) Ideia de prolongamento do espaço público

O conhecimento adjacente ao Solar dos Távoras, permite uma reflexão coesa na atitude projectual. Partindo do princípio que o edifício tem uma presença marcante, a ideia inicial pretendia quebrar as barreiras “não físicas” do edifício (fig.52a). Como? Tratando-se de um edifício de extrema relevância arquitectónica, e como tal é essencial preservar as características a ele inerentes. A maneira de alcançar esse objectivo poderia ser era através da escolha dos acontecimentos no seu interior, através do “prolongamento “ do espaço publico para o interior do solar, gerando locais de movimento (fig.52b).

Nesse sentido, a circunstância mais favorável seria destinar o piso térreo ao espaço mais social. De início pretendia-se relacionar as funções antigas às funções actuais. Uma vez que o 1º andar da casa nobre, se destinava à habitação, faria todo o sentido que se destinasse ao recolhimento dos hóspedes como sua casa. A partir deste momento começou-se a traçar uma estratégia das áreas destinadas à nova função - Pousada. Procurou-se saber através de uma pesquisa, o tipo de actividades e ofertas de alojamento das Pousadas em Portugal, analisada no subcapítulo 4.2 (tabela 2).

Estes dados abrangem uma diversidade de exemplos a nível nacional, e são indicadores para a necessidade de criar um ambiente de qualidade com uma oferta diferenciada, ultrapassando as necessidades programáticas. A implementação de uma piscina interior na proposta de reabilitação é bastante plausível, uma vez que o solar se localiza numa região em que o período de tempo frio é mais prolongado do que o verão. Assim, acaba por ser mais atractiva em qualquer época do ano. A tabela 2, demonstra uma capacidade de alojamento é diferenciada. As Pousadas são na grande maioria formadas por um grande grupo de quartos standart, complementados na maior parte por suites ou quartos de luxo. Geralmente esta última categoria de quartos está integrada no edifício existente, ou seja, no monumento, ou em edifícios de elevado valor histórico ou arquitectónico.



Figura 53 - Distribuição de zonas

A distribuição inicial por zonas no espaço do piso térreo, revelou que o edifício não teria capacidade suficiente para albergar todo o programa exigido regulamentarmente, principalmente a parte do alojamento (fig.53). Uma vez que a propriedade do Solar tem um quintal, a alternativa seria fazer uma ampliação do edifício. A estratégia mais favorável à intenção seria realizar a ampliação através da ligação da fachada Sul (fig.54a) a um novo bloco. Pretendia-se que o novo bloco se enquadrasse o máximo possível à configuração do espaço do terreno (fig.54b).



Figura 54 - Estratégia de ampliação: (a) Desenho representativo; (b) Localização

Com a realização do levantamento do edifício, pôde-se concluir que não era possível levar essa ideia avante, uma vez que o edifício vizinho tem um afastamento aproximadamente de 3,50 m da fachada Sul do Solar. Mesmo que a ligação fosse efectuada através de um corredor com uma largura mínima, era inviável. Uma das preocupações iniciais era interferir o menos possível nas características do edifício. Mas se o Solar sofreu alterações, e é perceptível que o corpo mais avançado da fachada Este, foi uma ampliação, faria todo o sentido que a ampliação surgisse nessa zona. Funciona como uma continuidade da intervenção, gerada pelo ponto de fusão do velho com o novo. Com a criação do novo bloco, pretendia-se manter o mesmo esquema da habitação no 1º andar.

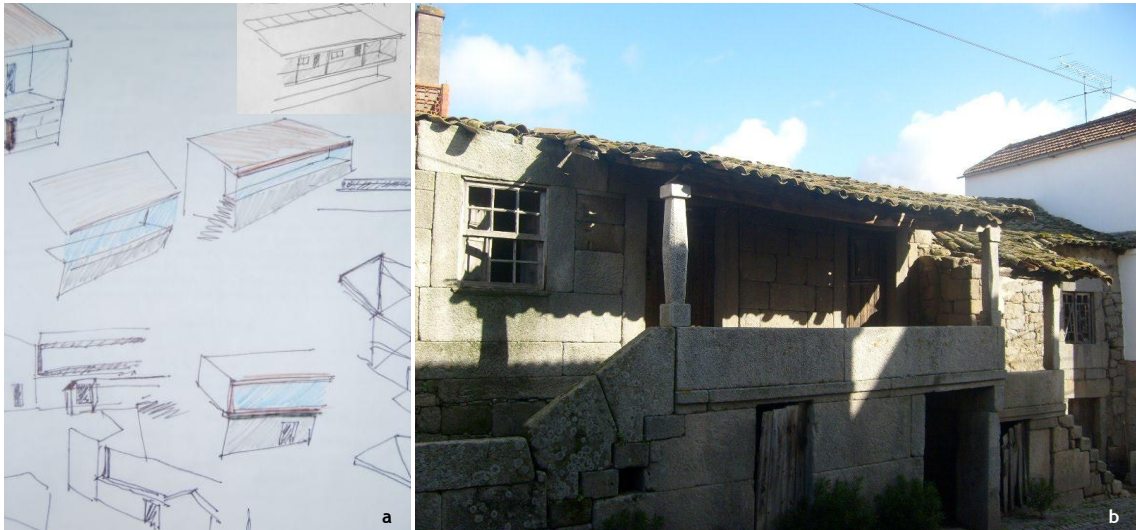


Figura 55 - Influências locais: (a) Ideia opara o novo bloco; (b) Casas da aldeia de Souropires

A ideia para o novo bloco (fig.55a), pretendia-se que fosse o resultado de influências e referencias locais, das casas tradicionais. As características mais frequentes das habitações antigas da aldeia (fig.55b) têm a loja no piso térreo, mais conhecida como função de arrumos e armazenamentos. No 1ª andar encontra-se a habitação. O acesso é feito por uma escadaria exterior, e tem uma varanda coberta que resguarda a entrada da casa.

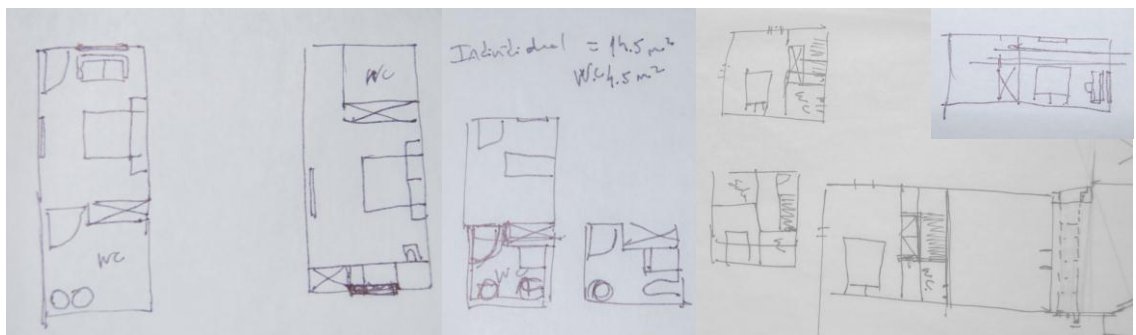


Figura 56 - Estudo dos quartos

Implantação do novo bloco, de acordo com o Plano Director Municipal de Pinhel tem que respeitar a distância mínima de 5m do limite da propriedade no caso de abrir janelas ou 3m, sem abertura de vãos¹⁴⁶. Verificando que o espaço do quintal não era muito grande, tentou-se encontrar a solução mais favorável à implantação do novo bloco. Nesse sentido, estudaram-se várias disposições para a área dos quartos (fig.56). Tem-se como objectivo encontrar uma organização que ocupe a menos área possível, de forma a permitir agrupar o maior número de quartos, tendo à partida que corresponder a um mínimo de exigido de dez quartos. Com várias tentativas para o desenho dos quartos verificou-se que a melhor solução era ter quartos os mais estreitos possíveis.

¹⁴⁶ Resolução do Concelho de Ministros n.º83/95, ratificado a 11 de Maio, art. 9, n.º2.

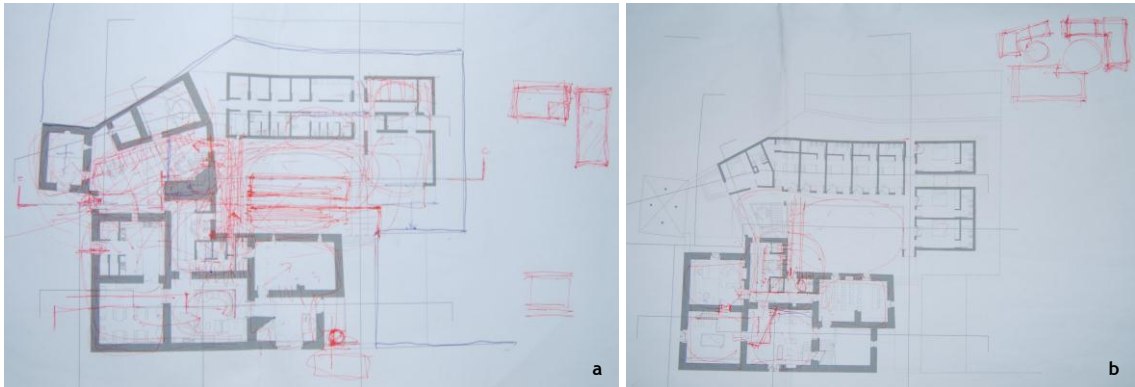


Figura 57- Representação rigorosa da primeira ideia: a) Piso térreo; b) 1º piso

Por consequência teriam de ser mais compridos. No caso de se pretenderem aberturas para o lado Este, o bloco avançaria de mais para o espaço central do quintal, o que prejudicaria imenso a qualidade espacial para a Pousada. Então o melhor seria não abrir janelas a Este, assim manter-se-ia o edifício o mais recuado possível ao limite da propriedade (fig.57). Nesta circunstância, passou-se a uma configuração de quartos que permitisse reuni-los em maior número possível, garantindo o mínimo de 10 quartos regulamentados para Pousadas. Por sua vez o piso térreo (fig.57a), destinava-se a zonas de armazenamento e a uma piscina interior, mantendo-se as funções da capela e do anexo.

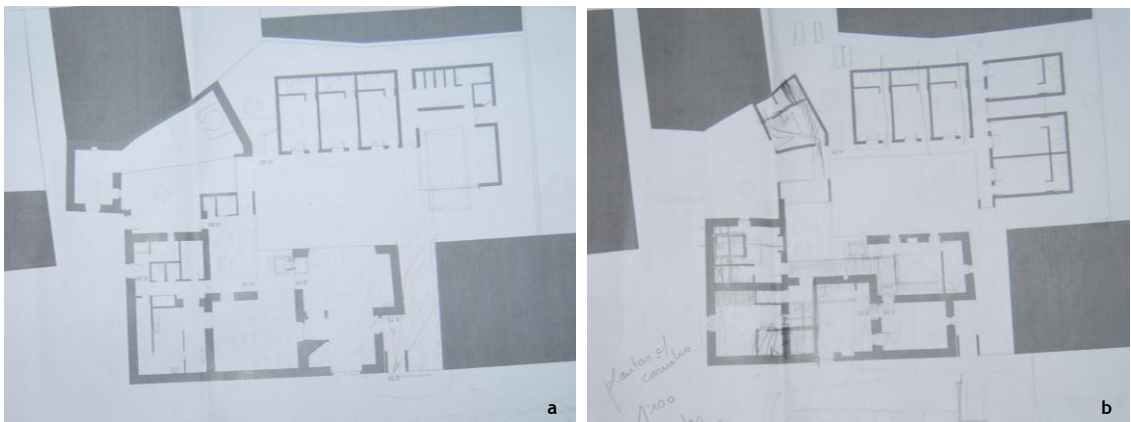


Figura 58 - Primeiras alterações: (a) Piso térreo; (b) 1º piso

A organização anterior demonstrava-se prejudicial à viabilidade da Pousada, uma vez que a de ocupação dos espaços de convívio era muito superior em relação ao alojamento. Nessa perspectiva teria que estruturar-se uma nova organização de forma a oferecer um maior número de quartos, proporcional às dimensões do edifício existente. As mudanças interferiram essencialmente no edifício existente, por se concentrar uma grande área convívio e de serviços no edifício existente.

Através das alterações efectuadas (fig.58), e com a libertação da anterior área de serviço, permitiu gerar mais um grupo de quartos, mantendo o bloco da piscina (fig.58a). Em relação à capela e ao anexo, uma vez que as suas funções iniciais não correspondem às necessidades actuais, não há razão para se manterem da mesma forma.

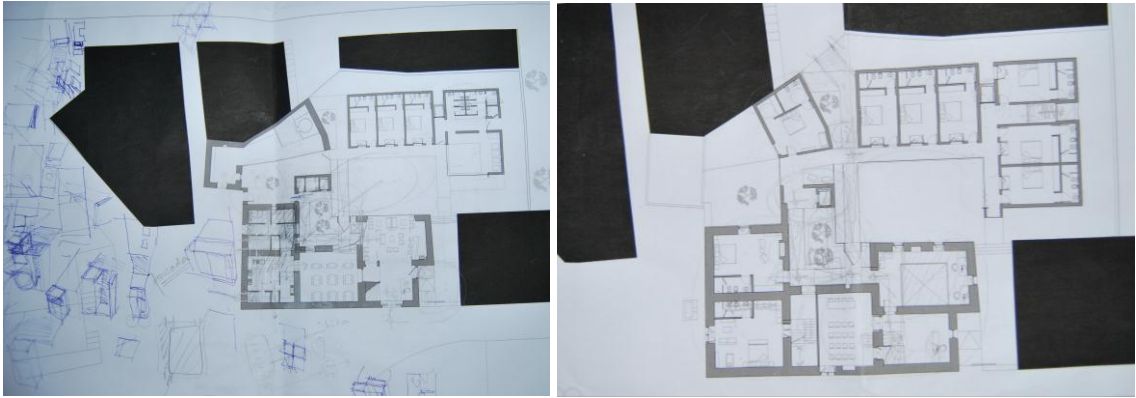


Figura 59 - Últimas alterações

Daí surge a ideia de unir o espaço da capela com o forno existente no anexo, permitiu criar um espaço interpretativo. Assim acabou-se por gerar três blocos (fig.59): o edifício existente, o novo bloco de alojamento e o bloco destinado ao centro interpretativo.

Uma vez que a intervenção se situa junto ao Largo do Adro, em Souropires, considera-se irrelevante a necessidade de criar uma zona de estacionamento, visto que a proximidade demonstra ter essa capacidade¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Portaria nº 327/2008, de 28 de Abril, do Anexo I. Refere que a capacidade de estacionamento deve corresponder a um mínimo de 20% das unidades de alojamento do estabelecimento, podendo situar-se na sua proximidade.

5.4. Memória descritiva

A presente memória descritiva diz respeito ao projecto de reabilitação do Solar dos Távoras em Pousada. A descrição seguinte tem a finalidade de clarificar a organização interna da nova proposta. A explicação seguinte tem o objectivo de se apoiar nos desenhos técnicos do trabalho.

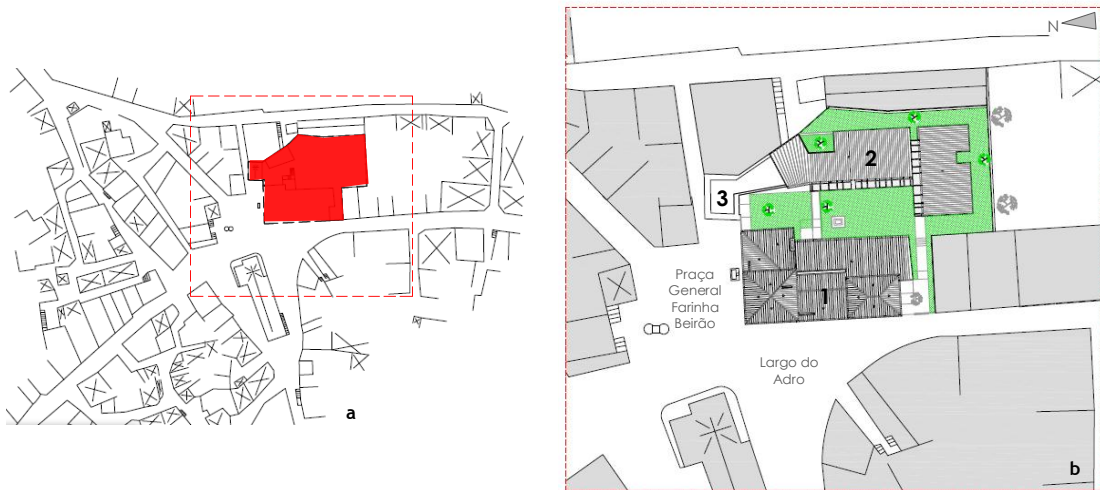


Figura 60 - Localização do Solar dos Távoras, Souropires

O Solar dos Távoras localiza-se na freguesia de Souropires, no centro da aldeia (fig.60a). A adaptação do solar a pousada é formada por três blocos (fig.60b): 1) o solar, com uma área de implantação de 327,57 m²; 2) o novo bloco de alojamento, com uma área de 231.59 m²; 3) e o centro interpretativo, com uma área de 100,87 m².

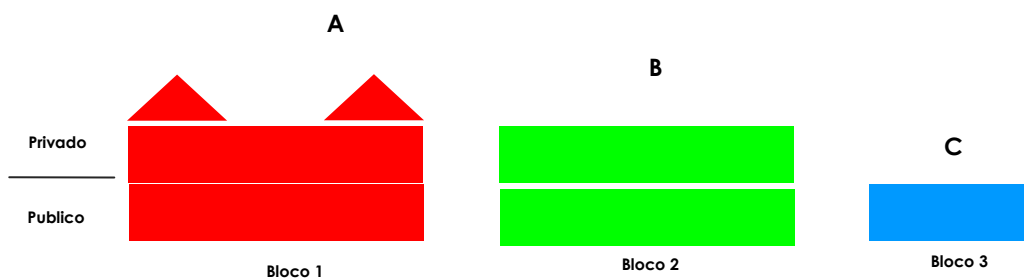


Figura 61 - Esquema de pisos da pousada

A pousada é constituída por um máximo de três pisos. O solar 1 tem dois pisos, com excepção das torres que é constituída por três pisos. O bloco de alojamento tem dois pisos, e o centro interpretativo tem um piso (fig.61). O programa foi definido tendo como base as funções mínimas regulamentares (Portaria 327/2008 de 28 de Abril), e as funções desejadas para o local, tendo em conta uma boa integração no local.

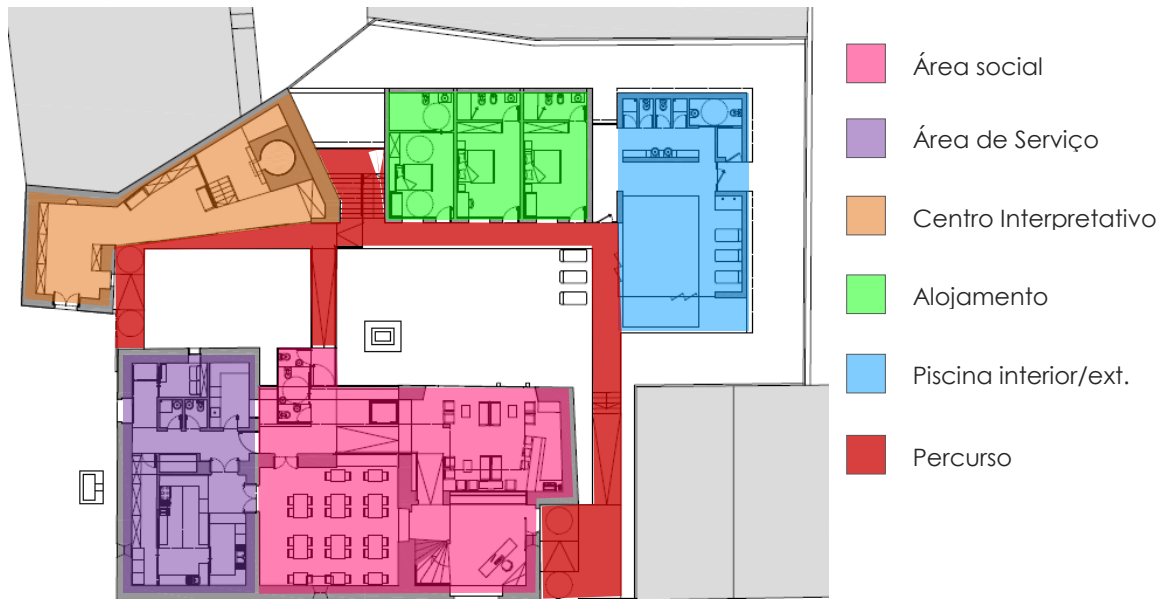


Figura 62 - Planta do piso térreo, Pousada

O piso térreo tem como destaque cinco zonas distintas (fig.62), formado por: uma área social; uma área de serviço; por um centro interpretativo; por alojamento e uma piscina interior/exterior. O acesso à pousada é efectuado através de um pátio exterior, junto à fachada sul. A ligação exterior é feita por uma rampa de acesso à área social, que é formada pela zona de entrada e recepção, por uma sala de estar, pela sala de jantar e por três w.c..

A área social tem três cotas diferenciadas entre a zona de recepção, a sala de estar, e o nível da sala de jantar. A ligação destes espaços é feita através de duas rampas interiores, de forma a garantir o percurso um percurso acessível. O acesso ao 1º piso é efectuado através de uma escada existente na recepção, e um elevador hidráulico junto à sala de estar. No interior do edifício encontram-se duas w.c., uma dela acessível. Já a terceira w.c. localiza-se no exterior do edifício.

A zona de serviço é formada pela cozinha, por uma despensa, por dois espaços destinados a arrumos, a lavandaria, um vestiário e duas w.c. O centro interpretativo é um espaço amplo, e tem um o espaço a uma cota mais baixa, destinada a manter o forno existente. O espaço a alojamento, é formado por três quartos com w.c. privativa. Um dos quartos tem a finalidade de ser totalmente acessível. O acesso ao 1ª andar é efectuado por uma escadaria exterior coberta. O bloco correspondente à piscina, é composto pela área da piscina, e pela zona de vestiário, w.c., e cabines de duche.



Figura 63 - Planta do 1º piso, Pousada

O 1º piso contém: no solar, um escritório administrativo, dois quartos de luxo com w.c. privativa, e a sala da suite; no novo bloco de alojamento tem seis quartos duplos e um individual, todos com w.c. privativa (fig. 63).

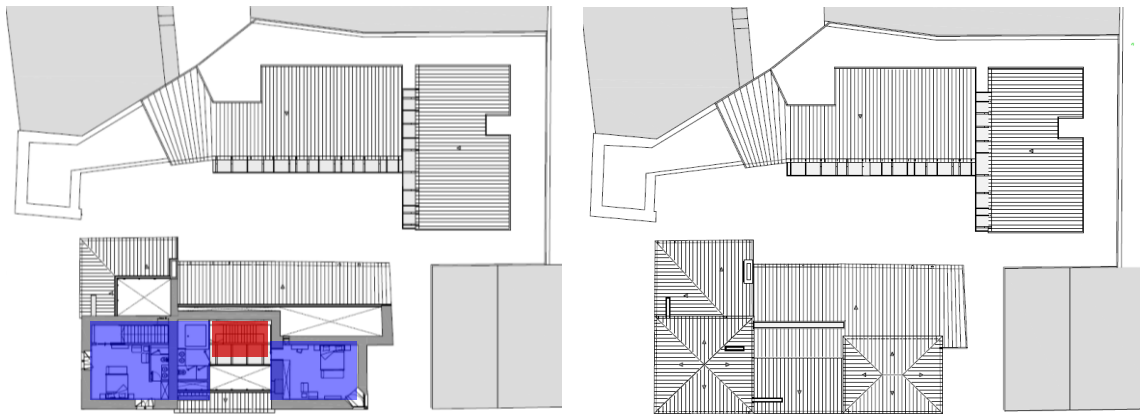


Figura 64 - (a) Planta do 2º piso, (b) Planta da cobertura, Pousada

Somente o solar tem 2º piso. É constituído pelo quarto da suite, pela w.c. da suite, e por um quarto de luxo com w.c. privativa (fig.64). A cobertura do solar é tem duas águas, e as torres têm quatro águas. A cobertura do novo bloco de alojamento tem uma água. A cobertura do centro interpretativo tem uma cobertura plana (fig.65).

6. Conclusão

O património arquitectónico reúne um conjunto de valores que advêm do seu passado, com repercussões na sociedade actual. Os edifícios antigos, como é o caso do Solar dos Távoras, devem ser encarados com especial atenção, de modo a assegurar a sua transmissão às gerações seguintes. A sua relevância arquitectónica e histórica, permite contribuir para a consolidação de uma diversidade patrimonial, que enobrece a sociedade culturalmente. Considera-se uma referência especialmente para a região, uma vez que o edifício está associado aos Távoras, uma das famílias nobres com maior notoriedade na nossa história. A partir da sua classificação a 18 de Agosto de 1943, passa a ter um nível de atenção diferente, atendendo ao estado de degradação. Este momento marcou positivamente o futuro do imóvel, uma vez que foram reunidos todos os esforços para a realização de obras de conservação.

As características arquitectónicas do solar, inserem-se num dos tipos de casa nobre definidos por Carlos Azevedo, com as duas torres laterais e um corpo central mais baixo. Apesar do estado de degradação actual, é possível observar a divisão do espaço, e daí relacioná-lo com a organização do Paço Medieval. Com a interpretação que se faz acerca da organização do Solar dos Távoras, é perceptível que as áreas que confrontam com o espaço público são mais protegidas, mas correspondem às dependências mais sociais. As zonas mais reservadas ficam mais distanciadas do espaço público, ficando viradas para o quintal. De acordo com as descrições apresentadas no trabalho, o edifício é composto por dois pisos, o piso térreo destinado a serviços, e o piso nobre à habitação. A entrada principal permite a ligação ao primeiro piso, que dá acesso à dependência maior e mais importante - a sala. As outras dependências dispõem-se em redor.

A evolução do trabalho permitiu reunir apetências para o desenvolvimento de estratégias de projecto. A reabilitação destes edifícios parece ser um caminho promissor, o que permite a regeneração dos mesmos, através da adaptação de novos programas ou necessidades. Tendo em conta os exemplos do Arquivo Municipal de Valladolid, do Hotel Fouquet Barrière em Paris, e da Caixa Forum em Madrid, conclui-se que cada intervenção parte de um contexto concreto, e cada caso tem características particulares e distintas limitações, que necessitam de uma captação e envolvimento individual. As intervenções em edifícios existentes podem articular diferentes formas de relacionar o antigo com o novo. É necessária uma ponderação de todas as condicionantes na articulação de cada proposta, tendo em conta o edifício, a relação de volumetrias, os materiais a utilização e as imposições regulamentares.

Todas as intervenções arquitectónicas se devem articular moderadamente com sensatez e ponderação, respeitando os valores adquiridos, com consciência da inevitável integração na contemporaneidade. A consonância entre os dois permite nesta ordem de ideias potenciar a transmissão da nossa herança arquitectónica. Os exemplos da Pousada de Santa Marinha, da Pousada do Bouro, e da Pousada Flor de Rosa, expressam três intervenções que na sua essência, é possível estabelecer relações e extrair algumas considerações. As três intervenções de uma maneira geral, apresentam uma atitude muito metódica no tratamento da ruína. As características arquitectónicas são bastante preservadas, de forma a estabelecerem um diálogo moderado entre o novo e o velho, encontrando-se assim um ponto de equilíbrio.

As estratégias adoptadas nos exemplos anteriores reflectem que cada caso carece de uma intervenção à medida, não havendo regras precisas sobre a forma de actuação. Cada lugar tem as suas necessidades, exigências e especificidades. Torna-se necessário o arquitecto ser um moderador dos valores arquitectónicos que chegam até ele, e ter uma capacidade sensitiva de os ponderar. Os exemplos anteriores são uma mais-valia para o desenvolvimento de projectos com as mesmas características, pelo facto de serem perceptíveis as estratégias gerais. Permitem uma reflexão para encontrar novos caminhos, com base nos conhecimentos que podemos absorver. Daí seja indispensável através das considerações anteriores, cada um fazer a sua própria reflexão.

Uma vez que o solar já se encontra em ruína, apresenta-se uma proposta de intervenção para uma pousada, com o intuito de ser um grito de alerta, para que este edifício como tantos outros não caia no esquecimento. Através de uma intervenção contemporânea, pretende-se efectuar uma fusão do existente com a actualidade, de modo a privilegiar a essência do lugar. É indispensável restituir uma função dinamizadora e de valorização patrimonial local, de forma a preservar e dignificar o carácter do edifício. Esta acção privilegia a partilha entre o edifício e a envolvente, acentuando e vinculando o diálogo com o lugar. A escolha da proposta para uma pousada no Solar dos Távoras, é baseada na necessidade regional de um estabelecimento hoteleiro com um serviço personalizado de qualidade.

Para concluir, a apresentação do projecto demonstra o potencial e a viabilidade da proposta, uma vez os objectivos de conciliar as exigências regulamentares, o programa, a preservação das características arquitectónicas, e a realização de uma intervenção criativa, foram alcançados. Pode haver vários caminhos a percorrer, mas os objectivos são os mesmos.

Bibliografia

Livros:

- AAVV; *Arquitectura Popular em Portugal*. Vol. I, 4ª edição, Ordem dos Arquitectos, Lisboa 2004.
- AAVV; *Caminhos do património: 1929-1999*. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Livros Horizonte, Lisboa 1999.
- AAVV; *Doce Edifícios de Arquitectura Moderna en Valladolid*. Valladolid : Asociación Cultural "Surco"2006.
- ARGANO, Giulio Carlo; Fagiolo, Maurizio. *Guia de história da arte*. 2ª edição, Editorial Estampa, Lisboa 1994.
- AZEVEDO, Carlos de; *Solares portugueses: Introdução ao estudo da Casa Nobre*, 2ª edição, Livros Horizonte, Lisboa 1988.
- Bachelard, Gaston ; *A poética do espaço*. Martins Fontes, São Paulo 2003.
- BAEZA, Alberto Campo; *A Ideia Construída*. Colecção Pensar Arquitectura, Edição Caleidoscópio, 2004.
- BAZIN, Germain; *História da Arte da Pré-História aos nossos dias*. Bertrand Editora, Venda Nova 1992.
- CHOAY, Françoise; *A regra e o modelo, sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*. 2ªedição, Caleidoscópio, Casal de Cambra 2007.
- CROFT, Vasco; *Arquitectura e humanismo: o papel do arquitecto, hoje, em Portugal*. Terramar, Lisboa 2001.
- COSTA, Americo; *Diccionario Chorografico de Portugal Continental e Insular*. Vol. XI, Porto1948.
- GRACIA, Francisco de; *Construir en lo Construido, la aquitectutra como modificacion*. 3ª Edição, Editorial Nerea, Hondarribia 2001.
- IPPAR; *Patrimonio arquitectónico e arqueologico classificado*. Lisboa: IPPAR, 1993.
- LOBO, Susana; *Pousadas de Portugal*. Imprensa Universidade de Coimbra, Coimbra 2006.
- LOPES, Alberto Flávio Monteiro; *Património Arquitectónico e Arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*. Livros Horizonte, Lisboa 2004.
- PINHO LEAL, Augusto Soares d´Azevedo Barbosa de; *Portugal Antigo e Moderno: Diccionario geographico, estatístico, chorographico, heráldico, archeologico, histórico, biographico e etynologico, de todas as cidades, villas e freguezias de portugal e de grande numero de aldeias*. Vol. IX, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa 1880.
- RODRIGUES, Maria João; *Vocabolário tecnico e crítico de Arquitectura*. 3ª edição. Quimera Editores 2002.
- MARTA, Ilídio; *Pinhel Falcão: notas e factos*. Editora Tipografia Mondego, Celorico da Beira 1943.

- MOUTINHO, Mário; *Arquitectura popular portuguesa*. Editorial Estampa, Lisboa 1995.
- NÁPOLES, João Carlos Metello de; Nápoles, Jorge Metello de. *Solares e Casas Nobres do concelho de Pinhel*. Edição: Autores - MP / 2006.
- RELVAS, Alexandre; *Pousada D. Maria I*. Pousadas de Portugal Enatur, Empresa Nacional de Turismo S.A., Maio de 1995.
- RODRIGUES, Adriano Vasco; *Terras da Meda: Natureza, cultura e património. (monografia)* 2ª edição. CM Meda, Meda 2002.
- GHIGLIONE, Rodolphe; *O inqérito: teoria e prática*. Celta Editora, Oeiras 1993.
- SILVA, José Custódio Vieira da; *Paços Medievais Portugueses*. 2ª edição, Edição do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), Lisboa, 2002.
- SOUSA, João Silva de; *Senhorias Laicas Beirãs no Século XV*. Livros Horizonte, Lisboa 2005.
- ZUMTHOR, Peter; *Atmosferas: entornos arquitectónicos, as coisas que me rodeiam*. Gustavo Gili SA, Barcelona 2006.

Teses:

- Beato, Cláudia Sofia São Marcos Miranda - **Planeamento do Sector do Turismo em Centros Urbanos**. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Departamento de Engenharia e Gestão Industrial, 2008.
- D' ALMEIDA, Patrícia Beirão da Veiga Bento; **Vittor Palla e Bento d'Almeida: Obras e projectos de 1 atelier de arquitectura, 1946-1973**. Dissertação de mestrado em história da arte contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, Lisboa 2006.
- KIEFER, Marcelo; **Cidade: Memória e Contemporaneidade - Ênfase: Porto Alegre - 1990/2004**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitectura. Faculdade de Arquitectura - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2005.
- OLIVEIRA, António Alberto Póvoas; **A reabilitação urbana como processo de preservação cultural e patrimonial: a herança arquitectónica e urbana da cidade de Fafe**. Tese mestrado Cultura Arquitectónica Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, Guimarães 2009.

Revistas:

- Pedra & Cal, “*Património e economia*”, n. 3, Julho, Agosto, Setembro 1999.
- Pedra & cal, “*Erros e Defeitos na Reabilitação dos Edifícios e na Conservação e Restauro do Património Edificado*”, nº 20, Outubro, Novembro, Dezembro 2003.
- Jornal Arquitectos J-A, “*As praias de Portugal 2*”, Publicação bimestral da Ordem dos Arquitectos, n. 197, Setembro, Outubro de 2000.
- Rui Barreiros Duarte, “*Património: cultura, valor e memória colectiva*”, Artitextos 06: urbanismo, arquitectura, design, moda. Centro editorial da F. de Arq- Universidade técnica de Lisboa, Lisboa 2008.

Legislação:

Decreto nº38:888, artigo único.

Decreto nº 20:985, de 7 de Março de 1932.

Decreto Regulamentar nº 36/97, de 25 de Setembro.

Decreto Regulamentar n.º1/2002, de 3 de Janeiro.

Decreto-Lei n.º 207/84, de 25 de Junho.

Decreto-lei n.º 80/2006, de 9 de Abril.

Decreto-lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 39/2008. De 7 de Março.

Decreto-Lei n.º 50/2008, de 19 de Março.

Decreto-lei 220/2008, de 12 de Novembro.

Decreto-lei n.º 140/2009, de 15 de Junho.

Decreto-Lei nº 191/2009, de 17 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro.

Lei nº 13/85, de 16 de Julho de 1985, I Série - número 153.

Resolução do Concelho de Ministros n.º83/95, ratificado a 11 de Maio de 1995.

Portaria n.º 358/2009, de 6 de Abril.

Portaria nº 327/2008, de 28 de Abril.

Sites:

<http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2005/RenataCristinadesousanascimento.pdf>

<http://oslorenas.blogspot.com/2008/08/braso-da-familia-tvora.html>

<http://www.igespar.pt>

<http://www.pousadas.pt>

<http://www.pdecarvalho.com>

<http://www.monumentos.pt>

<http://www.arcspace.com>

<http:// /24801/hotel-fouquet-barrier-eduard-fanchanc/>

<http://www.archdaily.com>

Anexos

Anexo I - Inquérito de avaliação das expectativas da população de Souropires em relação ao Solar dos Távoras e interpretação de dados.

Anexo II - Documentação da Direcção Geral dos edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

Anexo III - Levantamento Fotográfico (2011), Solar dos Távoras.

Anexo I - Inquérito de avaliação das expectativas da população de Souopires em relação ao Solar dos Távoras e interpretação de dados



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Faculdade de Engenharia
Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura

Inquérito de avaliação das expectativas da população de Souopires em relação ao Solar dos Távoras

O presente inquérito insere-se no desenvolvimento da dissertação/projecto de mestrado em Arquitectura com o tema "SOLAR DOS TAVORAS: Intervir na arquitectura, potenciar o património", a realizar durante o 2º semestre do ano lectivo 2010/11 na Universidade da Beira Interior, com a finalidade de interpelar uma amostra quantitativa da população de Souopires, com objectivo de perceber o ponto de vista, recolha de opiniões e ambições dos mesmos em relação ao edifício. Preencha com cruzinhas (X) as opções que revelam a sua opinião.

Dados do inquirido:

Idade Entre 18 - 88

Sexo: Feminino
(56)

Masculino
(44)

- 1- Considera o Solar dos Távoras um edifício importante? Sim 100% Não
- 2- Caso a resposta anterior seja sim, escolha duas opções que contribuem para tal relevância?
- a) Tem importância pela sua história 35%
 - b) Contribui para o enriquecimento cultural da sociedade 24%
 - c) Contribui para um Património diversificado 10%
 - d) Pela própria arquitectura 31%
- 3- Acha bem deixar-se degradar o edifício, sem que haja uma intervenção? Sim Não 100%
- 4- Acha que o edifício deveria ser reabilitado? Sim 100% Não
- 5- Acha que aldeia/região poderia beneficiar com a reabilitação do solar? Sim 100% Não
- 6- Considera que o Solar deveria ser usado para proveito de: Particulares 1% Publico 99%
- 7- Considera que o Estado deveria ter um papel activo na preservação e salvaguarda do imóvel? Sim 100% Não
- 8- Na sua opinião qual seria a função mais vantajosa para o solar?
- a) Habitação 1%
 - b) Pousada 67%
 - c) Restaurante 3%
 - d) Outro: 29%
- (Lar: 13%; Museu: 10%;
Posto médico: 1%;
Casa de convívio: 3%;
Serviços públicos: 2%)
- 9- Como se poderia potenciar a sua utilização? Através:
- a) Actividades de lazer 22%
 - b) Actividades educativas 18%
 - c) Actividades gastronómicas 7%
 - d) Actividades culturais 53%
 - f) Outro: _____

Muito obrigado!

Para lá de todo o trabalho que o arquitecto possa desenvolver, é essencial envolver a sociedade, para a problemática da degradação do património arquitectónico. No caso do Solar dos Távoras, apesar de a comunidade não ter uma responsabilidade directa na salvaguarda do imóvel, torna-se um veículo sensível e consciencializador do conteúdo histórico, cultural e arquitectónico, que em ruína, ameaça desaparecer. Uma vez que o imóvel está inserido na aldeia de Souropires, considera-se importante perceber de uma maneira geral, que expectativa tem a população em relação ao Solar.

Neste sentido, foi realizado um inquérito a uma amostra quantitativa da população, compreendida entre homens e mulheres entre os 18 e os 88 anos. Esta amostra tem um total de cem inquéritos a residentes, o que corresponde a 17.04% da população de Souropires. O inquérito é formado: pela descrição; pelos dados do inquirido; e por nove questões de resposta com cruzinhas. Na segunda questão, o inquirido deveria escolher duas opções, e na questão oito e nove, havia a possibilidade de dar uma sugestão.

Em relação à primeira questão, a população considera a 100% que o Solar dos Távoras é um edifício importante. Na segunda questão, a amostra considera que o edifício é importante: pela sua história, 35%; contribui para o enriquecimento cultural da sociedade, 24%; contribui para um património diversificado, 10%; é importante pela própria arquitectura, 31%. Na terceira, na quarta e quinta questão, 100% da amostra acha que não se deve deixar degradar o edifício, concordando antes pela sua reabilitação, pois que pode contribuir favoravelmente à aldeia/região. Na sexta questão, 99% da amostra considera que o solar deveria ser usado para o proveito público, e apenas 1% acha que deveria ser usado para proveito particular.

Na sétima questão, 100% da amostra considera que o Estado deveria ter um papel mais activo na preservação e salvaguarda do imóvel. Na oitava questão, a função que consideram mais vantajosa para o solar: 1% acha que deveria ser uma habitação; 67% considera que deveria ser uma pousada; 3% acha que deveria ser um restaurante; e 29% escolheram outras, 13% sugeriu um lar, 10% sugeriu um museu, 3% sugeriu uma casa de convívio, 2% sugeriu serviços públicos, e 1% sugeriu ser um posto médico. Na última questão, consideram que a utilização do solar podia ser potenciada, pela existência: de actividades de lazer, 22%; actividades educativas, 18%, actividades gastronómicas, 7%, e actividades culturais, 53%.

(Fonte) http://www.portugal.gov.pt/pt/GC19/Documentos/MAAP/Fichas_Municipios/Pinhel.pdf.

De acordo com INE, Censos 2011 (Dados preliminares), a população de Souropires tem 587 habitantes.

Anexo II - Documentação da Direcção Geral dos edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)

Fonte: www.monumentos.pt

SIPATXT.01595843

Exm^a. Senhor Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Ao Ex.^{ma} Sr. Arq.^o. Director dos S. Monum. Nacionais

Para Informar e deliberar.

Data 21 8 1954

O Esposado Director Geral

Lisboa

Com os mais respeitosos cumprimentos tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a. que se encontra quasi construido um prédio destinado a estabelecimento de mercearias, taberna e café, sito na Praça General Farinha Beirão da povoação de Souropires, concelho de Pinhel, e a uma distância de três metros da Capela de Nossa Senhora da Esperança que faz parte do Monumento chamado Casas Altas classificado há já largos anos de Monumento Nacional.

O signatário crê, sem o poder afirmar que de tal construção não foi dado conhecimento a V. Ex.^a. e certamente que a Exm^a. Camara Municipal só por erradas informações aprovou o respectivo projecto.

E, porque se outros habitantes já em tempos esbarraram com a proibição legal de novas edificações dentro da zona de protecção do monumento, não sabe o expoente a razão porque não existe agora tal proibição.

Deste modo, para os efeitos que V. Ex.^a. tiver por convenientes, trago ao Vosso conhecimento estes factos, na certeza de que a lei será aplicada a todos por igual.

A BEM DA NAÇÃO

O expoente

Souropires, 16/8/954 *António Azevedo Carvalho*

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

21 AGO 1954

SIPA

23 8 54

NO. 2462 Fls. 27 10 32



MS.

S. R.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
DIRECÇÃO GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
DOS MONUMENTOS NACIONAIS

Exm^a Senhor
Engenheiro Director-Geral dos
Edifícios e Monumentos Nacionais

Camara e Camara a Pinhel

Para cumprimento do despacho de V.Ex^a de 21 de Agosto ultimo, exarado na carta de António Ascensão Carvalho, que junto se devolve, tenho a honra de informar V.Ex^a que esta Direcção é de parecer que se deveria solicitar à Camara Municipal de Pinhel o projecto das obras em referencia a fim de ser apreciado por estes Serviços, devendo entretanto a referida construção ser embargada.

V.Ex^a porem determinará o que entender por mais conveniente.

A Bem da Nação

Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 11 de Outubro de 1954.

O Architecto Director,

PROCP
DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS
12 OUT 1954
CAIXA



Sistema de Informação
para o Património Arquitectónico

F.C.

4475

Exmº Snr.

Dr. Paulo de Mendonça Falcão e Távora

-Conservatória do Registo Predial de

--SEIA--

Em referência à carta de V.Exª. de 13 de fevereiro último, acerca das obras a realizar no antigo "Solar dos Távora", em Souto Pires, tenho a honra de informar V.Exª. de que encontrando-se todo o edifício, dum modo geral, em mau estado de conservação e alterado em grande parte, torna-se necessário organizar um ante-projecto de reintegração e elaborar por técnico competente e com a assistência desta Direcção Geral.

Contudo, como o estudo pode ser demorado, poderá V.Exª. desde já, dar início às obras de consolidação de paredes e reconstrução da cobertura, de acôrdo com as indicações da Direcção dos Monumentos Nacionais.

A Bem da Nação

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 21 de Maio de 1945.

O ENGENHEIRO DIRECTOR GERAL,

SIPA

Sistema de Informação
do Património Arquitectónico
IPARCA

MS.

3534

g 36

Exm^o Senhor

Arquitecto Chefe da 4^a Secção
Coimbra

Es

na referencia à Comunicação nº 455 de 24 de corrente mês, e a fim de informar do andamento da obra, junto devolve a V. Ex^{ta} o officio nº 6-2/139 da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes bem como o projecto referente à reconstrução de um prédio da zona de protecção da "Casa dos Tavoras", em Pinhel a levar a efeito por Joaquim Freire.

A Bem da Nação

Disboa, Repartição Técnica, em 25 de Maio de 1956.

O Architecto Chefe da Repartição,



SIPA TXT.01595602

R/Pz.



MINISTÉRIO
DAS
OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

DIRECÇÃO GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS

Comunicação a respeito de
S. R. 22541

Exm^a. Senhor
Engenheiro Director Geral dos
Edifícios e Monumentos Nacionais

N.º 1210

Em cumprimento do despacho de V. Ex^a. de 23 de Março do corrente ano, tenho a honra de devolver uma exposição do proprietário do antigo "SOLAR DOS TAVORAS", - do lugar de Souro Pires - concelho de Pinhel, informando V. Ex^a. do seguinte:

Como todo o edificio se encontra dum modo geral em mau estado de conservação e alterado em grande parte, torna-se necessário a organização dum ^{ante}-projecto de reintegração a elaborar por técnico competente e com a assistência desta Direcção. *Real*

Contudo, como o estudo pode ser demorado, entendo que o proprietário deve iniciar desde já as obras de consolidação de paredes e reconstrução da cobertura, de acôrdo com as indicações desta Direcção.

V. Ex^a. resolverá como julgar por mais conveniente.

A bem da Nação

DIRECTOR DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, em 10 de Maio de 1945

O ARQUITECTE DIRECTOR,

Real

RECEBIDA
10 MAIO 1945

CAIXA

SIPA
Rep. Agria - 1000 ex. - 245

LP/

CAMARA MUNICIPAL DE PINHEL

RECONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO EM
SOUROPIRES, A LEVAR A EFEITO
POR JOSÉ PAULA MARTINS:

P A R E C E H

Atendendo à localização da obra que se projecta, não se
vê inconveniente na sua aprovação, fixando-se um prazo de exe-
cução de 6 meses.

Lisboa, 11 de Julho de 1956.



EPS

Cópia

S.R. - Paços do Concelho, 25 de Outubro de 1954. - - - - -
Câmara Municipal de Pinhel - - - - -
Exm^a. Sr. Engenheiro Director Geral dos Ed. e Mon. Nacionais. -Lx^a.
Ofício n^o. 2242 - - - - -

Respondendo ao ofício dessa Direcção Geral, n^o. 13.315, de 16 do
corrente, tenho a honra de informar V.Ex^a. que não há nesta Secre-
taria qualquer projecto de construção de prédio urbano que se es-
teja a construir na Praça General Farinha Beirão, em Souropires,
deste concelho. - - - - -

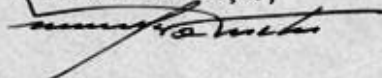
A bem da Nação. - - - - -

O Presidente da Câmara Municipal, a) ilegível. - - - - -

- - - - -Está conforme - - - - -

Secção de Expediente Técnico, em 29 de Outubro de 1954.

O Chefe da Secção,



Ent^a.: 29-10-54
Desp. da DG.
P^a. inf. e dev.
28-10-54





MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

DIRECÇÃO GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
DOS MONUMENTOS NACIONAIS

REPARTIÇÃO TÉCNICA
4.ª SECÇÃO

J/C

REFERÊNCIA ZONA DE PROTECÇÃO
SOLAR DOS TAVORAS

S. R.

Exmº Senhor
Arquitecto Chefe da Repartição
Técnica

Lisboa

António F. Parus
14 4 / 56

Em cumprimento da Ordem de Serviço nº 1966 de 4 do corrente, junto tenho a honra de devolver o processo nº 139 da Junta Nacional da Educação, informando:

O projecto de que é requerente Joaquim Freire não devia ser apreciado por falta duma memória descritiva, no entanto e afim de não retardar este processo, esta Secção observa: as seguintes condições em que o mesmo poderá ser aprovado:

- a) - Cobertura em telha nacional dupla patinada;
- b) - Apilarados de janelas, socos e revestimentos indicados, em cantaria;
- c) - Cór branca na pintura exterior;
- d) - Cór branca em caixilhos de janela com marcas em tom mais forte mas suave. Esta mesma cór deverá ser aplicada na porta do rez-do-chão.

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
DOS MONUMENTOS NACIONAIS

13 ABR 1956

Ex.º no entanto determinará como julgar mais conveniente.

A Bem da Nação
C Coimbra, 4ª Secção, em 12 de Abril de 1956

Arquitecto Chefe da Secção

António F. Parus

M/C.

C Ó P I A

S.R. - Ministério das Finanças - Direcção Geral da Fazenda
Pública - Repartição do Património - Secção 2ª. Of.º. 4557

Proc.º. 11/3 -----&-----&-----

Exm.º. Sr. Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

-----" Refiro-me ao officio dessa Direcção-Geral n.º. 459, de 13
de Janeiro último, de que tomei boa nota.-----

-----" O proprietário do Solar dos Tavoras sito em Pinhel, no-
tificado para apresentará aprovação superior, no prazo de 30
dias, o projecto de restauro daquele imóvel classificado de
interesse público, sob pena, do referido projecto ser elab-
orado por esse Ministério e executadas as respectivas obras
pelo Estado, correndo o seu custeio de conta do mesmo propri-
etario nos termos da legislação em vigor, informou de que está
de acordo com esta solução, solicitando, porém que seja ouvido
quando elaboração do projecto.-----

-----" Eis/ o que tenho a honra de informar V. Ex.ª, solicitando
que se digne mandar elaborar o projecto das obras de restauro
daquele solar e respectiva estimativa, remetendo-me tudo o por-
tunamente para ser presente ao interessado proprietário, a fim
de se pronunciar, e resolver como é da lei. -----

A bem da Nação - Direcção-Geral da Fazenda Pública, em 31 de
Março de 1949 - O Director Geral -(a) A. Luis Gomes.-----

-----Está conforme-----

Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 5 de Abril
de 1949.

Entrada: 5/4/949

Resp.º. D.º. (I.º. D.) 2/4/49

O CHEFE DA SECÇÃO,

Assinatura de Mator



- MEMÓRIA DESCRITIVA -

REFERENTE AOS TRABALHOS EXISTENTES PARA VEDAÇÃO
E CONSERVAÇÃO DO SOLAR DOS TAVORAS - EM SOURO PIRES

Duma maneira geral e com excepção de pequenos pormenores, este Imóvel conserva exteriormente elementos da época da sua construção, o que nos permite enfrentar os trabalhos principais para vedação do edifício, na certeza de não alterar as suas características.

Na fachada posterior e nas dependências designadas em planta com as letras A e B, verifica-se que em datas relativamente recentes se introduziram alterações de certo vulto o que para a sua reintegração convém estudar cuidadosamente, tornando-se necessário para esse efeito proceder pelo menos ao levantamento do telhado na parte referente a essas dependências e a uma sondagem no rés-do-chão sob a sala A.

Dada a falta de elementos que nesta parte do edifício nos permita definir com exactidão a forma primitiva do Imóvel, parece-me que seria melhor conservar a forma actual, de resto a que se mantinha à data da classificação de 1943 - Dec.º 32.973, de 1/8/43, procurando uma solução para o telhado do corpo B que permita o desentaipamento da janela posterior do torreão esquerdo.

Para os caixilhos exteriores das janelas de todas as fachadas existem elementos que podem constituir modelo.



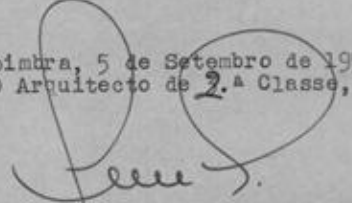


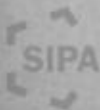
Há naturalmente que estudar a solução para os vãos destacados nos desenhos com a cor azul e que apresentam configuração incaracterística.

Concluindo, resume-se a série de trabalhos que para já poderiam ser realizados sem prejudicar as obras de reintegração e restauro do interior, em qualquer época que as mesmas se realizem, se porventura se considerar que um plano de reintegração dessa amplitude seja a solução mais indicada:

- A)- Levantamento da cobertura para consolidação da armação e estudos a realizar;
- B)- Consolidação da armação prevendo a substituição de algumas peças;
- C)- Reassentamento da cobertura aproveitando quanto possível o material existente para as capas usando-se de telha nova para as caleiras;
- D)- Reintegração das frestas do rés-do-chão;
- E)- Construção da esquadria exterior de acordo com os modelos existentes;
- F)- Consolidação dos cilhares prevendo-se o refechamento dos mesmos com cimento bem diluído e refundado;
- G)- Construção da porta principal de acordo com desenhos e pormenores a definir.
- H)- Execução dos trabalhos nos pontos destacados nos desenhos com cor azul de acordo com os estudos a efectuar durante a realização de parte dos trabalhos;
- I)- Obras complementares e acabamento dos trabalhos constantes nas alíneas anteriores, os quais englobam pinturas, vidros etc.

Cóimbra, 5 de Setembro de 1950
O Arquitecto de 2.ª Classe,


(Luiz Amoroso Valgode Lopes)



MEDIÇÃO

| DESIGNAÇÃO | PARTES SEMEL- HANTES | DIMENSÕES | | | QUANTIDADES | |
|---|----------------------------|-------------|---------|--------|-------------|-------------------------|
| | | COMPRIMENTO | LARGURA | ALTURA | PARCIAIS | TOTAIS |
| Art ^a .7 ^a -Construção e assentamen- to de portadas de jane- las em todos os vãos, de acordo com os mode- los existentes no vão lateral esquerdo do tor- reão maior, tanto em qua- lidade, espessuras e per- fis de madeira e seu funcionamento com ferra- gens especiais, incluindo uma demão de óleo | | | | | | |
| 6 vãos duplos | 6 | | 1,50 | 1,50 | 13,50 | m ² 13,50 |
| Art ^a .8 ^a -Construção da porta em madeira de castanho de acordo com o modelo, de- senho e perfis a forne- cer para a sua execução e assente com ferragens especiais, incluindo uma demão de óleo | | | 3,00 | 3,80 | 11,40 | m ² 11,40 |
| Art ^a .9 ^a -Consolidação de cilha- res de cantaria sobre a porta principal, in- cluindo refechamento das juntas refundadas | | | | | 1 | 1 |
| Art ^a .10 ^a -Trabalho de estudo e investigação para o possível restauro e re- integração na parte des- tacada nos desenhos com a cor azul | | | | | 1 | 1 |
| Por estimativa Global | | | | | 1 | 1 |

MS.

CONCURSO LIMITADO PARA A EMPREITADA DE
"SOLAR DOS TAVORAS- SOURO PIRES - REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO"

Base de licitação 61.150,00

LISTA DOS CONCORRENTES

| N.ºs. | Nomes | Importancias |
|-------|--------------------------|----------------|
| | Manuel de Jesus Cardoso | Não compareceu |
| 1 | Saul de Oliveira Esteves | 59.950,00 |
| | Manuel Domingues Chaves | Carta |
| 2 | Anselmo Costa | 58.600,00 |
| | Preza, Limitada | Não compareceu |

Lisboa, 30 de Setembro de 1954.

António Carlos Martins
João António Pais & Vasconcelos, S. M. Lda



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
DIRECÇÃO-GERAL DA FAZENDA PÚBLICA
REPARTIÇÃO DO PATRIMÓNIO

2.ª secção
N.º 12627
PROC.º 15/3
LIV.
DIV.
VERBA

lvt

936

Ao Ex.º Sr. Arq.º Director
dos Serv. dos Monum.º Nac.
Para conhecimento e devolução.
Data 219 8 1954
O Engenheiro Duarte Costa

*P. 1.º
2.º 8.º*

Exm.º Senhor Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Refiro-me ao ofício dessa Direcção-Geral n.º 4.289, de 19 de Abril último, de que tomei bo nota.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Ex.ª, para os devidos efeitos, que segundo comunica a 8.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, o Serviço da Intendência Geral do Orçamento informou que, a inscrição da verba de 61.500\$00, destinada a ocorrer às obras de "Solar dos Távoras", em Souro Pires, já foi superiormente autorizada e incluída em diploma elaborado por aquela Direcção-Geral, aguardando-se a sua publicação.

Assim, aguarda a Fazenda Pública a indicação do dia em que foram iniciadas as obras.

A bem da Nação

Direcção-Geral da Fazenda Pública, 18 de Agosto de 1954.

O DIRECTOR-GERAL,

A. LUIZ GOMES.

REPARTIÇÃO DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS
ENTRADA
20 AGO 1954
N.º 6177/10.23.19.32

PROCESSO
DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS
19 AGO 1954
Sistema para o Património
FORTE DE SACAVÉM

LAG/BM

SIPA
F. P. - C. 10



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
DIRECÇÃO GERAL EPS
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
DOS MONUMENTOS NACIONAIS

S. R.

Exm.ª. Senhor
Engenheiro Director Geral dos
Edifícios e Monumentos Nacionais.

Para cumprimento do despacho de V.Ex.ª, de 4 de Fevereiro de 1954, exarado no officio n.º. 2078 da Direcção-Geral da Fazenda Pública que junto se devolve, tenho a honra de informar V.Ex.ª. do seguinte:

1ª- As obras a realizar no edificio dos Tavoras situado em Pinhel, podem ser levadas a efeito ainda no corrente ano se assim V.Ex.ª. o entender, bastando para isso que a Direcção Geral da Fazenda Pública, ponha à disposição destes Serviços a verba necessária.

2ª- O valor dos trabalhos, pelo menos de uma primeira fase, constam já de estimativa na importância de Esc.: 61.500,00 elaborada nesta Direcção e enviada a V.Ex.ª. com o officio n.º. 5399 de 12 de Dezembro de 1951 e cujos preços agora revistos não accusam diferença sensível.

V.Ex.ª. porém determinará conforme julgar mais conveniente.

A bem da Nação

Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 14 de Abril

de 1954.
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
15 ABR 1954

O Architecto Director,
Goartazua

SIPA
Mod. 41 - P. A. F.
Sistema de Arquivamento para o CAIXA

O empreiteiro Manuel Domingues Chaves apresentou carta justificando o não envio da proposta e os empreiteiros, Proza, Limitada e Manuel de Jesus Cardoso, não compareceram. - - -
Em seguida procedeu-se à abertura dos sobrescritos contendo as propostas, passando a Comissão a numerar e rubricar as mesmas. - - - - -
E, não tendo sido apresentada reclamação alguma, procedeu-se à leitura das seguintes propostas: - - - - -
PROPOSTA NUMERO UM: de Saul de Oliveira Esteves, no valor de 59.950\$00 (cinquenta e nove mil novecentos e cinquenta escudos). - - - - -
PROPOSTA NUMERO DOIS: de Anselmo Costa, no valor de esc: 58.600\$00 (cinquenta e oito mil e seiscentos escudos). - -
E, não tendo sido apresentada reclamação alguma, foi pelo Presidente dado por findo o acto do concurso de que, para constar, se lavrou o presente auto que vai ser assinado pela Comissão que ao mesmo presidiu. - - - - -

Manuel Domingues Chaves
Anselmo Costa
Juquinha António Pereira da Silva





ey
[Handwritten signature]

Ministério das Obras Públicas
Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Contrato número _____

para execução da empreitada de "Solar dos Távora
- Souto Pires - Reparação e Conservação".

adjudicada a Anselmo Costa.

pela quantia de 58.600,00 (cinquenta e oito mil e seiscentos escudos).

[Large handwritten signature and scribbles]
1918

Aos dois dias do mês de Novembro de mil novecentos e cinquenta e quatro, nesta cidade de Lisboa, na sede da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, edifício do Ministério das Obras Públicas, achando-se presente o Director Geral, Engenheiro Henrique Gomes da Silva, como primeiro outorgante, em representação do Estado e o adjudicatário da empreitada acima mencionada, Anselmo Costa, como primeiro outor-



Sistema de Informação
para o Património Arquitectónico
FORTE DE SACRÉM



deste contrato,

ARTIGO SEGUNDO:—Os trabalhos constantes da presente empreitada deverão iniciar-se dentro de oito dias contados a partir da data da consignação e estar concluídos ~~no prazo de~~ até ao fim do corrente ano de mil ~~noventa e~~ ~~contar da mesma data~~ novecentos e cinquenta e quatro.

O prazo de garantia é de ~~trezentos e sessenta e cinco dias~~, contados a partir da data da recepção provisória.

ARTIGO TERCEIRO:—Em toda a execução da obra vigorarão os seguintes salários mínimos: CANTEIRO - trinta e dois escudos; PEDREIRO - trinta escudos; CARPINTEIRO - trinta e dois escudos; ESTUCADOR - trinta e cinco escudos; PINTOR - trinta e um escudos; SERRALHEIRO - trinta e seis escudos; AJUDANTE DE CANTEIRO - vinte e oito escudos; AJUDANTE DE PEDREIRO - vinte e cinco escudos; AJUDANTE DE CARPINTEIRO - vinte e cinco escudos; AJUDANTE DE SERRALHEIRO - vinte e cinco escudos; AJUDANTE DE ESTUCADOR - vinte e nove escudos; TRABALHADOR - dezoito escudos; SERVENTE - dez escudos.

ARTIGO QUARTO:—O encargo total deste contrato é de 58.600,00 (cinquenta e oito mil e seiscentos escudos), o qual será custeado pela verba inscrita no Capítulo quarto, Artigo quinquagésimo terceiro, Número dois, Alínea e') linha, do orçamento em vigor para o presente ano de mil novecentos e cinquenta e quatro.



Pelo adjudicatário foi declarado que aceita o presente contrato com todas as suas condições, de que tem inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obriga, por sua pessoa e bens presentes e futuros, perante o Juízo da Comarca de Lisboa, com renúncia de quaisquer direitos em contrário.

Neste acto foi verificado que o adjudicatário constituiu o depósito definitivo na importância de 2.930,00 (dois mil novecentos e trinta escudos) na sede da Tesouraria da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, em vinte e dois de Outubro de mil novecentos e cinquenta e quatro, correspondente a cinco por cento do valor da adjudicação e serve para garantir o integral cumprimento deste contrato.

O adjudicatário apresenta o documento ao aprovarivo e este se manifesta em conformidade na Secção de Finanças de

O presente termo de contrato está escrito em três meias folhas de papel de vinte e cinco linhas, seladas cada uma com uma estampilha fiscal de cinco escudos,

SIPATXT:01595616

S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
DIRECÇÃO GERAL
DA
FAZENDA PÚBLICA

Repartição do Património

2.ª Secção

Processo n.º 8-15

Verbo n.º

Livro n.º

Ofício n.º 4382

Roga-se na resposta se indiquem os números
e o data deste documento.

À DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
MONUMENTOS NACIONAIS
Parecer: Contra
Lham. 30/7/1948.
O Sup.º Director Geral

[Handwritten signature]

Exm.º Sr. Director Geral dos Edifícios e Monumentos
Nacionais

*A.H. Secção para cumprimento do despacho da Ex.ª Direcção Geral.
2/9/48
O Director de Serviços
[Signature]*

Refiro-me ao ofício dessa Direcção Geral n.º 8.593, de 15 do corrente, de que tomei boa nota.

Tenho a honra de informar V. Ex.ª de que, nesta data, é notificado o proprietário do antigo "Solar dos Távoras, para iniciar imediatamente as obras julgadas necessárias por essa Direcção Geral, para a conservação daquele imóvel.

2) No caso do interessado não proceder àque las obras, deverão as mesmas ser feitas pelo Estado, ficando o prédio onerado com o encargo resultante, nos termos do § 2.º do art.º 44.º do decreto n.º 20.985, de 7 de Março de 1932.

A bem da Nação

Direcção Geral da Fazenda Pública, em 28
de Julho de 1948.

O DIRECTOR GERAL,

PROCESSO Nº 8-15
DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS
29 JUL 1948
SECÇÃO ADMINISTRATIVA
N.º 4-30-86-1434-03
CAIXA

[Handwritten signature]

(A. LUIS GOMES.)

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
DOS MONUMENTOS NACIONAIS
REPARTIÇÃO DE SERVIÇOS
20 JUL 1948
Livro nº 86
10/18

G.S.
Min. SEV. de Informação
Cop. do Património Architectónico
Coul. P. Mod. 20

SIPA TXT:01595612

S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
DIRECÇÃO GERAL
DA
FAZENDA PÚBLICA
Repartição do Património

2.ª Secção
Processo n.º G-15
Livro n.º
Verba n.º
Offício n.º 329

Roga-se na resposta se indiquem os números e a data deste documento.

Exm.º Sr. Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Refiro-me ao officio desta Direcção Geral, nº. 833, Proc.º 1.767, L.º 45, de 2 de Março de 1948, que confirmo.

Tenho a honra de transmitir a V. Ex.ª a informação obtida por intermédio da Direcção de Finanças distrital, de que há anos não são realizadas pelos seus proprietários quaisquer obras no denominado "Solar dos Tavoras, em Souto Pires, concelho de Pinhel, sendo mau o seu estado de conservação.

A bem da Nação

Direcção Geral da Fazenda Pública, em 20 de Fevereiro de 1948.

O Director Geral,

A. Luiz Gomes
A. LUIZ GOMES.

PROG 90
DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

RECEBIDA
21 FEV 1948
SECCAO ADMINISTRATIVA
010 216750 334 00
CAIXA

Min. JMD
Cop. PA
Circ. PA
R. P. Nº 4. 202

Sistema de Informação do Património Arquitectónico

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS

RECEBIDA
26 FEV 1948
NO 27 FEB. 54 10 22

À DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS
Para informar o Sr. Director
Lisboa, 26/2/48
O Esp.º Director Geral
[Signature]

*4.ª Secção para cumprimento do despacho da Ex.ª Direcção Geral
de 3/11/48
de 3/11/48*

SIPA TXT:00312151



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
DIRECÇÃO GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
DOS MONUMENTOS NACIONAIS

COMUNICAÇÃO

N.º 413

S. R.

af. V.F. H. / 9/9/50.

Exm^a Senhor Director dos Serviços dos
Monumentos Nacionais

L I S B O A

Em cumprimento da Ordem de Serviço nº 1070 de 5
de Abril de 1949, junto tenho a honra de devolver ^{os originaes} o officio nº 4557 da Direcção Geral da Fazenda Pública, enviando ^{as mesmas em 3} a V. Ex^a, um ^{duplicado} estudo ^{de um} em triplicado das obras ^{de um} indispensaveis para protecção e vedação do "SOLAR DOS TAVORAS", em Souro Pires, informando ^{Tamém} ^{de} ^{se} ^{segue} o seguinte:

Neste estudo não foram consideradas as obras totais de reentegração e restauro do interior, ^{do solar} porquanto ^a para esse efeito, torna-se necessário ^{proceder a um estudo das} estudar "in loco" as alterações levadas a efeito em datas posteriores à construção do Imovel, assim como da ^{perfeição} existencia de elementos que nos conduzam a uma ^{de um a consellho de} solução ^{de} perfeita de restauro.

No entanto ^e se V. Ex^a. assim o entender, poderia ser ^{de} dado inicio ao presente plano de conjunto, ^{de} constituído ^{de} pelas ^{de} obras necessárias à conservação e vedação do Imovel, tal como se apresentava à data da sua classificação em 1/8/43.

- segue -



Sistema de Informação
do Património Arquitectónico
FORTE DE SACAVÉM



S. R.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

DIRECÇÃO GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
DOS MONUMENTOS NACIONAIS

Exm.ª Senhor
Arquitecto Chefe da Repartição
Técnica ,

REPARTIÇÃO TÉCNICA

4.ª SECCÃO

JMO/

REFERÊNCIA
SOLAR DOS TAVORAS
Guarda 36

L I S B O A

*Ref: Esta obra foi executada
em imóveis particulares pelo que
dive ser comunicada a D.G.
F.P.*

Em cumprimento da O.S. n.º 6765, de
4-12-56,
3 do mês findo, tenho a honra de informar:

As obras no Solar dos Tavoras - Sou-
ro Pires - Pinhel, estão concluídas
podendo ainda informar V.Ex.ª de que
a sua execução está perfeita.

A Bem da Nação
Coimbra, 4.ª Secção, em 5 de Dezembro de 1956
O Arquitecto Chefe da Secção,

Almeida

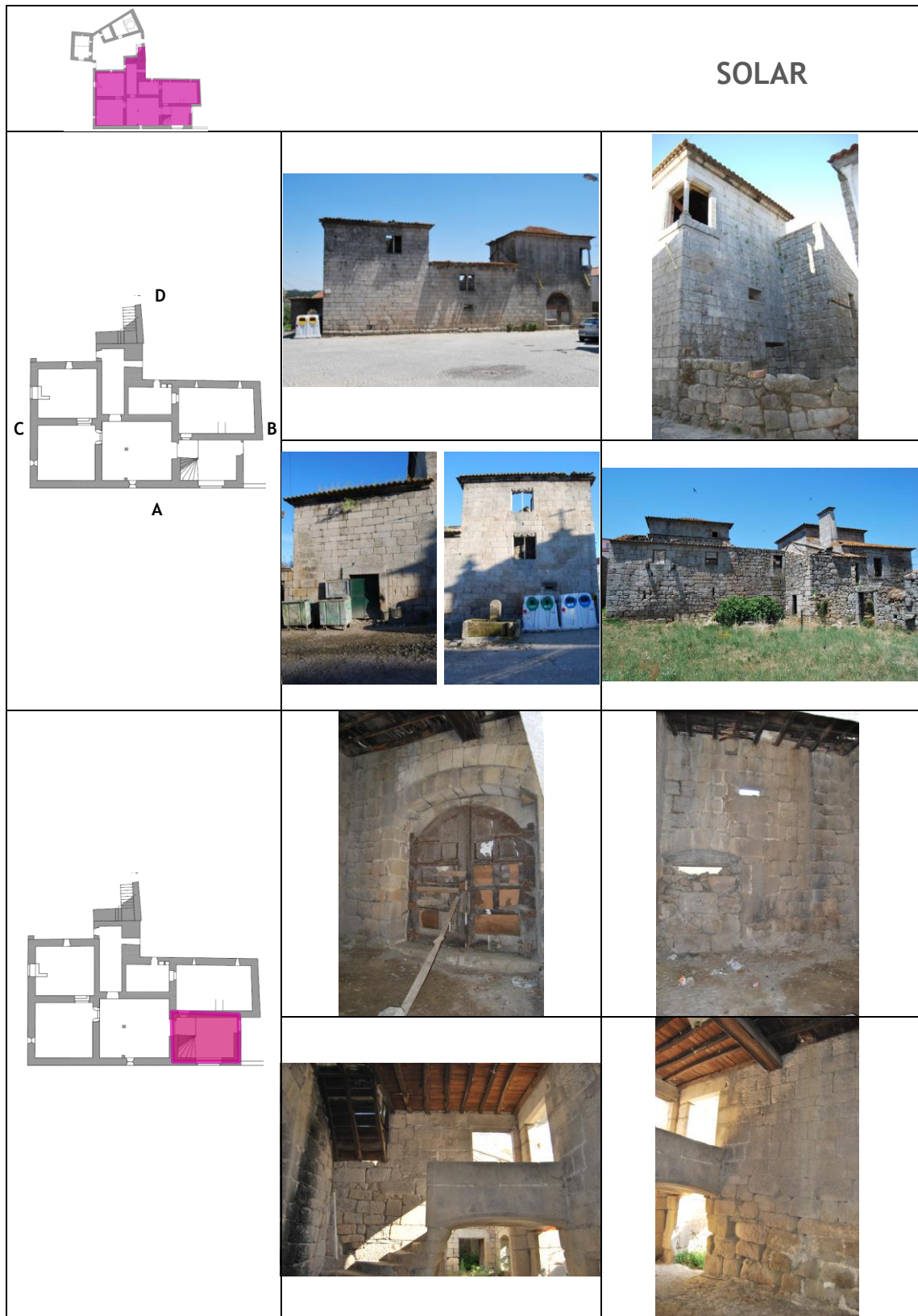
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
DOS MONUMENTOS NACIONAIS

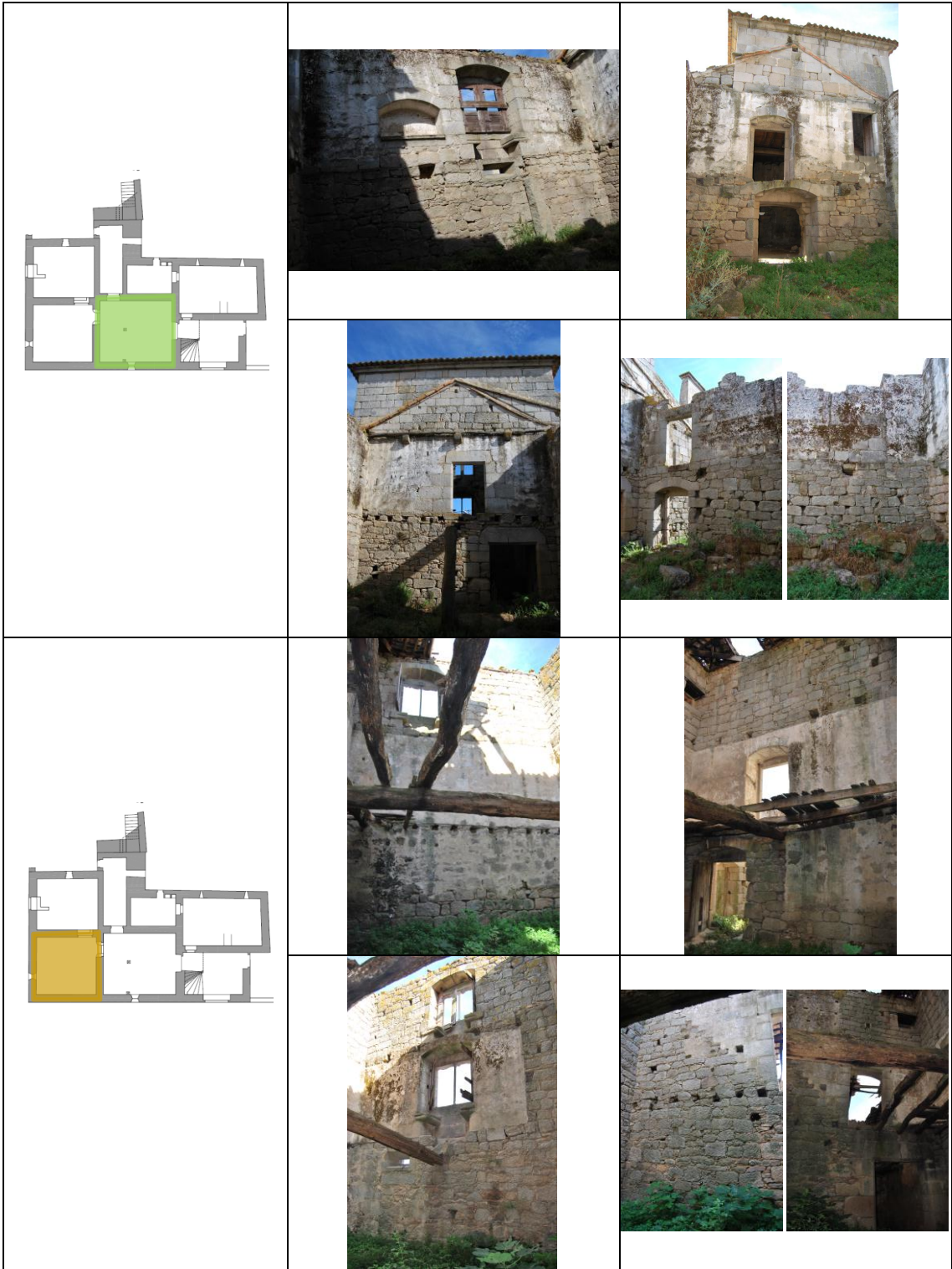
ESTADO
6 DEZ 1956

SIPA
Sistema de Anotação
n.º 2206 Para o Arquivo Arquitectónico
19/11/56

Anexo III - Levantamento Fotográfico

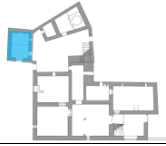
Solar dos Távoras, Souropires (2011)



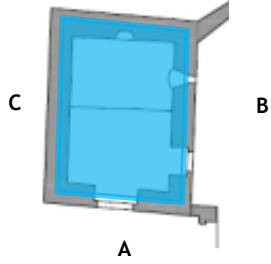




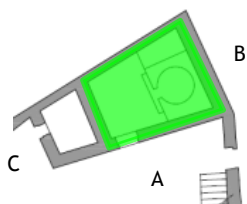


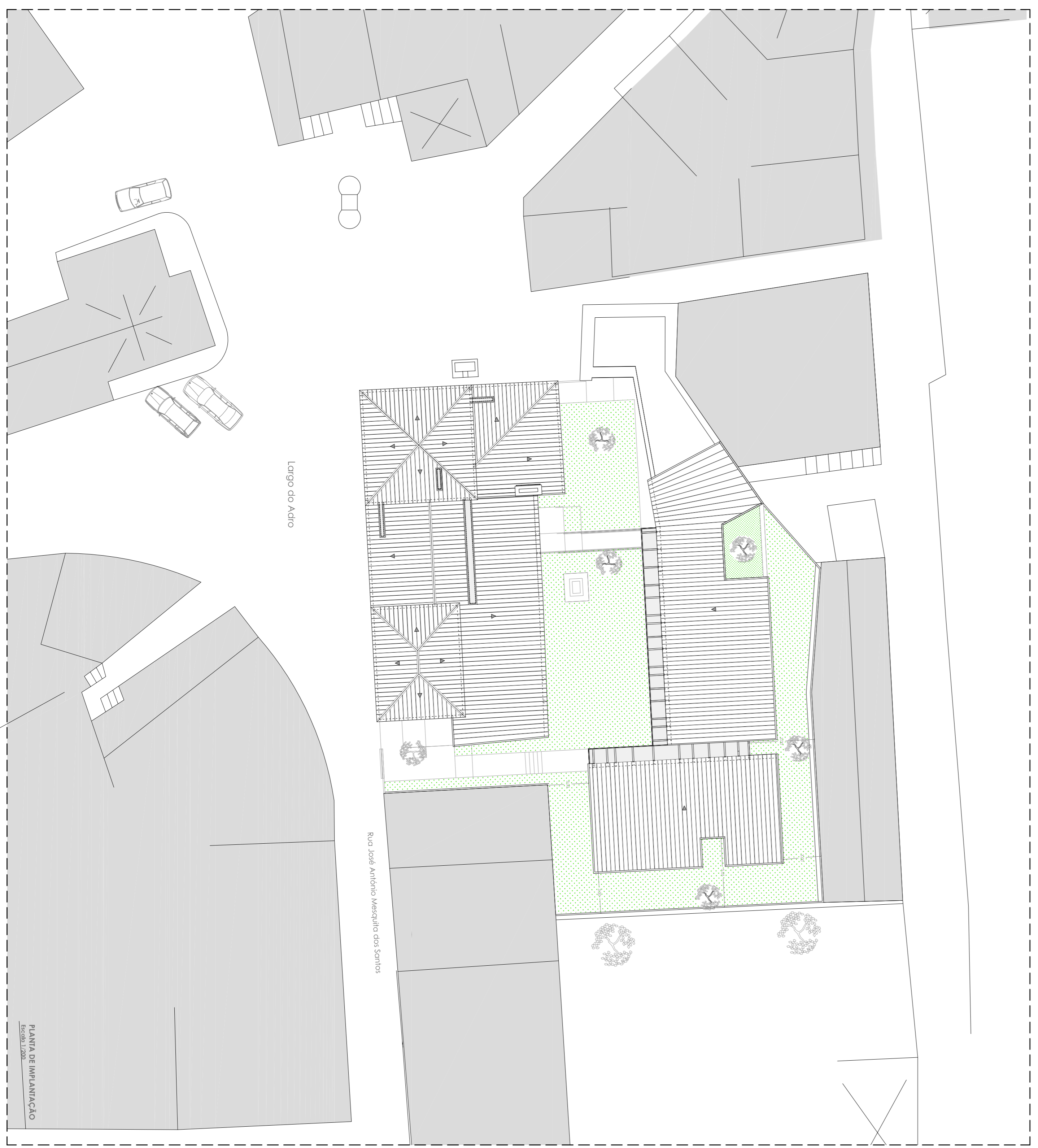
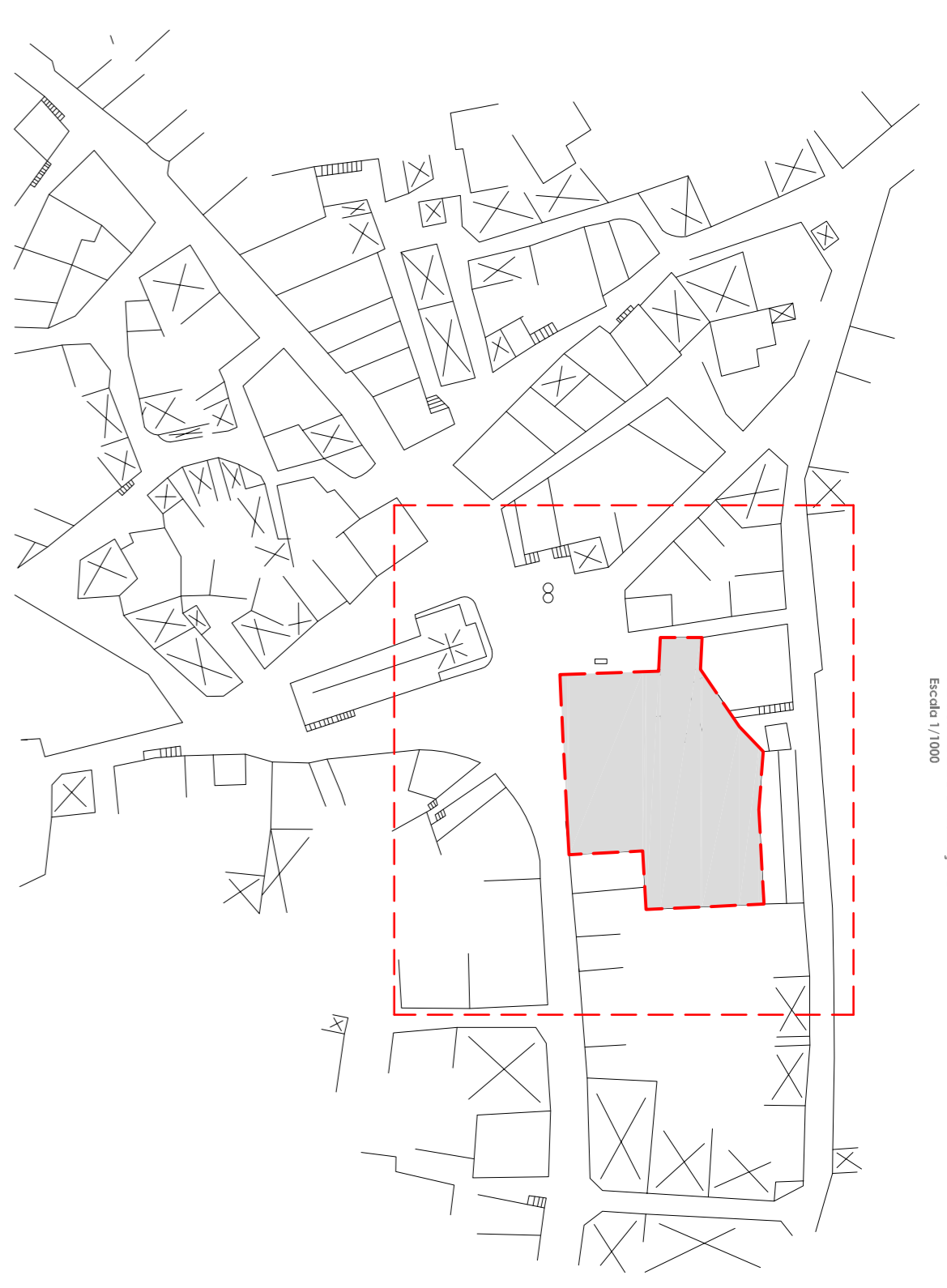


CAPELA

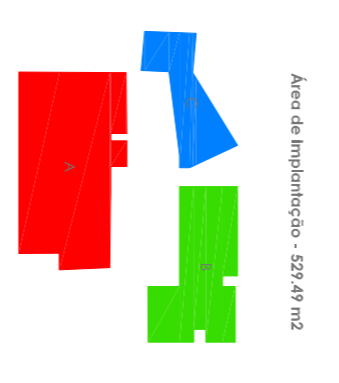


ANEXO

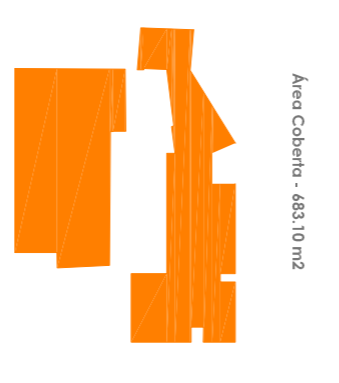




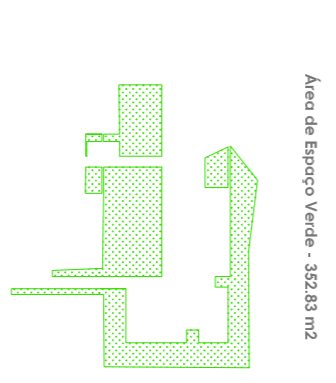
Área da Propriedade - 104.23 m²



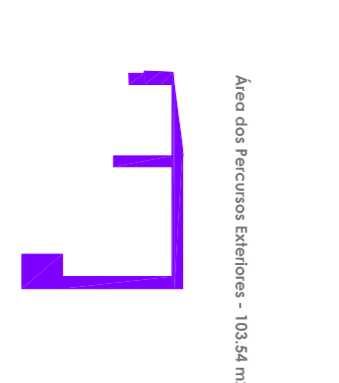
Área de Implantação - 523.49 m²



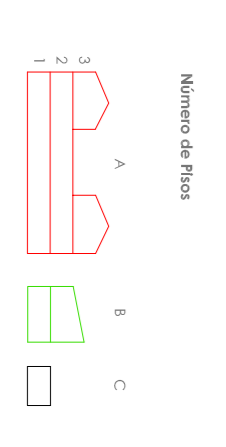
Área Coberta - 483.10 m²



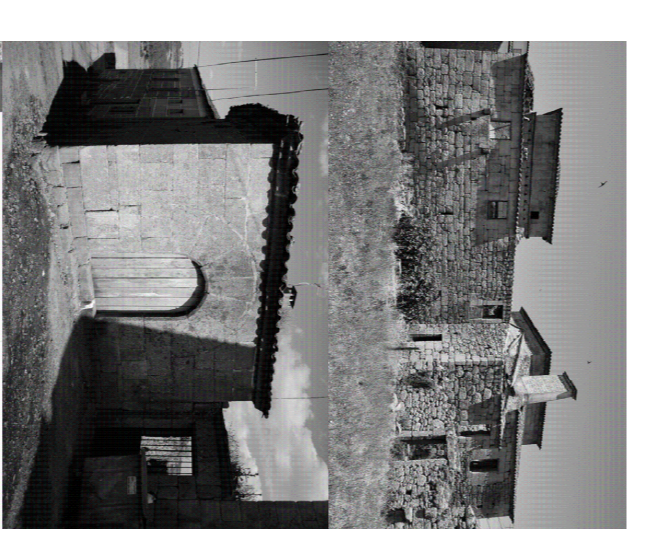
Área de Espaço Verde - 322.28 m²



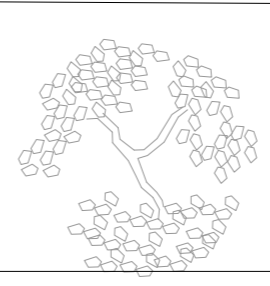
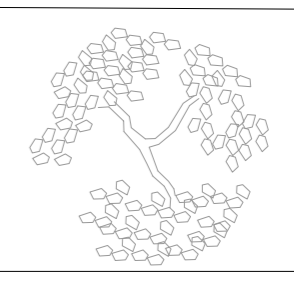
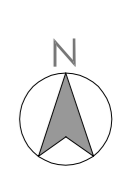
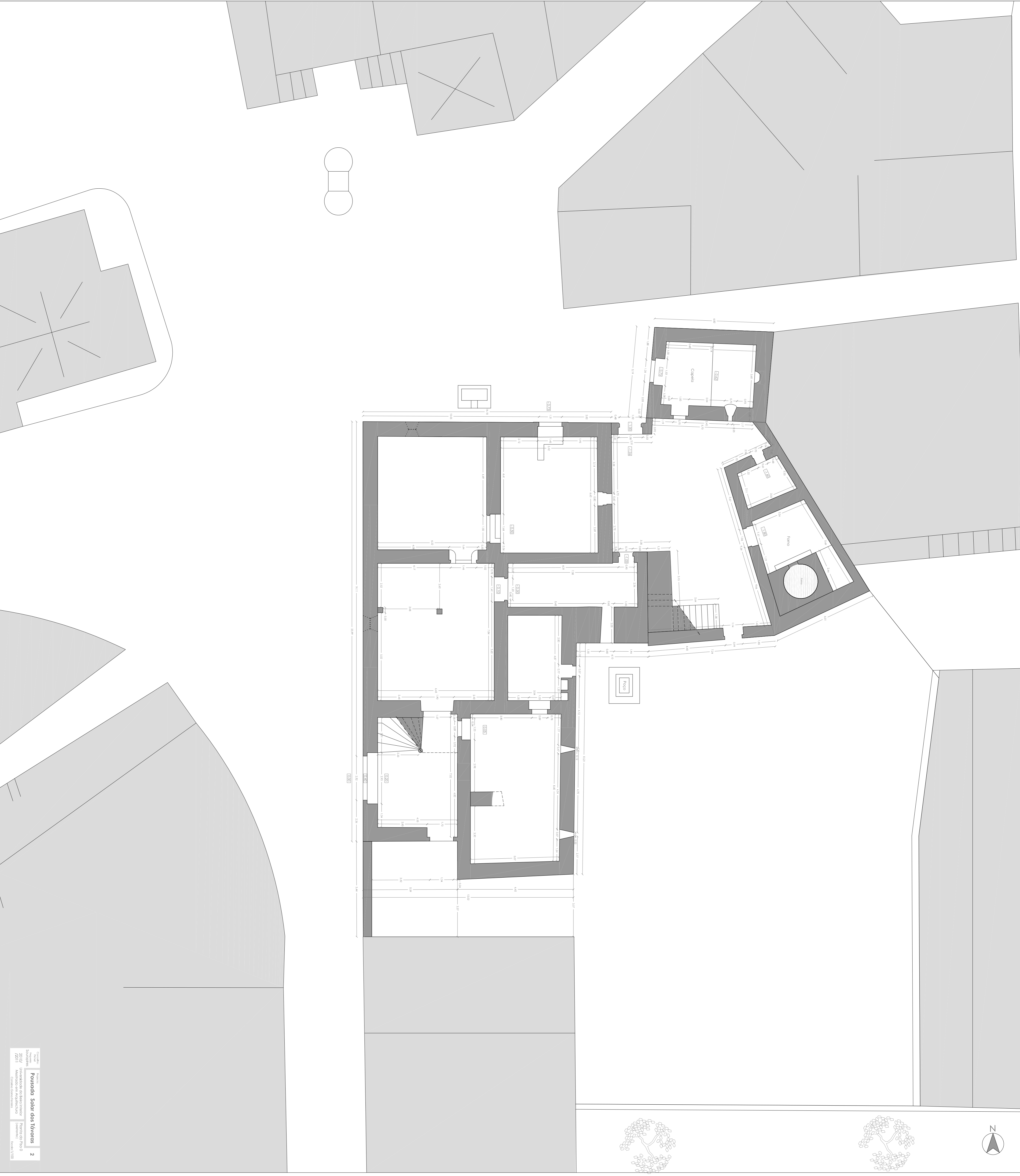
Área dos Recursos Hídricos - 103.54 m²

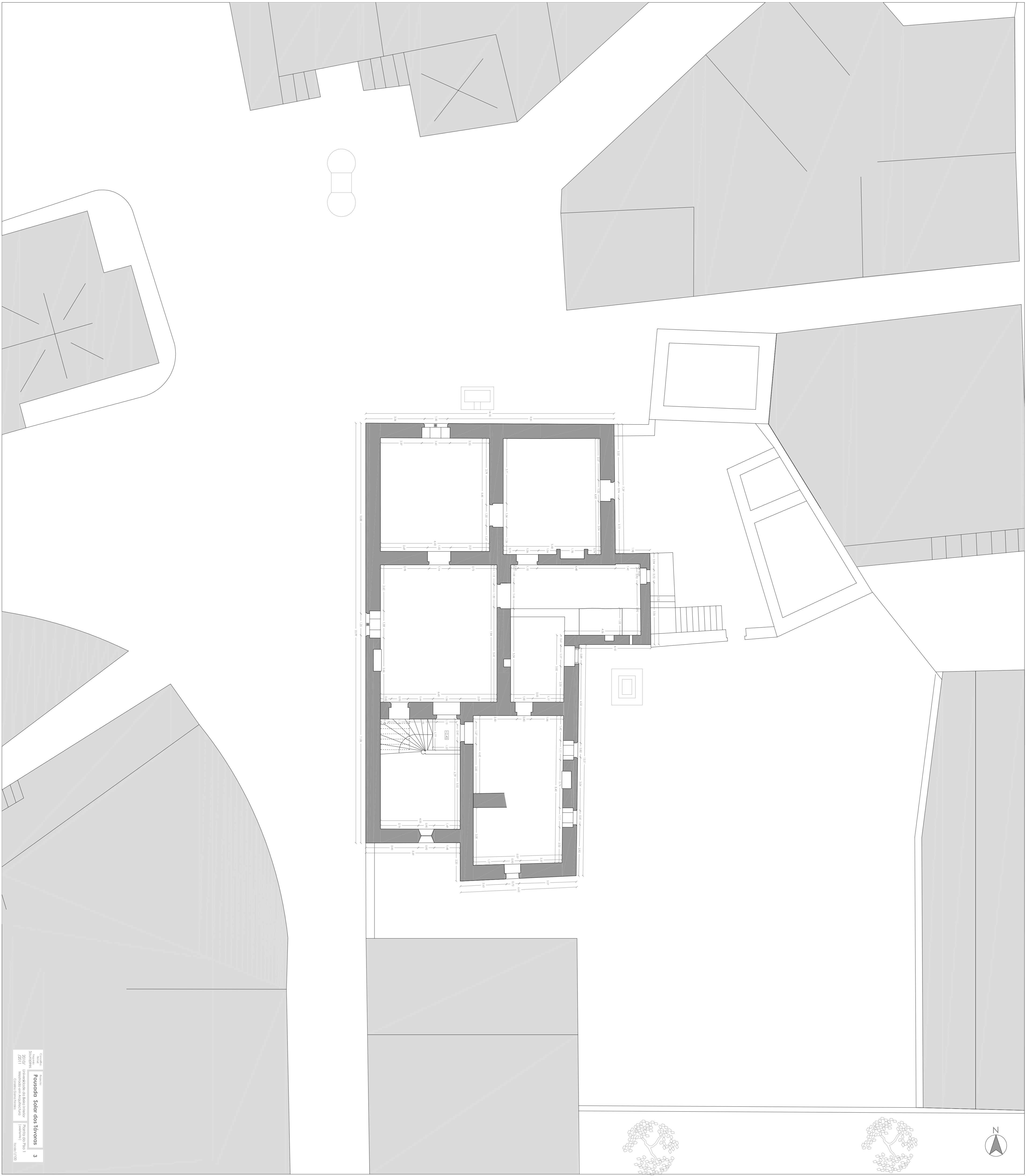


Número de Andares

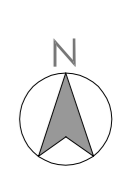
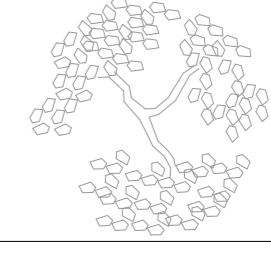
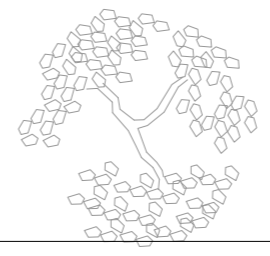


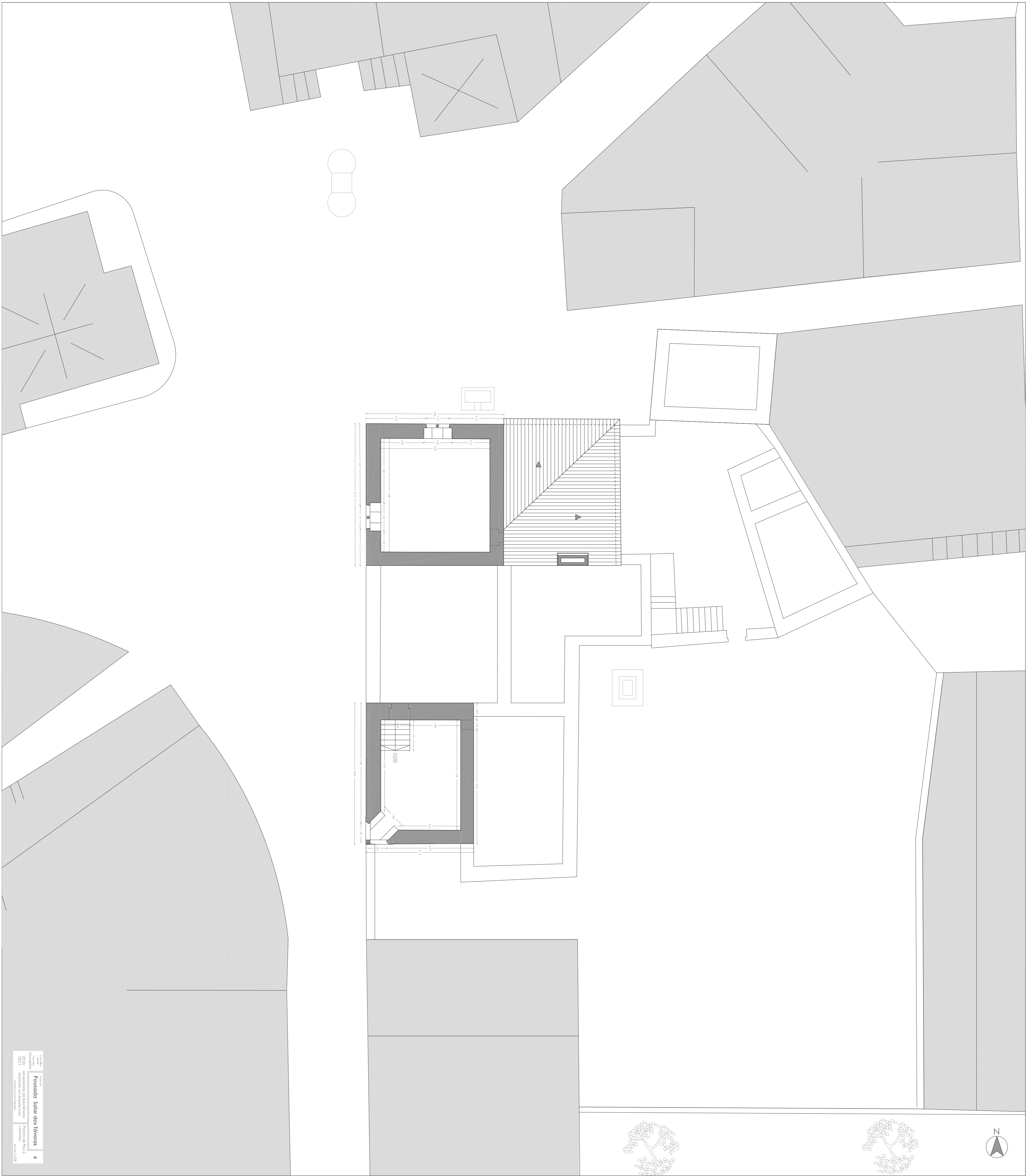
Projeto de Arquitetura e Urbanismo
Fazenda Solar dos Tóvoras
 Rua José Antônio Mesquita dos Santos, 1000
 São José do Rio Preto, SP





Projeto: Fundação Solar das Fátimas
Arquiteto: Fernando Távora
Escalas: 1:500
Data: 1970

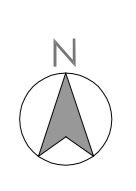
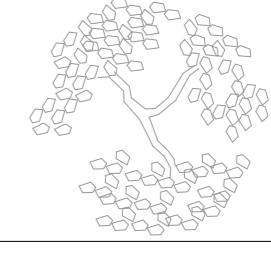
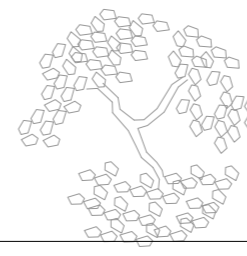
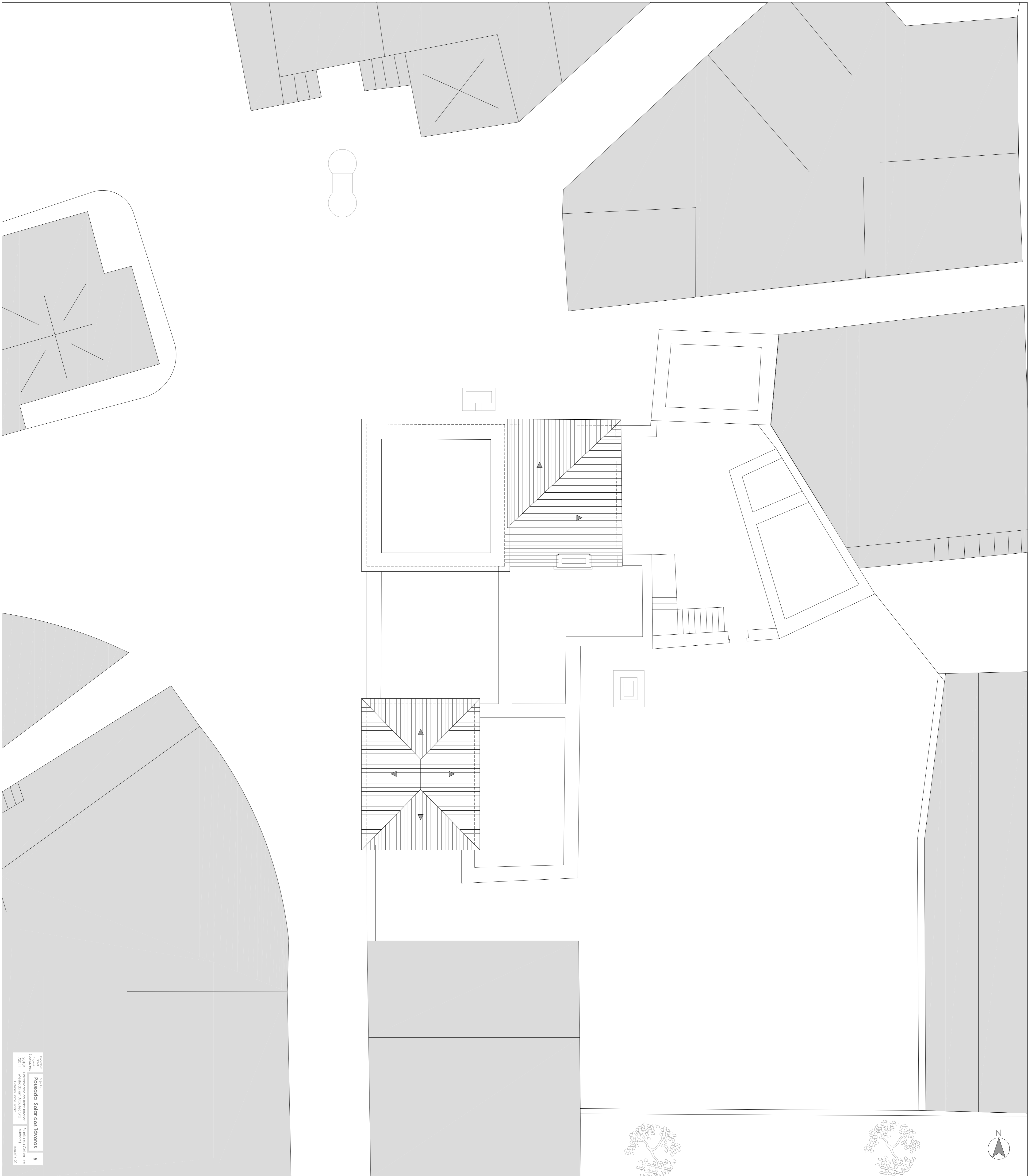


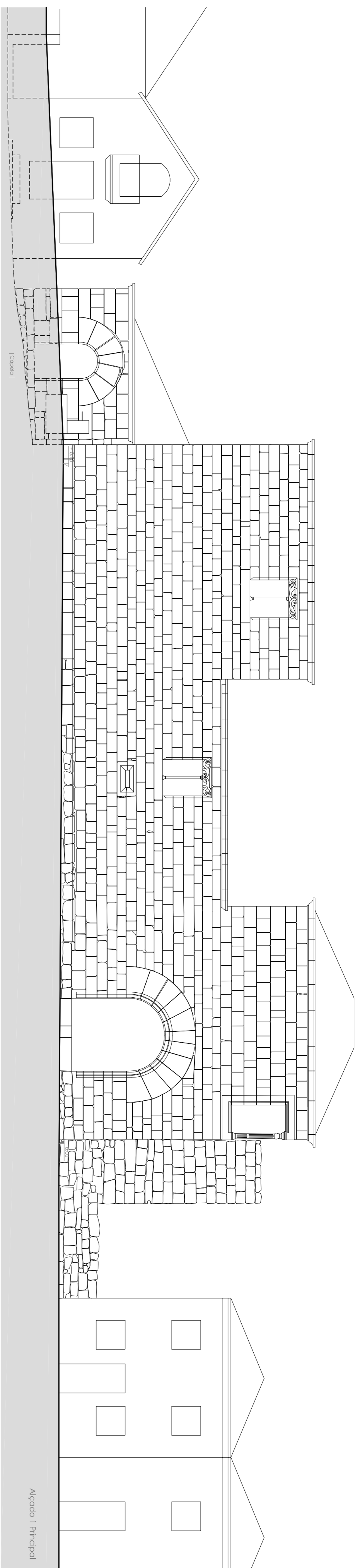


Projeto: Fundação Solar das Tílias
Arquiteto: Fundação Solar das Tílias
Data: 2011
Escala: 1:100

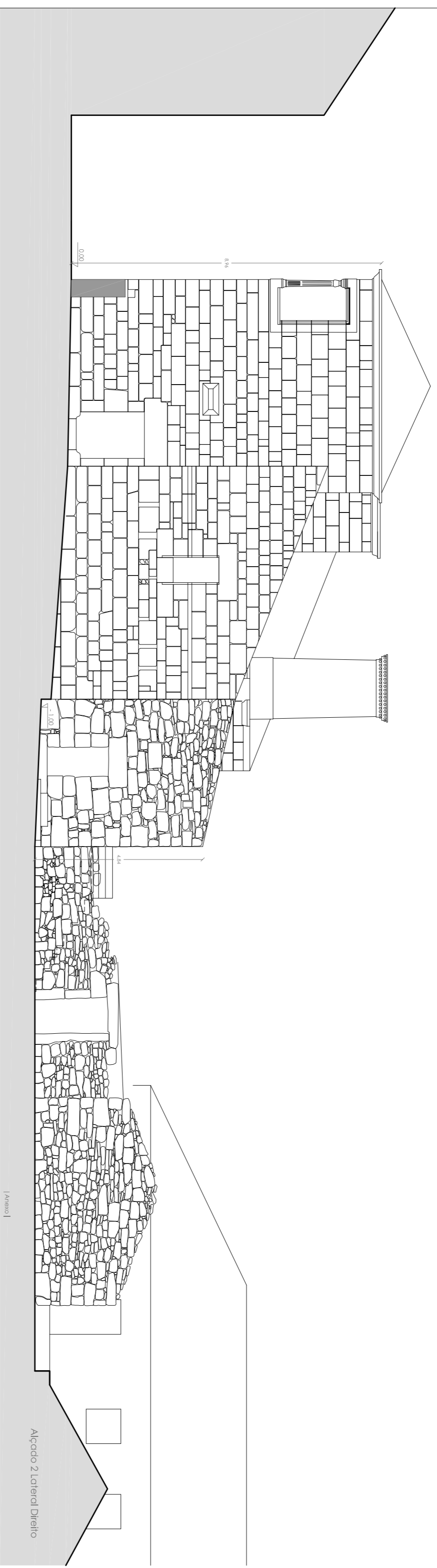
Fundação Solar das Tílias
Rua: Rua das Tílias, 1700
Bairro: Santa Tereza
Cidade: Belo Horizonte, Minas Gerais

4

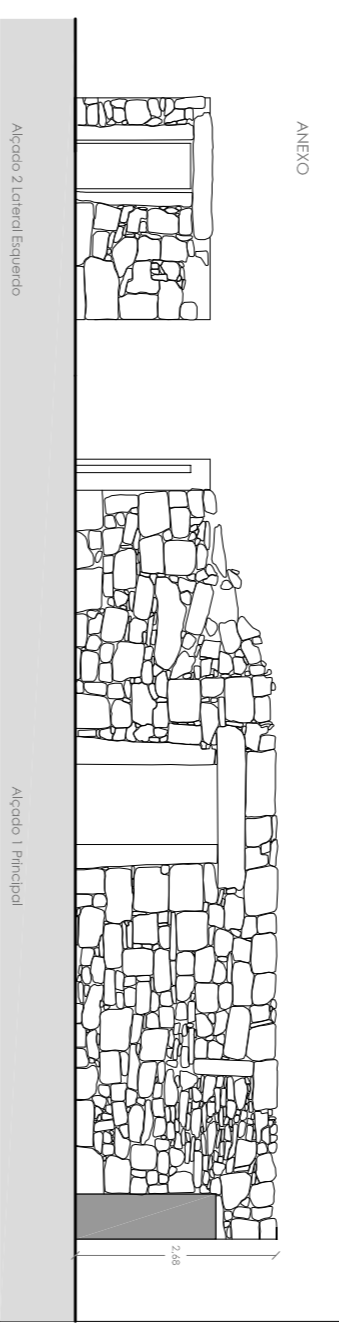




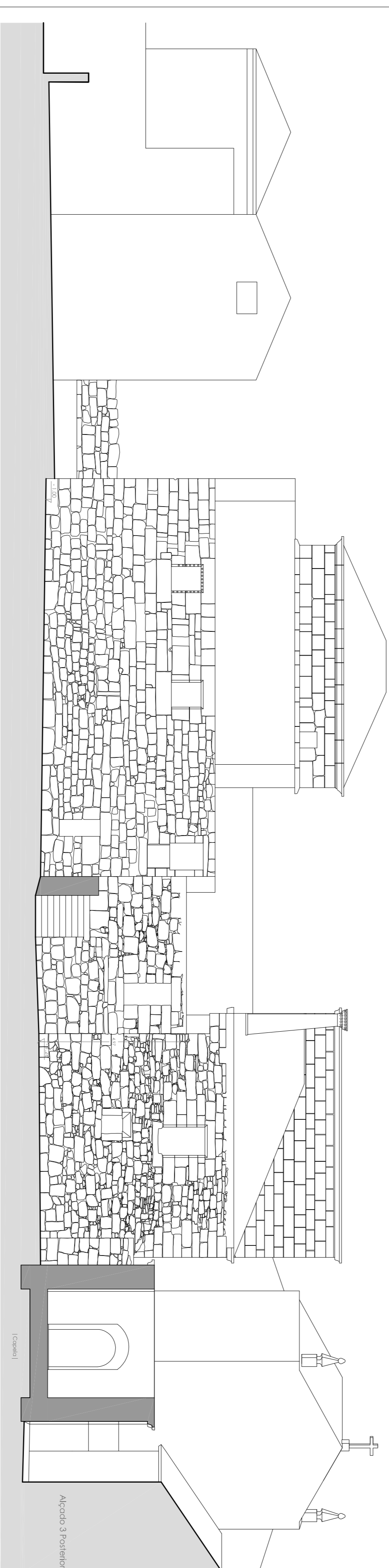
Alçado 1 Principal



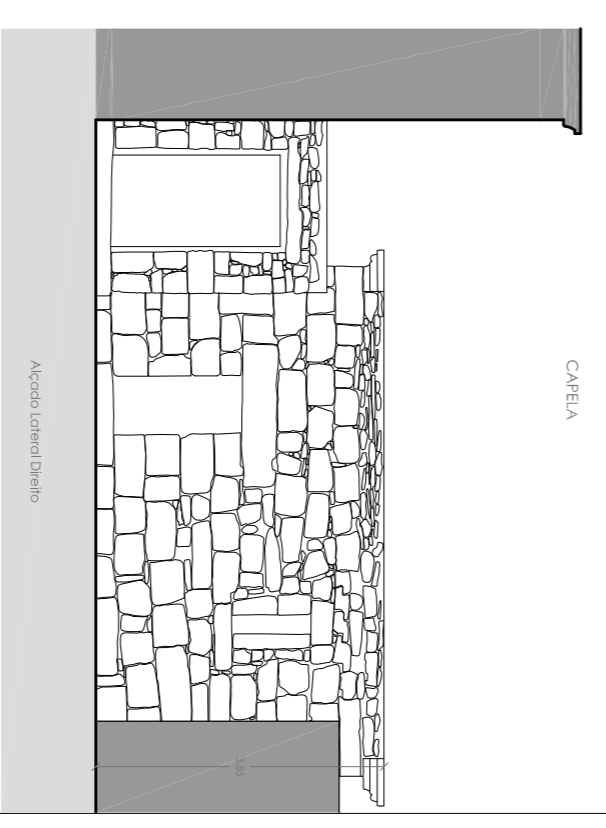
Alçado 2 Lateral Direito



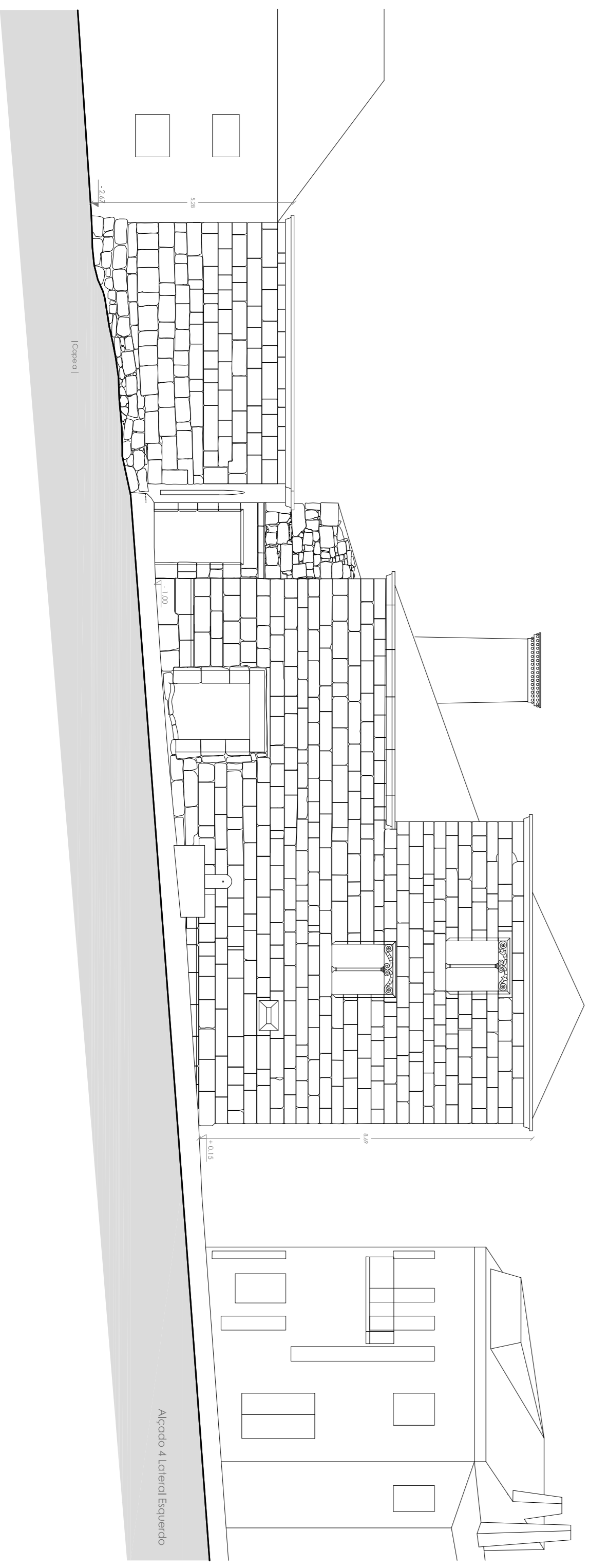
Alçado 3 Lateral Esquerdo



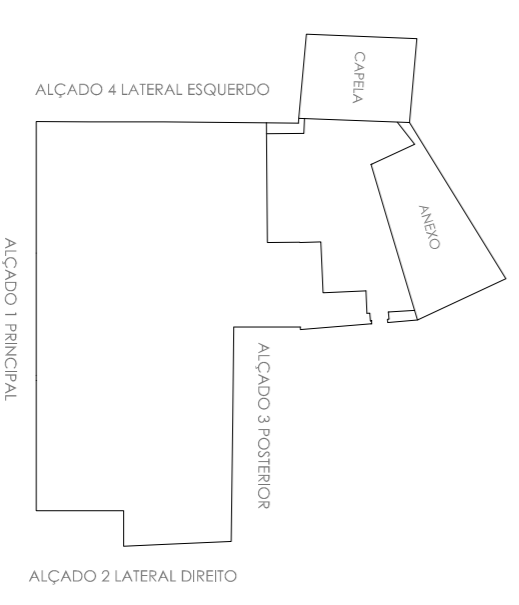
Alçado 4 Lateral Esquerdo



Alçado 3 Posterior



Alçado 1 Principal





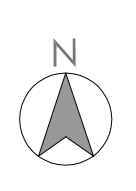
| Legenda | Material |
|---------|----------|
| 1 | Alumínio |
| 2 | Alumínio |
| 3 | Alumínio |
| 4 | Alumínio |
| 5 | Alumínio |
| 6 | Alumínio |
| 7 | Alumínio |
| 8 | Alumínio |
| 9 | Alumínio |
| 10 | Alumínio |
| 11 | Alumínio |
| 12 | Alumínio |
| 13 | Alumínio |
| 14 | Alumínio |
| 15 | Alumínio |
| 16 | Alumínio |
| 17 | Alumínio |
| 18 | Alumínio |
| 19 | Alumínio |
| 20 | Alumínio |
| 21 | Alumínio |
| 22 | Alumínio |
| 23 | Alumínio |
| 24 | Alumínio |
| 25 | Alumínio |
| 26 | Alumínio |
| 27 | Alumínio |
| 28 | Alumínio |
| 29 | Alumínio |
| 30 | Alumínio |
| 31 | Alumínio |
| 32 | Alumínio |
| 33 | Alumínio |
| 34 | Alumínio |
| 35 | Alumínio |
| 36 | Alumínio |
| 37 | Alumínio |
| 38 | Alumínio |
| 39 | Alumínio |
| 40 | Alumínio |
| 41 | Alumínio |
| 42 | Alumínio |
| 43 | Alumínio |
| 44 | Alumínio |
| 45 | Alumínio |
| 46 | Alumínio |
| 47 | Alumínio |
| 48 | Alumínio |
| 49 | Alumínio |
| 50 | Alumínio |
| 51 | Alumínio |
| 52 | Alumínio |
| 53 | Alumínio |
| 54 | Alumínio |
| 55 | Alumínio |
| 56 | Alumínio |
| 57 | Alumínio |
| 58 | Alumínio |
| 59 | Alumínio |
| 60 | Alumínio |
| 61 | Alumínio |
| 62 | Alumínio |
| 63 | Alumínio |
| 64 | Alumínio |
| 65 | Alumínio |
| 66 | Alumínio |
| 67 | Alumínio |
| 68 | Alumínio |
| 69 | Alumínio |
| 70 | Alumínio |
| 71 | Alumínio |
| 72 | Alumínio |
| 73 | Alumínio |
| 74 | Alumínio |
| 75 | Alumínio |
| 76 | Alumínio |
| 77 | Alumínio |
| 78 | Alumínio |
| 79 | Alumínio |
| 80 | Alumínio |
| 81 | Alumínio |
| 82 | Alumínio |
| 83 | Alumínio |
| 84 | Alumínio |
| 85 | Alumínio |
| 86 | Alumínio |
| 87 | Alumínio |
| 88 | Alumínio |
| 89 | Alumínio |
| 90 | Alumínio |
| 91 | Alumínio |
| 92 | Alumínio |
| 93 | Alumínio |
| 94 | Alumínio |
| 95 | Alumínio |
| 96 | Alumínio |
| 97 | Alumínio |
| 98 | Alumínio |
| 99 | Alumínio |
| 100 | Alumínio |

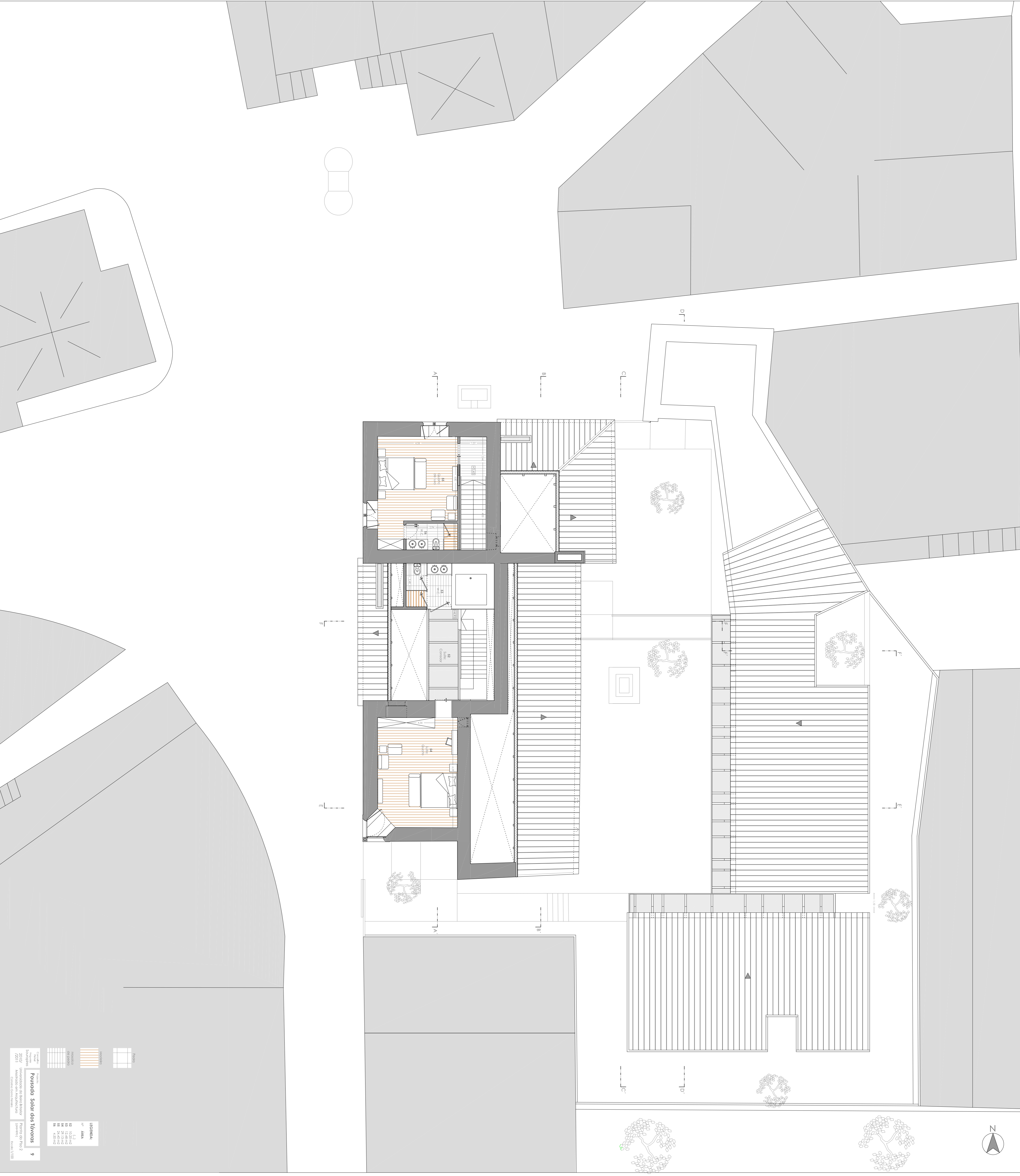
Projeto: Fundação Solar das Tílias
 Localização: Rua das Tílias, 7
 Escala: 1:100
 Data: 2011



Projeto: Fundação Solar dos Têxteis
 Localização: Rua do Têxtil, 100 - Vila Operária - São Paulo - SP
 Arquiteto: [Nome do Arquiteto]
 Data: 2011

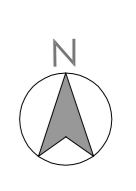
LEGENDA
 1. ALA
 2. ALA
 3. ALA
 4. ALA
 5. ALA
 6. ALA
 7. ALA
 8. ALA
 9. ALA
 10. ALA
 11. ALA
 12. ALA
 13. ALA
 14. ALA
 15. ALA
 16. ALA
 17. ALA
 18. ALA
 19. ALA
 20. ALA
 21. ALA
 22. ALA
 23. ALA
 24. ALA
 25. ALA
 26. ALA
 27. ALA
 28. ALA
 29. ALA
 30. ALA
 31. ALA
 32. ALA
 33. ALA
 34. ALA
 35. ALA
 36. ALA
 37. ALA
 38. ALA
 39. ALA
 40. ALA
 41. ALA
 42. ALA
 43. ALA
 44. ALA
 45. ALA
 46. ALA
 47. ALA
 48. ALA
 49. ALA
 50. ALA
 51. ALA
 52. ALA
 53. ALA
 54. ALA
 55. ALA
 56. ALA
 57. ALA
 58. ALA
 59. ALA
 60. ALA
 61. ALA
 62. ALA
 63. ALA
 64. ALA
 65. ALA
 66. ALA
 67. ALA
 68. ALA
 69. ALA
 70. ALA
 71. ALA
 72. ALA
 73. ALA
 74. ALA
 75. ALA
 76. ALA
 77. ALA
 78. ALA
 79. ALA
 80. ALA
 81. ALA
 82. ALA
 83. ALA
 84. ALA
 85. ALA
 86. ALA
 87. ALA
 88. ALA
 89. ALA
 90. ALA
 91. ALA
 92. ALA
 93. ALA
 94. ALA
 95. ALA
 96. ALA
 97. ALA
 98. ALA
 99. ALA
 100. ALA

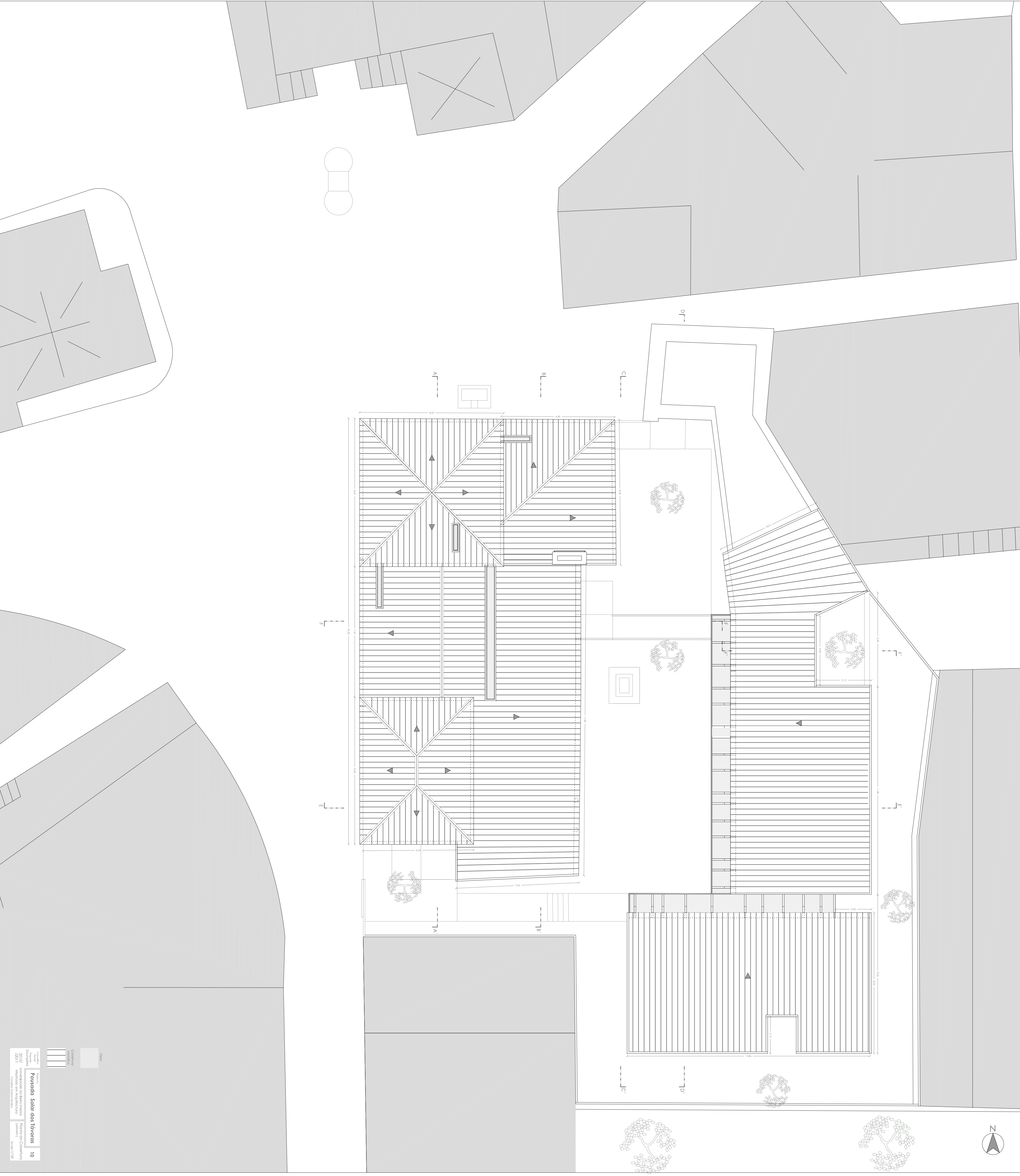




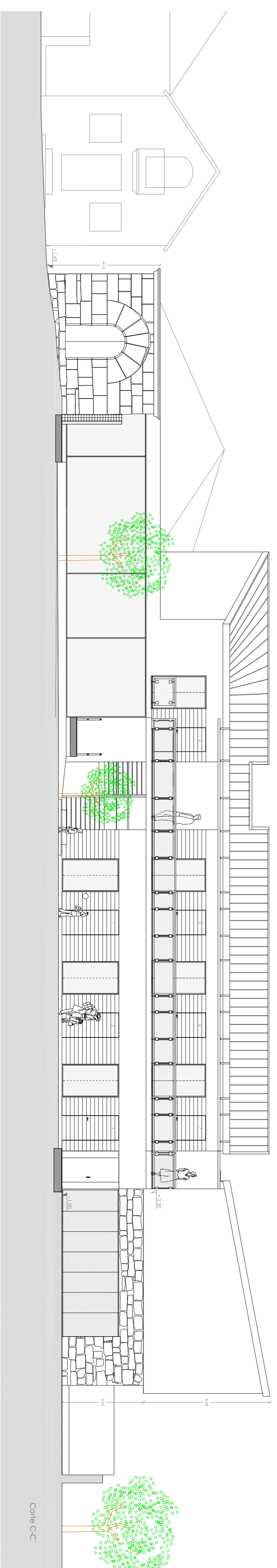
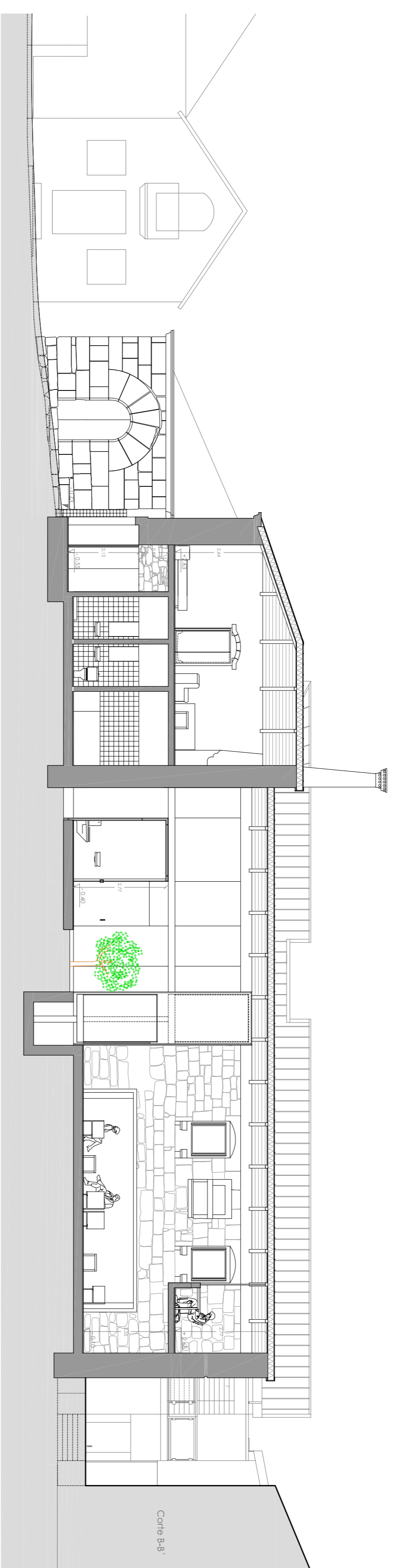
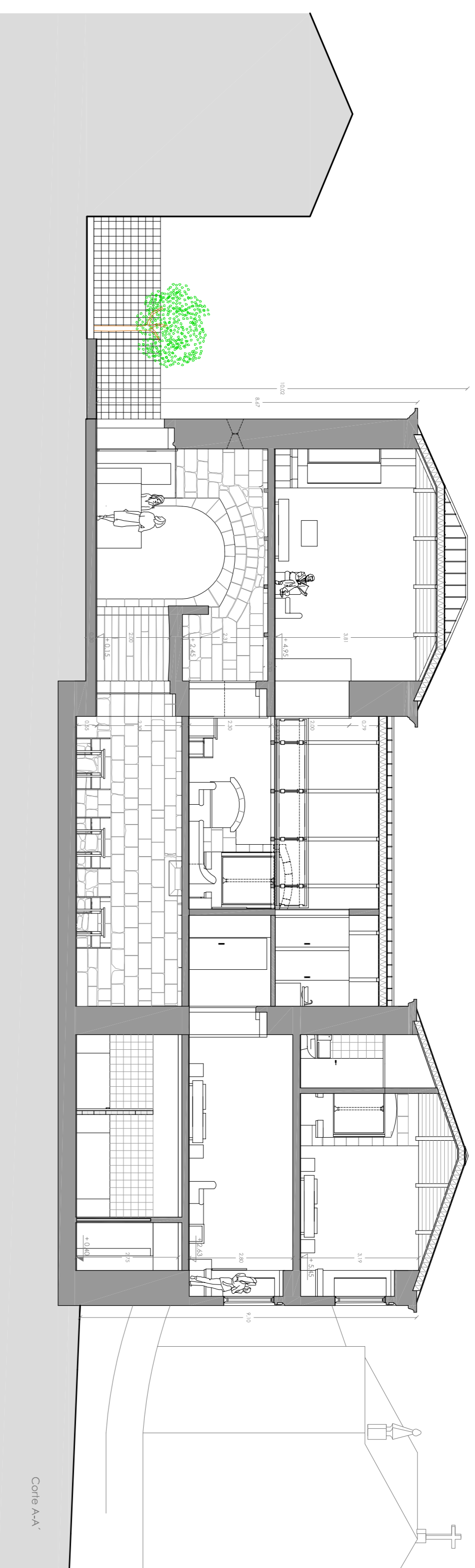
| | |
|--|--|
| <p> Legenda Símbolos 1. Porta 2. Janela 3. Porta 4. Porta 5. Porta 6. Porta 7. Porta 8. Porta 9. Porta 10. Porta 11. Porta 12. Porta 13. Porta 14. Porta 15. Porta 16. Porta 17. Porta 18. Porta 19. Porta 20. Porta 21. Porta 22. Porta 23. Porta 24. Porta 25. Porta 26. Porta 27. Porta 28. Porta 29. Porta 30. Porta 31. Porta 32. Porta 33. Porta 34. Porta 35. Porta 36. Porta 37. Porta 38. Porta 39. Porta 40. Porta 41. Porta 42. Porta 43. Porta 44. Porta 45. Porta 46. Porta 47. Porta 48. Porta 49. Porta 50. Porta 51. Porta 52. Porta 53. Porta 54. Porta 55. Porta 56. Porta 57. Porta 58. Porta 59. Porta 60. Porta 61. Porta 62. Porta 63. Porta 64. Porta 65. Porta 66. Porta 67. Porta 68. Porta 69. Porta 70. Porta 71. Porta 72. Porta 73. Porta 74. Porta 75. Porta 76. Porta 77. Porta 78. Porta 79. Porta 80. Porta 81. Porta 82. Porta 83. Porta 84. Porta 85. Porta 86. Porta 87. Porta 88. Porta 89. Porta 90. Porta 91. Porta 92. Porta 93. Porta 94. Porta 95. Porta 96. Porta 97. Porta 98. Porta 99. Porta 100. Porta </p> | <p> Legenda Símbolos 1. Porta 2. Janela 3. Porta 4. Porta 5. Porta 6. Porta 7. Porta 8. Porta 9. Porta 10. Porta 11. Porta 12. Porta 13. Porta 14. Porta 15. Porta 16. Porta 17. Porta 18. Porta 19. Porta 20. Porta 21. Porta 22. Porta 23. Porta 24. Porta 25. Porta 26. Porta 27. Porta 28. Porta 29. Porta 30. Porta 31. Porta 32. Porta 33. Porta 34. Porta 35. Porta 36. Porta 37. Porta 38. Porta 39. Porta 40. Porta 41. Porta 42. Porta 43. Porta 44. Porta 45. Porta 46. Porta 47. Porta 48. Porta 49. Porta 50. Porta 51. Porta 52. Porta 53. Porta 54. Porta 55. Porta 56. Porta 57. Porta 58. Porta 59. Porta 60. Porta 61. Porta 62. Porta 63. Porta 64. Porta 65. Porta 66. Porta 67. Porta 68. Porta 69. Porta 70. Porta 71. Porta 72. Porta 73. Porta 74. Porta 75. Porta 76. Porta 77. Porta 78. Porta 79. Porta 80. Porta 81. Porta 82. Porta 83. Porta 84. Porta 85. Porta 86. Porta 87. Porta 88. Porta 89. Porta 90. Porta 91. Porta 92. Porta 93. Porta 94. Porta 95. Porta 96. Porta 97. Porta 98. Porta 99. Porta 100. Porta </p> |
|--|--|

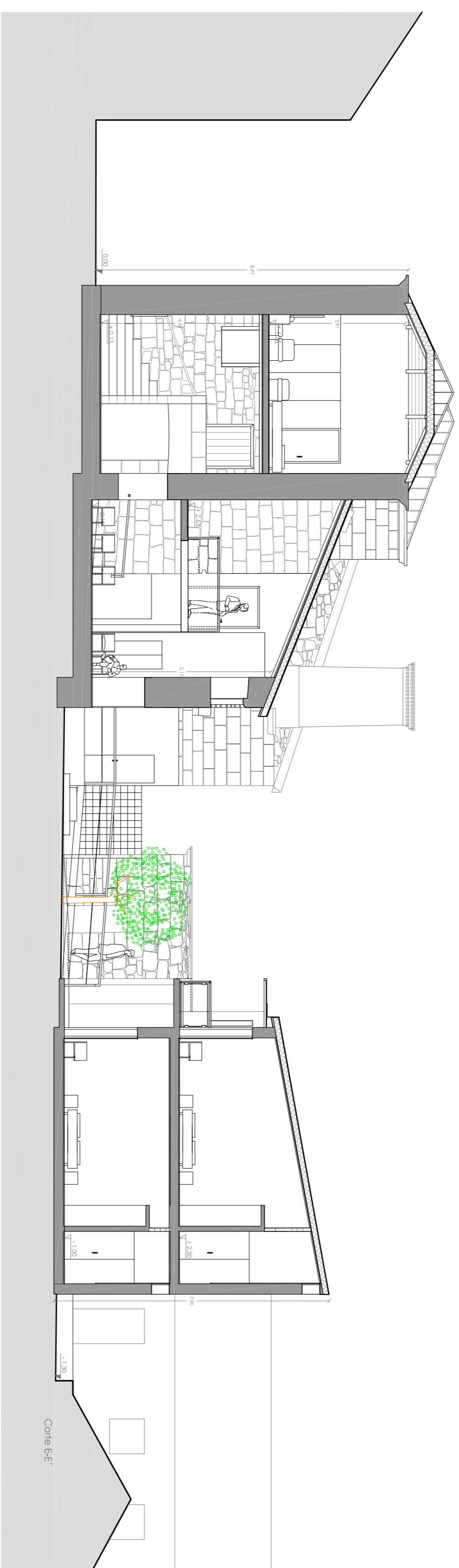
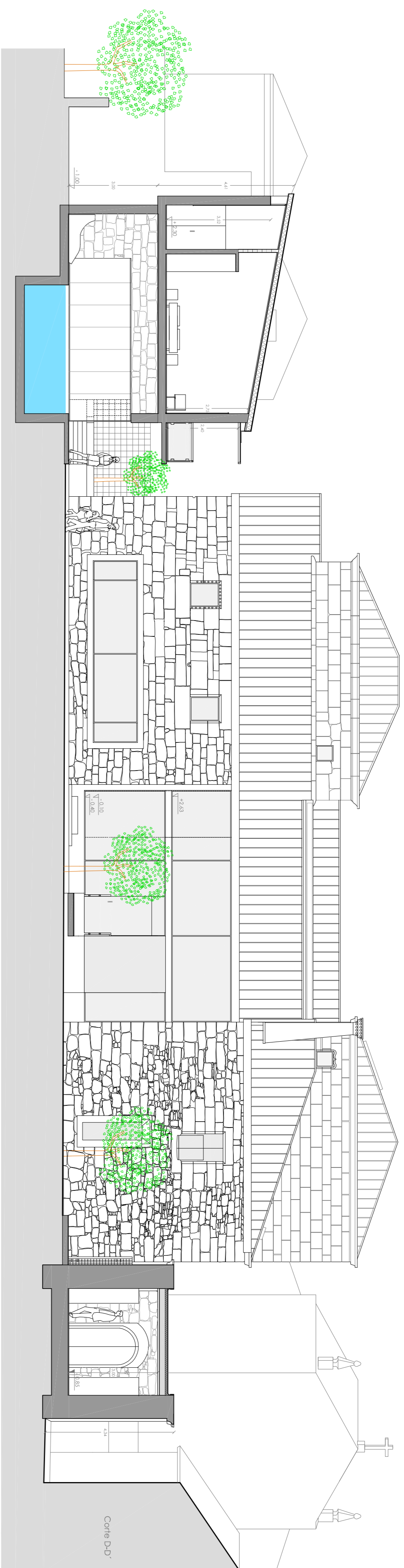
Fundação Soler dos Távora
 2011 - 2012
 Fundação Soler dos Távora
 Rua do Soler, 2
 4100-100 Vila Verde
 Portugal
 Tel: +351 254 211100

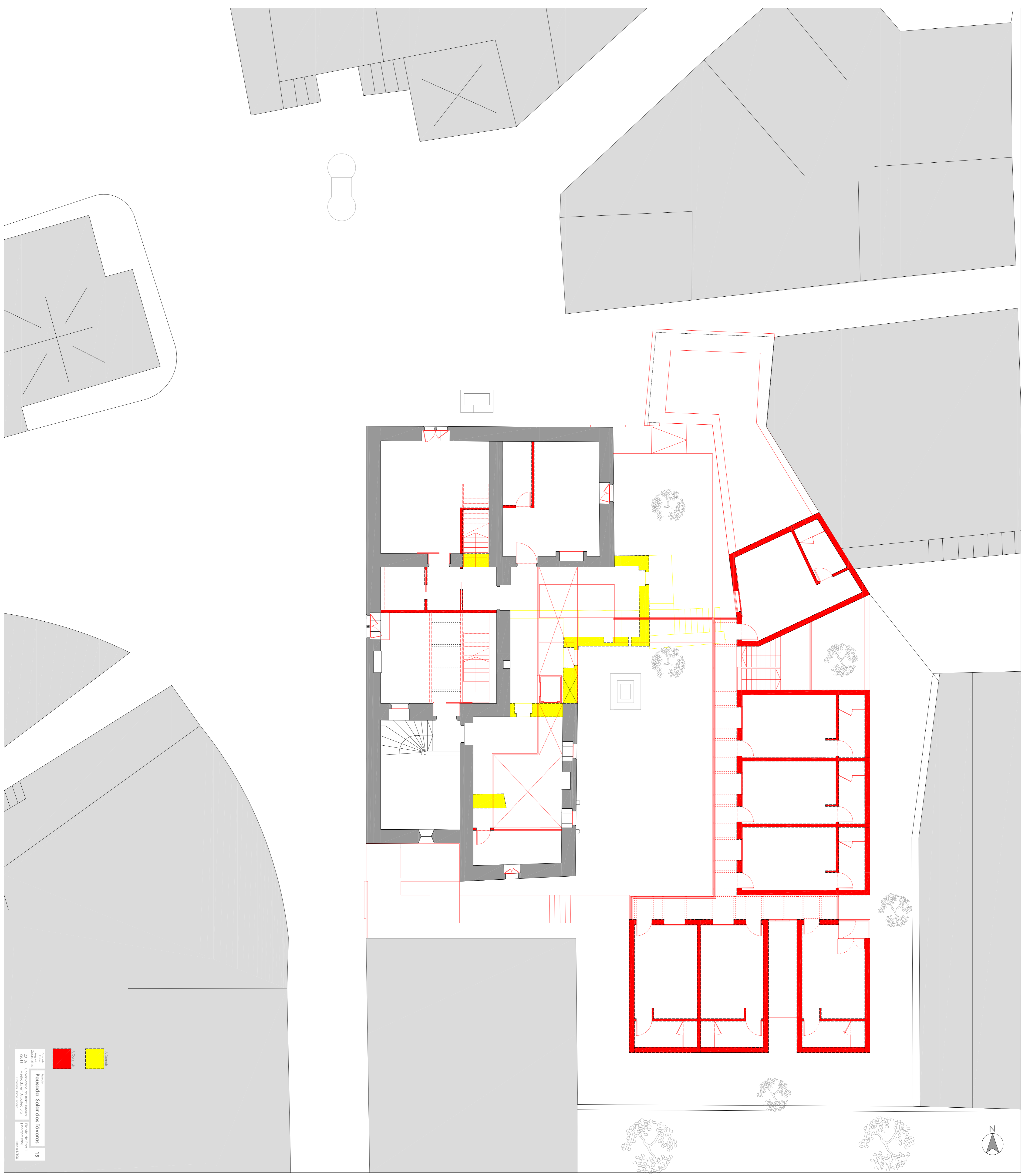




Nome: **Projeto**
 Cliente: **Comunidade**
 Localização: **Projetado**
 Data: **2011**
 Autor: **Arquiteto**
 Escala: **1:100**
Fundação Solar das Tórcas | 10

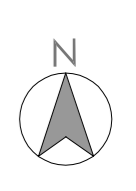


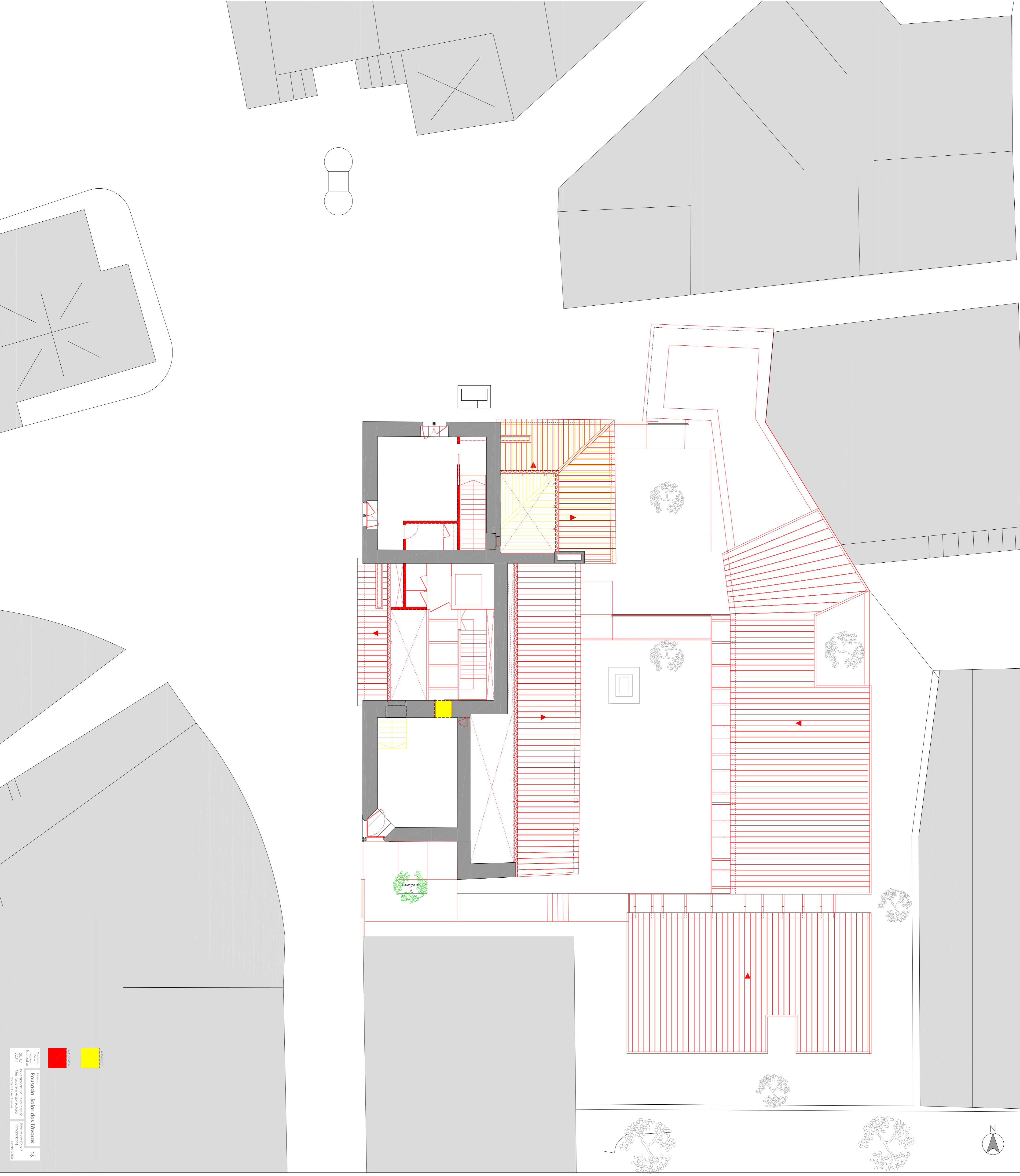




| | |
|--|-----------|
| | Paredes |
| | Escadaria |

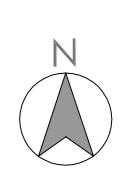
Projeto: Fundação Soler das Távora
 Localização: Universidade de Aveiro
 Data: 2011
 Escala: 1:200
 Folha: 15

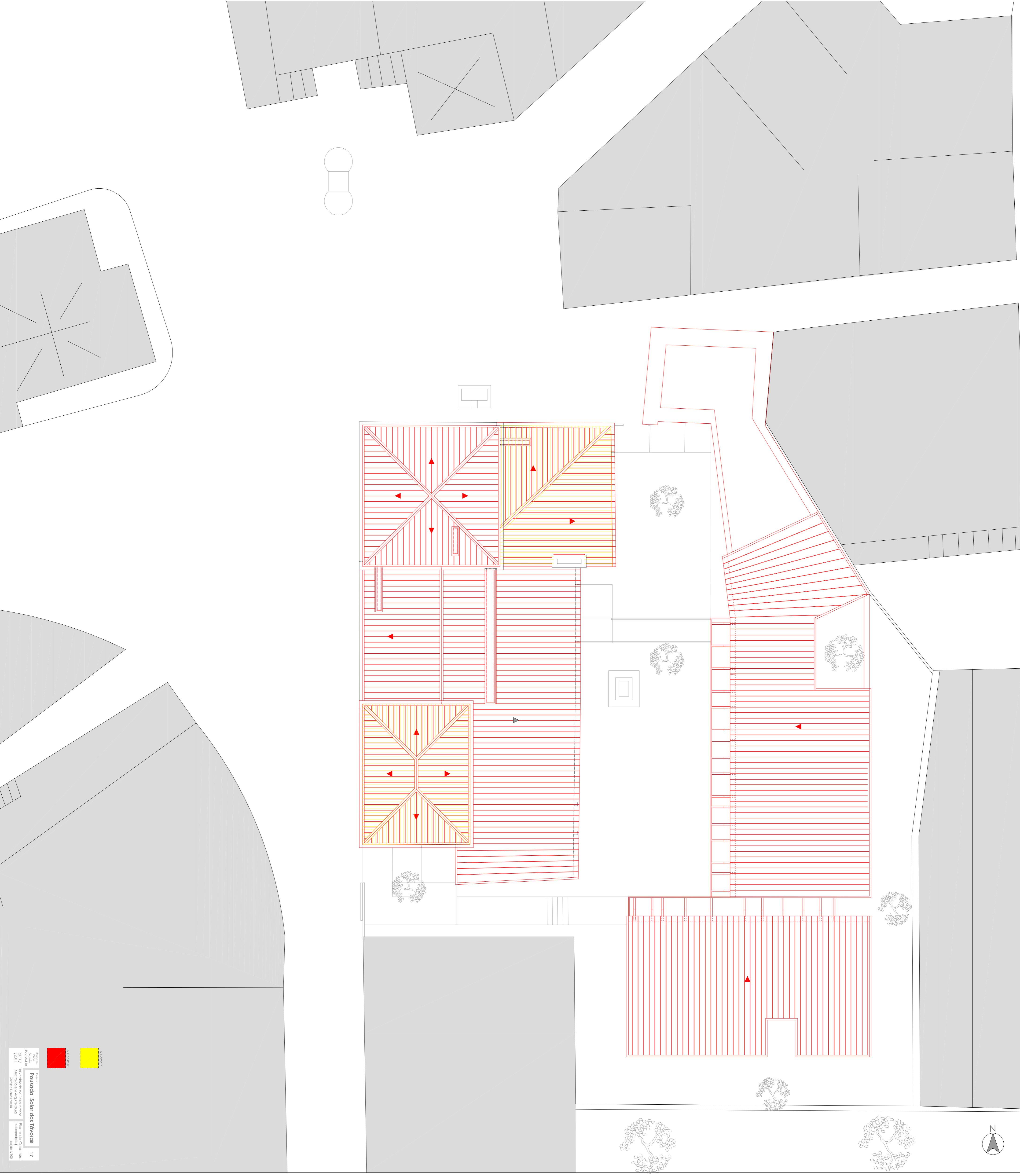




Projeto: Fundação Solar das Tílias
Arquiteto: [illegible]
Escala: 1:500
Data: 17/05/2011

Legenda:
Paredes
Tectos



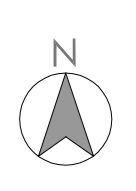


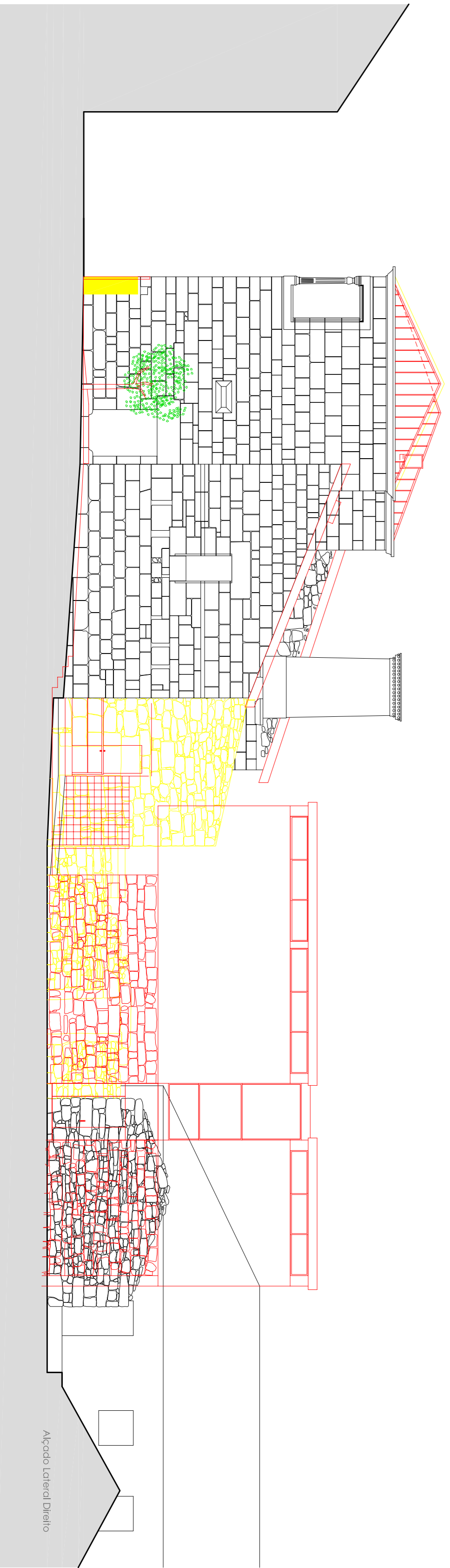
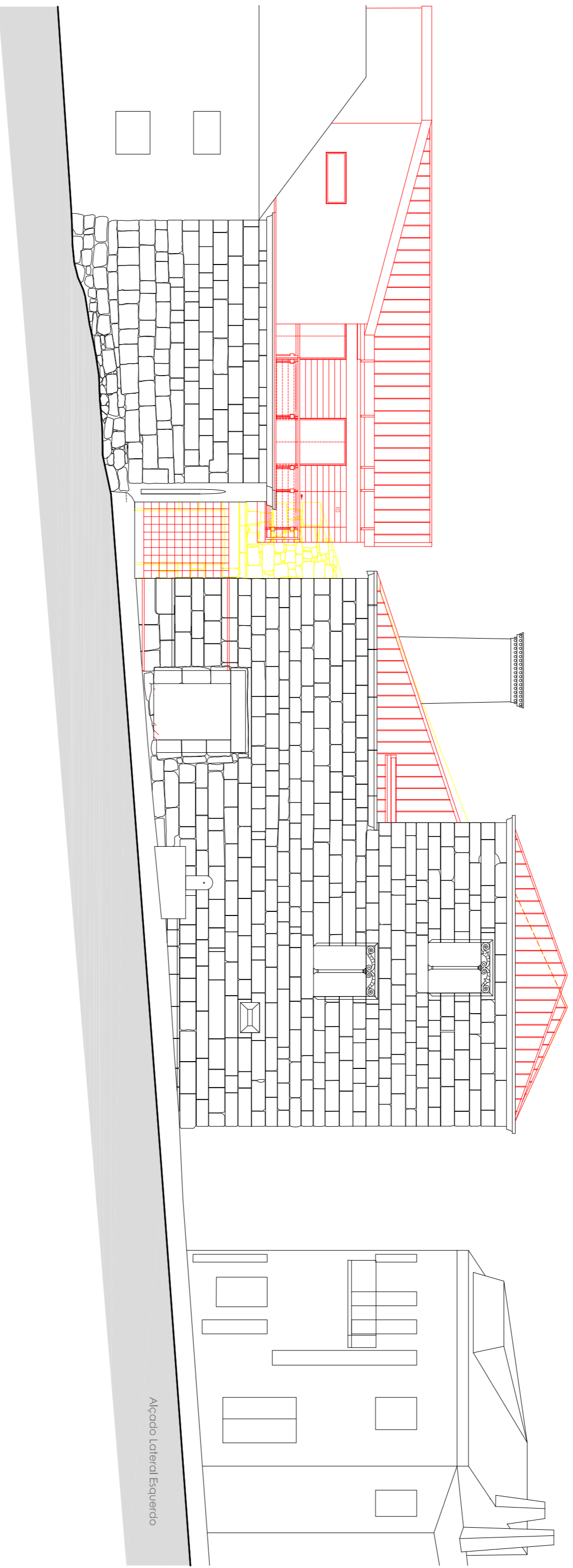
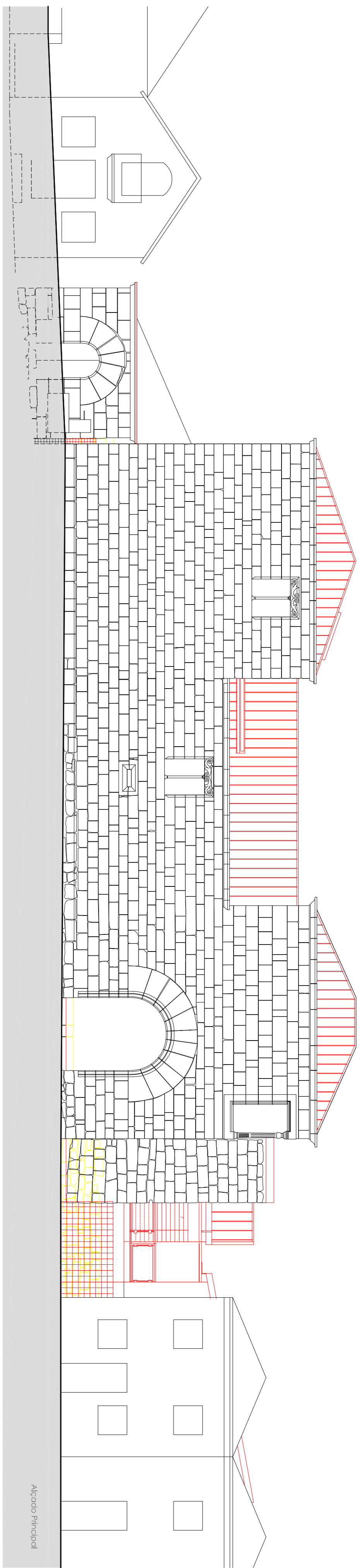
Projeto de
Solarização
2010 / Fundação Solar dos Távora
2011 / Associação de Pais e Amigos
da Escola (APAE) / Rua dos Cavaleiros
17 / 1700-011 Lisboa

Fundação Solar dos Távora | 17

0.000000

0.000000





■ Estrutura
■ Fachada
■ Telhado

Projeto: Fundação Solar das Fátimas
 2010 / 2011 / 2012 / 2013 / 2014 / 2015 / 2016 / 2017 / 2018 / 2019 / 2020 / 2021 / 2022 / 2023 / 2024 / 2025 / 2026 / 2027 / 2028 / 2029 / 2030 / 2031 / 2032 / 2033 / 2034 / 2035 / 2036 / 2037 / 2038 / 2039 / 2040 / 2041 / 2042 / 2043 / 2044 / 2045 / 2046 / 2047 / 2048 / 2049 / 2050 / 2051 / 2052 / 2053 / 2054 / 2055 / 2056 / 2057 / 2058 / 2059 / 2060 / 2061 / 2062 / 2063 / 2064 / 2065 / 2066 / 2067 / 2068 / 2069 / 2070 / 2071 / 2072 / 2073 / 2074 / 2075 / 2076 / 2077 / 2078 / 2079 / 2080 / 2081 / 2082 / 2083 / 2084 / 2085 / 2086 / 2087 / 2088 / 2089 / 2090 / 2091 / 2092 / 2093 / 2094 / 2095 / 2096 / 2097 / 2098 / 2099 / 2100

18